

IDENTIDADE
SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA

**MADUREIRA FEIJÓ,
ORTOGRAFISTA DO SÉCULO XVIII
Para uma História da Ortografia
Portuguesa**

MARIA FILOMENA GONÇALVES

**MADUREIRA FEIJÓ,
ORTOGRAFISTA DO SÉCULO XVIII**

**Para uma História da Ortografia
Portuguesa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1992

GONÇALVES, Maria Filomena

Madureira Feijó / Ortografista do Século XVIII / Para uma História da Ortografia Portuguesa / Maria Filomena Gonçalves.

– Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. – 142 p.; 16x23 cm. – (Identidade: Língua Portuguesa)

ENSINO DE LÍNGUAS – LÍNGUA MATERNA – LINGUÍSTICA

Título

**MADUREIRA FEIJÓ, ORTOGRAFISTA DO SÉCULO XVIII:
PARA UMA HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA**

1.^a edição – 1992

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º – 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

Tiragem

3000 exemplares

Capa

Página de rosto de «Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa», de Madureira Feijó – 1789

Composição e impressão

A. Coelho Dias, S.A.

Rua Conde das Antas, 48-A – 1000 Lisboa

Depósito Legal n.º 66 314/93

ISBN 972-566-154-0

ISSN 0871-441X

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Morais Barbosa, pelos ensinamentos e manifestações de amizade durante os anos em que fui sua assistente. Poucas são as palavras gratulatórias pelo conselho inteligente e solícito.

L'écriture est, néanmoins, plus qu'un instrument. En rendant la parole muette, elle ne la garde pas seulement, elle réalise en outre la pensée qui jusque-là reste à l'état de possibilité.

Charles Higounet

A moda vence em toda a linha. Os apêndices e arrebiques inúteis fazem parte integrante da arte de escrever.

Ismael de Lima Coutinho

La science de l'orthographe est une science qui s'apprend mot à mot.

Cl. B. – Benveniste e A. Chervel

PREFÁCIO

Em dois momentos pouco espaçados, assistiu-se recentemente em Portugal a acalorados debates sobre as vantagens e inconvenientes de se proceder a uma revisão da ortografia portuguesa, a qual se anunciou, com requintada falsidade, como destinada a unificar as práticas gráficas de Portugal, Brasil e demais países, na ocorrência os cinco africanos, de língua oficial portuguesa. Colocada ultimamente no Brasil em compasso de espera a ratificação do acordo que, pelo lado de Portugal, a Assembleia da República se apressara a aprovar, é de esperar que sobre o assunto surjam novas discussões, de um e outro lado do Atlântico, uma vez que se aproxime o momento de entrarem em vigor as novas ortografias oficiais. Se um dia se proceder à reedição actualizada d'As Grandes Polémicas Portuguesas, que a Editorial Verbo publicou em Lisboa em 1964, decerto não deixará o debate ortográfico de nela figurar com a representação devida a um assunto que inquestionavelmente apaixonou a opinião pública ainda que menos especializada.

Não se conhece a vivacidade dos debates que no passado suscitaram outras propostas, e muitas foram, de fixação da ortografia, embora se saiba de alguns particularmente calorosos, que se surpreendem nas penas de João Crisóstomo do Couto e Melo, em 1817, e Barbosa Leão, em 1878 e 1886, na constituição da chamada «Comissão da Cidade do Porto» para a reforma ortográfica e no Parecer que a proposta desta suscitou da parte da Academia das Ciências de Lisboa, pela mão de Latino Coelho, em 1879. Iam já longe os tempos em que João Franco Barreto submetera a minuciosa crítica, em 1671, os preceitos ortográficos publicados por Duarte Nunes de Leão noventa e cinco anos antes. Mas nem por isso se ignoram as preocupações que a ortografia levantou em Portugal, em boa verdade, desde o século XVI.

Decerto, nem Fernão de Oliveira nem João de Barros lhe dedicaram largo espaço. Não deixa, no entanto, o primeiro de defender

uma ortografia portuguesa por oposição a uma ortografia latinizante: «As dições que trazemos doutras linguas escreuelas emos co as nossas letras que nellas soão como ditõgo filosofo gramatica: porque todo o mais e empedimento aos que não sabẽ essas lingoas donde ellas vierão» (Gramática, cap. XXIV); «não escreueremos ensinar com .n. na primeira syllaba nem embargar com .m. a imitação dos latinos poys nos taes lugares antre nos não sentimos essas letras: mas nessas e outras muitas partes escreuamos til» (ib., cap. XIX in fine). Nessa doutrina concorre o segundo: «A Primeira e principál régra na nõssa orthografia, é escreuer todalas dições com tantas leteras com quantas as pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas: como uemos na escritura italiana e francesa» (Gramática, fl. 42 r). Ambos admitem a dificuldade de assim se proceder no caso de evidentes neologismos – «se não quando ainda forem tam nouas antre nos [aquelas dições] que seja neçessareo pronunçialas co a melodia de seu naçimento» (F. de Oliveira, Gramática, Cap. XXIV) – e de usos inovadores: «E bém sey que por ser nouidade e o uso estár i contrário, será cousa trabalhósa serẽ lógo estas nõuas figuras reçadas em nossa orthografia» (João de Barros, Gramática, fl. 43 r).

A par da regra segundo a qual se deve escrever como se pronuncia, regra que se manterá em todos os ortografistas dos séculos XVII e XVIII e terá o seu apogeu nas tentativas da chamada ortografia sónica, aparece-nos assim já em 1536 e 1540 menção de outra referência que será também permanente até o aparecimento de essas tentativas: o uso, ou costume. Já o primeiro dos dois autores quinhentistas era explícito ao dizer que o costume, ao qual várias vezes se refere, «val muito, sem o qual a escritura por ventura ficaria duuidosa» (Gramática, cap. XVII, in fine). Pêro de Magalhães de Gândavo, em 1574, preferirá he a è, não só por o acento ser pouco usado, mas também «por ser polo costume mais claro e facil a todos» (Regras, fl. 34), e também hum, hũa, hia, com h, «não porque seja necessario a pronunçiação gostar delle», mas sim por ser «conforme ao uso desta nossa linguagem» (ib., fl. 34). O uso sobrepõe-se assim, por vezes, à razão: «Hũas letras se dobrão nas dicções per natureza das palavras, de que se não pode dar regra, porque consiste em uso, & não em arte», como reconhecia Álvaro Ferreira de Vera, em 1631 (Orthographia, fl. 23 r), princípio que, quarenta anos mais tarde, João Franco Barreto (Orthografia, p. 180) acolheria ipsis uerbis, dando razão, também neste ponto, à acusação de coprador que lhe faria D. Luís Caetano de Lima, o qual abundantemente se estriba no exemplo dos livros de mais antiga impressão, até António Vieira.

Atente-se ainda em que, ao admitir que a escrita poderia ficar «duvidosa», Fernão de Oliveira apontava já outro princípio recorrente nas doutrinas ortográficas que se lhe seguiriam. Refiro-me ao que poderia chamar-se o papel distintivo de certas ortografias. Gândavo propõe que se use o acento para distinguir a de à («outros denotam com dous aa, não sendo a meu juízo necessario mais que hum sô»), o de ó, alcançara de alcançará, o h para distinguir há de a (escrevendo sempre auer) e ah, he ou è de e, u depois de g para distinguir a dorsal da chiante (Regras, pp. 26-34). Duarte Nunes de Leão, que regista a prática de oo em representação do timbre aberto de ovos, «para mostrar a differença do .o. que chamão grãde» (Ortografia, fl. 14 v.), entende que «soamente deuemos accentuar as dições, em que pode hauer differença de significação», como côr e cór, pôde e póde «e assi outros desta qualidade», bem como nas formas verbais dos tipos amára, leéra, ouuíra por oposição a amarâ, leerâ, ouuirâ, usa acento ou h para distinguir he, ê de e e estabelece listas de vocábulos que «screvendose com diferentes letras, teem differente significação» ou «scriptos com letra singella significã de hũa maneira, & com letra dobrada de outra» (ib., fls. 17 v, 52 r, 66 v, 72 r-73 v). Álvaro Ferreira de Vera também se preocupa com a distinção entre o presente póde ou pode e o pretérito pôde, o mais-que-perfeito amára, leéra, ouvíra e o futuro amarâ, leerâ, ouvirâ, o pretérito amârão, leêrão, ouvîrão e o futuro amarão, leerão, ouvirão («onde o acento faz mudança de significação, o notaremos sempre»), o substantivo caiado «cajado» e o adjectivo verbal caiado ou cayado «caiado» (Orthographia, fls. 14 v, 41 v, 22 v). Na mesma linha, preocupa-se Bento Pereira, em 1666, com idênticas distinções fónicas, a que devem corresponder distinções gráficas: he, é ou é diversos de e, as formas verbais has, ha e ham, hia e hias, os pares renuncia e renuncia, tóstam e tostám, partiram e partirám, duvida e duvida, esta e está (Regras Gerais, pp. 29-31, 54). João Franco Barreto diz que «o terceyro officio do h, he distinguir; & declarar alguma ambiguidade, que pode acontecer na escritura»: he e e, verbo haver «por quanto este verbo ã muytos tempos, & pessoas sã h, terá outra significaçã diversa, como nos presentes; avio, avias, avia, etc. [de aviar] [...] ouve do verbo ouço» (Ortografia, pp. 134-135), usa o acento para mostrar a diversidade de ouvira-ouvirá, amára-amará, fôra-fôra, côr-cor, que «não precisa de acento»; donna «he o pronome de nobreza» e dóna «quer dizer senhora de alguma cousa». Se escrever-se-á «quando significar Igreja cõ letra grande, & acento agudo ã o e, como Sé; quando for conjunçã cõ acento grave, sè, & quando for pronome sã

acento» (Ortografia, pp. 134-135, 185, 206). D. Luís Caetano de Lima recorre ao uso de y para distinguir formas verbais como Elle ceya, Elle peya, Elle areya das formas substantivas Huma cea, Huma peya, Huma area, Eu galanteyo, Eu passeyo, Eu rodeyo de Hum galanteo, Hum passeio, Hum rodeo, e também Eu creyo, Eu leyo de Elle creo, Elle leo; e entende que «o uso dos accentos na nossa lingua he principalmente nas palavras equivocadas, a quem a differença, ou falta de acento faz mudar de significação», como em amára-amará, gósto-gosto, pégada-pegada, prégado-pregado, adúltera-adultera, alívio-alívio, bésta-besta, cérco-cerco, etc. (Orthographia, pp. 66-67, 150, 155-167).

Escrever como se pronuncia, observar o costume, recorrer a diferentes grafias para evitar confusões são, assim, três princípios constantes dos nossos ortógrafos dos séculos XVI e seguintes. Se se lhes acrescentarem certas preocupações etimológicas que já afloravam em Gândavo, quando declara ter tratado apenas das regras «que boamente se podem entender dos que não sabem latim» (Regras, p. 40), e se afirmam em Nunes de Leão, ao recomendar que se respeite «a origẽ dos vocabulos Latinos» e aceitar que se escrevam com ortografia latina «aquelles vocabulos que acharmos incorruptos», isto é, «em que não stá mudado mais que a terminação final», «polo que se ha de screuer officio cõ dous .ff. porque officium se screue assi, & cavallo cõ dous .ll. porque caballus se screue assi. E screueremos docto, doctor, doctrina, precepto, preceptor, pecto, pectoral, perfecto, cõtracto, usufructo, & outros taes», ainda que considere dever-se fugir ao abuso etimológico (Orthographia, fls. 9 r, 52 r-v, 53 v), preocupações essas que se ampliam no século XVII com Bento Pereira e João Franco Barreto e atingirão o auge no século XVIII, com João de Moraes Madureira Feijó – se se acrescentarem estas preocupações etimológicas aos três grandes princípios enumerados, ter-se-á o quadro dos critérios a que Aniceto dos Reis Gonçalves Viana daria corpo na sua reforma ortográfica de 1911 – fundamentalmente os mesmos ainda que presidiram aos projectos de 1986 e 1991, a que atrás nos referíamos como merecedores de entrarem na história das grandes polémicas do nosso século.

Mas não pode ser propósito deste prefácio historiar a ortografia portuguesa. Essa tarefa caberá um dia, que se deseja próximo, à autora do livro que estas linhas se limitam a apresentar.

Maria Filomena Candeias Gonçalves, assistente da Universidade de Évora, escolheu a Ortografia de Madureira Feijó para tema do trabalho de síntese com que se apresentou a provas de aptidão pedagógica e capacidade científica em 1990. Já tive ocasião de escrever,

e repito, que, devendo os trabalhos submetidos a actos contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da ciência, mal é que muitos se confinem ao conhecimento dos jûris a quem cabe apreciá-los. Quanta ciência e quanto esforço não ficam assim inacessíveis à comunidade científica! Além disso, num momento em que tanto se fala da avaliação das universidades, quantos elementos de avaliação – que não pode circunscrever-se ao número de aulas dadas e ao chamado «êxito escolar», mas tem igualmente de levar em conta a produção científica e a capacidade de a incentivar – não ficam assim ocultos a quem tem o dever e o direito de a ela proceder? Alegra-me, pois, o facto de em curto período ver oferecido ao público mais um trabalho académico que, com gosto e proveito, orientei.

Deve-se a sua publicação ao ICALP e particularmente ao seu Presidente, Doutor Armando Marques Guedes, que prontamente acolheu a sugestão que nesse sentido lhe fiz e a quem agradeço mais este serviço prestado à linguística portuguesa. De lamentar é que outros trabalhos, que igualmente deveriam ser publicados, tenham de esperar melhores dias para verem a luz, por não haver entre nós quem edite, por exemplo, teses de linguística francesa.

Felicito a Dr.^a Maria Filomena Gonçalves por todas as qualidades que, com as de docente exemplar, a colocam na primeira fila dos jovens linguistas portugueses mais capazes: o rigor metodológico, a auto-exigência científica, a abundância informativa, o espírito criador, a fluência da comunicação. Não é este o seu único trabalho publicado onde se revelam tais qualidades, mas é o primeiro de maior dimensão e vulto: o primeiro de uma série que pode adivinhar longa quem conhece, a par da sua juventude e por trás da sua serenidade, as suas inquietações e ânsias e a sua enorme apetência pela investigação linguística.

JORGE MORAIS BARBOSA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Propusemo-nos neste trabalho contribuir para o esclarecimento de alguns pontos de uma matéria que, não tendo estado estritamente no centro dos interesses da ciência linguística, não deixa, todavia, de ser pertinente sobretudo para a História da Língua Portuguesa: trata-se da ortografia portuguesa, mais precisamente da sua história e avatares.

Num domínio que oferece amplas possibilidades de escolha e de reflexão, deparámos, logo de entrada, com um curioso paradoxo: se são muitos os autores – ortógrafos ou gramáticos – que ao longo dos séculos se debruçaram sobre o assunto, é escasso o número de estudos que aqueles e as suas obras foram merecendo. Tal facto surpreendeu-nos particularmente, atendendo a que a ortografia foi capaz, em certas épocas, de suscitar as mais aguerridas polémicas e infrutíferas paixões.

Ao analisarmos a *ortografia* (etimologicamente, do grego *ορθογραφία*, quer dizer, escrita correcta), de uma língua, situamo-nos num terreno que não se restringe, obviamente, à grafia, isto é, ao mero registo dos sons da língua por meio de sinais ou de símbolos gráficos, alcançando-se desse modo a imobilização e a preservação daquelas produções vocais. Pretendemos, sim, apresentar a forma como o referido conjunto de sinais ou símbolos adquiriu o estatuto de norma gráfica.

A tentativa de normalização da grafia verifica-se a partir do momento em que ela passa a ser entendida como um agente de transmissão cultural e um factor de coesão social, bem como de estabilização da língua. Assim se explica que os primeiros utentes da língua portuguesa, na sua forma escrita, não tivessem sentido a necessidade de estabelecer um sistema único, colectivo e normativo, porquanto para eles se tratava, quase exclusivamente, de registar a palavra falada.

Com a normalização da vida do reino e a lenta constituição de uma literatura, a palavra escrita vem cobrar foros de cidadania e torna-se, ela própria, objecto de clivagens sócio-culturais, especialmente a partir

do Renascimento, momento em que a escrita se vai aproximar mais da matriz latina. Desde então, não deixaremos de encontrar as mais diversas e multimodas descrições da «boa» ortografia da língua portuguesa, escoradas nos mais díspares e «exóticos» princípios ⁽¹⁾, e veremos que as soluções ortográficas adoptadas estarão iniludivelmente associadas ao ideário político e aos hábitos sociais e culturais da época.

Assim, é sobretudo nos alvares do século XVIII que poderemos compulsar o número crescente de obras que, de forma explícita e exclusiva (o que não sucedera com as gramáticas renascentistas, por exemplo), se destinam a enunciar as regras da *boa* maneira de escrever. Conhecer a ortografia da língua portuguesa tornou-se sinónimo, durante um longo período – praticamente ininterrupto até aos começos do século XX –, de uma certa dose de erudição, que passava pelo domínio do latim, ou mesmo do grego, e pelo conhecimento do uso dos «bons autores».

Desse vasto acervo de obras – *Compêndios, Epítomes, Sinopses, Regras, Reflexões, Prosas, Propostas, Artes* ou, mais brevemente, *Orthographias* –, logo nos chamou a atenção a *Orthographia ou Arte de Escrever, E pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*, de Madureira Feijó, não só por ser alvo de inúmeras referências e críticas como também pelas variadíssimas edições de que foi objecto ao longo de um século ou mais.

Da leitura de muitas das obras mencionadas, afigurou-se-nos, ainda que a título de hipótese, que Madureira Feijó foi o máximo expoente de uma tendência que se vinha desenvolvendo e que veio a perdurar até ao dealbar do nosso século, quando, pela primeira vez, se entendeu que era urgente e nacional a tarefa de definir *uma* ortografia.

A *Orthographia*, de Madureira Feijó, representa um ponto alto, pela negativa ou pela afirmativa, na história da ortografia portuguesa, quer pela aceitação que mereceu, quer pelo modo como contribuiu para prolongar no tempo grafias mais ou menos obsoletas ou extravagantes que, decerto, terão agravado a penalização escolar e, conseqüentemente, social, das camadas que mais recentemente tinham tido acesso à escrita, permitindo ainda que a pecha vergonhosa do erro (orto)gráfico separasse definitivamente o uso do *vulgo* e o dos *doutos*. A «popularidade» de que gozou a obra de Feijó radica, possivelmente, na tentativa de reduzir a ortografia a princípios traduzidos em regras.

Só com os primórdios do século XX e com o advento da reforma ortográfica é que muitas das grafias adoptadas por aquele autor irão ser desterradas e se poderá falar da ortografia portuguesa ⁽²⁾.

2. OS ESTUDOS SOBRE A ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Como acima referíamos, apesar de a ortografia ter constituído quase sempre um ponto controvertido da história da língua portuguesa, não dispomos de estudos sistemáticos e exaustivos a respeito da sua história.

De facto, ainda está por fazer uma história da ortografia portuguesa e tudo quanto vamos encontrando, ora aqui ora ali, não vai além, na maior parte dos casos, de simples notas esparsas sobre alguns dos ortografistas ou gramáticos, sobre as suas obras e as respectivas datas de impressão. Isto para os textos impressos a partir do século XVI, porque para os séculos precedentes a situação complica-se seriamente, dada a instabilidade gráfica que caracteriza a época medieval e a cautela que a leitura, a transcrição e a fixação dos textos requer, tarefa que cabe à crítica textual.

Apesar da escassez de estudos aturados sobre a história da nossa ortografia, são de assinalar as informações contidas em algumas obras que lhe consagram um capítulo ou algumas páginas onde sumariamente traçam o seu percurso histórico ⁽³⁾. Por outro lado, são de considerar igualmente as referências dispersas, em artigos ou estudos, que, não tratando especificamente da ortografia, podem prestar-nos alguma informação ao tomarem os ortografistas e os gramáticos como fontes relevantes para a reconstituição da pronúncia de séculos passados ou, até, para a delimitação e caracterização das variedades dialectais ⁽⁴⁾, por exemplo.

No caso da pronúncia, as descrições ou comentários dos ortografistas e dos gramáticos são dos poucos testemunhos de que o estudioso pode deitar mão, se bem que alertado para o facto de que uns e outros eram norteados pelo princípio da correcção ⁽⁵⁾.

Desta forma, num ponto parecem coincidir todos os estudiosos das questões ortográficas: o da sua periodização. Estabelecem habitualmente três períodos: o período fonético (dos primeiros textos até ao século XVI); o período etimológico ou pseudo-etimológico (do século XVI até 1904) e o período das reformas ortográficas (de 1904 até aos nossos dias) ⁽⁶⁾.

Pouco mais do que isto encontraremos em obras que não têm a ortografia como preocupação central, nem sequer secundária, mas que a ela recorrem como auxiliar ou fonte documental indispensável para o estudo de fases pretéritas da história da língua.

No entanto, a fazer-se uma história da ortografia, deverá proceder-se a um levantamento exaustivo das fontes e ao seu estudo crítico, constituindo-se um *corpus* representativo. Interessar-nos-ão, pois, mesmo os textos manuscritos posteriores ao século XVI que versam sobre a questão ortográfica (há-os em abundância nas nossas Bibliotecas Públicas), bem como a própria prática ortográfica dos autores da literatura, ou outros, que tenham podido promover socialmente um determinado uso.

A história da ortografia portuguesa remete-nos ainda para questões igualmente pouco estudadas como, por exemplo, a sociologia da escrita e da leitura em língua portuguesa.

3. METODOLOGIA

Os pontos que acima ficaram liminarmente expostos não cabem, pelo menos de forma aprofundada, no âmbito deste trabalho, se bem que em parte estejam estreitamente aparentados com a problemática ortográfica da época em que se inscreve o nosso ortografista.

Restringimos, pois, o nosso foco à análise da *Orthographia ou Arte de Escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*, de João de Moraes Madureyra Feijó, cuja primeira impressão data de 1734 (Lisboa, por Miguel Rodrigues) e da qual nós utilizámos e seguimos a segunda, de 1739 (Coimbra, Na officina de Luis Secco Ferreira) ⁽⁷⁾.

O nosso propósito é demonstrar como Madureira Feijó foi o representante máximo do período etimológico da ortografia portuguesa ⁽⁸⁾, definindo e caracterizando o sistema subjacente à sua *Orthographia* para, finalmente, mostrarmos por que obteve um prolongado eco durante bem mais de um século. Antes disso, porém, teceremos algumas considerações acerca da escrita, da ortografia, das disciplinas que modernamente as estudam, e passaremos uma revista sumária à ortografia de épocas anteriores a Feijó. Por último, e a modo de apostila, propomos alguns dados a ter em conta na elaboração de uma história da ortografia.

NOTAS

(¹) Cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13; seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico, Dinalivro, s.d., p. 104.

(²) Cf. Albert-Alain Bourdon, *Orthographe et Politique sous la Première République Portugaise*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. X, Paris, 1976, pp. 261-300.

(³) Vide, a título de exemplo, M. Said Ali, *Gramática histórica da língua portuguesa*, 6.^a ed., Melhoramentos, São Paulo, 1966, pp. 33-52; Pilar Vásquez Cuesta e M.^a Albertina Mendes da Luz, *Gramática da Língua Portuguesa*, Edições 70, pp. 335-341; Ismael de Lima Coutinho, *Gramática Histórica*, 7.^a ed. rev., Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1976, pp. 71-80; António Freire, *Lições de Filologia e Língua Portuguesa*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Braga, 1989, pp. 419-424; José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa, Fonética e Morfologia*, 7.^a ed., Livraria Clássica Editora, 1969, pp. 192-198; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Dinalivro, s.d. pp. 36-39 e 100-128; Frazão de Vasconcelos, *Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII*, in «Língua Portuguesa», sep., vol. III, fasc. VIII, Lisboa, 1933, 8 p.; José Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Livros do Brasil, 1968; Edwin B. Williams, *Do Latim ao Português*, 3.^a ed., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1975, pp. 33-41, entre outros. Recentemente, e na sequência da polémica em torno do acordo ortográfico de 86, foi publicada *A Demanda da Ortografia Portuguesa* (org. por Ivo Castro), que, ultrapassando o âmbito daquela questão, aduziu novas reflexões e recuperou abundantes e especiosas informações sobre a história da ortografia.

(⁴) Disso são exemplo os trabalhos de Jacinto do Prado Coelho, *Para o Estudo da Pronúncia do Português Medieval*, in «Revista de Portugal» – série A (Língua Portuguesa), vol. X, fasc. 50, Lisboa, 1946, pp. 217-221; José Herculano de Carvalho, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona*, in «Estudos Linguísticos», 2.^o vol., Coimbra Editora, 1984, pp. 77-103; Thomas R. Hart, Jr., *Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation*, in «Word», II, 1955, pp. 404-415; Anthony J. Naro, *A História do e e do o em Português: Um estudo de Deriva Linguística*, in «Estudos Diacrônicos», Editora Vozes, Petrópolis, 1973, pp. 9-51 e 52-70; Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Presença, Rio de Janeiro, 1979, pp. 561-569 e passim; Israel S. Révah, *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV^e siècle à nos jours*, in «Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada do Teatro», Rio de Janeiro, 1958, pp. 387-399; idem, *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e – XVII^e siècles?*, in «III Colóquio Internacional Estudos Luso-Brasileiros», Lisboa, 1957, (Actas) vol. I, 1059, pp. 273-291; Paul Teyssier,

La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d'après le système orthographique de João de Barros, in «Annali dell' Instituto Universitario Orientale» (sezione romanza), vol. VIII, 1 (Atti), Napoli, 1966, pp. 127-198.

(⁵) A esse respeito, sublinhamos as observações de Manuel de Paiva Boléo, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, Univ. de Coimbra, 1974, p. 301: «O ortografista, por via de regra, coloca-se na posição do gramático, que tem em vista corrigir a fala do vulgo (pela qual manifesta certo desprezo), e não na do dialectólogo, que observa os factos». Para o estudo dos dialectos, veja-se José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 3.^a ed., INIC, 1987; Manuel de Paiva Boléo, *O estudo dos falares portugueses antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua*, in «Estudos de Linguística Portuguesa e Românica», vol. I, Coimbra, 1974, pp. 291-301 e L. F. Lindley Cintra; *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, in «Estudo de Dialectogia portuguesa», Sá da Costa, 1983, pp. 117-163.

(⁶) Aqui seguimos as balizas cronológicas de Ismael de Lima Coutinho, *obra cit.*, p. 78; 1904 é a data da publicação da *Ortografia Nacional*, de A. R. Gonçalves Viana, obra fundamental na história da ortografia portuguesa.

(⁷) Cf. Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1848-1914), tomo III, Lisboa, 1859, pp. 422-424; Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, II, p. 706 e IV, p. 187. Em 1739, é impressa em Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues, uma outra edição, cujas licenças datam de 18 a 19 de Setembro de 1739. Ela não traz, contudo, a indicação de ser segunda impressão.

(⁸) Cf. ponto 2 desta Introdução.

I. ORAL VERSUS ESCRITO

Il y a langage humain dès qu'il y a symbole graphique.

Christiane Marcellesi

A written language is typically a reflection independent, in only limited ways, of spoken language.

H. A. Gleason

1. PALAVRA SONORA E PALAVRA ESCRITA

Em qualquer estudo sobre a ortografia torna-se imprescindível tecer algumas considerações de carácter teórico acerca da *grafia* e da *fonía*, uma vez que a própria definição de *ortografia* aponta implicitamente para aqueles conceitos e sua interacção, bem como para o conceito de norma. Importa, por isso, determinar a especificidade da língua escrita face à língua oral.

Jean Dubois apresenta-nos uma definição de língua, que é, talvez, uma das mais genéricas: (...) *une langue est un instrument de communication, un système de signes vocaux spécifiques aux membres d'une même communauté* (1). André Martinet, por seu lado, concebe-a como (...) *um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades fónicas de conteúdo semântico e de expressão fónica – os monemas; esta expressão fónica articula-se por sua vez em unidades distintas e sucessivas – os fonemas – de número fixo em cada língua e cuja natureza e relação mútuas também diferem de língua para língua* (2).

Ambas as definições têm no seu centro precisamente o que constitui a essência e o fundamento de uma língua: servir para comunicar e ter carácter vocal. Nelas encontramos igualmente a referência ao carácter instrumental, um ponto da sua definição que parece não receber o unânime acolhimento por parte de outros linguistas. Verificamos por outro lado, que a escrita não figura naquelas definições de língua e não representa uma condição *sine qua non* para a sua enunciação.

A Linguística, cujo objecto central é a linguagem e a língua ou as línguas, tem olhado para a escrita como uma excrescência daquelas ou, no melhor dos casos, como um suplemento ou substituto das mesmas. De Aristóteles, passando por Humboldt, até Saussure, todos os autores, muitos deles posteriores a este último, vêem a escrita daquela forma e a explicação para tal concepção não pode ser estritamente linguística, mas igualmente filosófica e psicológica.

Tal como avançávamos na Introdução ⁽³⁾, embora a escrita seja vista como uma *substituição* da língua falada, ela é a memória do percurso da própria língua e do povo ou comunidade que a fala.

O *oral* e o *escrito* têm sido quase sempre encarados e estudados, nas suas relações, como dois lados opostos de um mesmo fenómeno, cabendo a parte menor ao *escrito*.

Se atentarmos no conceito de escrita que encontramos ainda em Jean Dubois ⁽⁴⁾, logo deparamos com um dado primacial, que é o carácter representativo da escrita: *L'écriture est une représentation de la langue parlée au moyen de signes graphiques*. A escrita (a palavra escrita ou, simplesmente, o *escrito*) é, pois, entendida como uma reprodução ou um suplemento de um código de comunicação do 1.º grau, em relação ao qual ela representaria um código do 2.º grau ⁽⁵⁾. Daqui se depreende tanto a dependência como a exterioridade da escrita em relação à própria língua. Os argumentos aduzidos para explicar a secundariedade da escrita têm sido: a prioridade cronológica da fala, o *déficit* dos seus signos quando comparados com os da língua falada e o facto de a escrita não ser uma faculdade natural ou biológica ⁽⁶⁾.

Apesar disto, todos reconhecem actualmente que a escrita ocupa uma situação privilegiada no seio da nossa sociedade. Estabeleceu-se, por consequência, um paradoxo (talvez apenas mais um): é que, se por um lado a escrita é tida como uma mera representação, *suplemento artificial, derivado ou substituto* ⁽⁷⁾, ela passou a desempenhar uma função social praticamente insubstituível. Insistamos, todavia, nessa natureza representativa da escrita dado que, ao sê-lo, ela deve *representar* alguma coisa, quer dizer, os seus signos são representativos daquilo que permanece, consequentemente, ausente (a fonia). Referimo-nos, obviamente, aos signos gráficos, no primeiro caso, e aos signos fónicos, no segundo.

Os sons – fruto da produção vocal humana – materializam-se na escrita através das letras ou *figurae*, que os conservam, permitindo um outro processo, não menos complexo e interessante, que é o da leitura.

Esta constitui, por assim dizer, uma espécie de linguagem em diferido e nela estão implicados os processos de cognição, para além dos mecanismos picto-fisiológicos da produção ⁽⁸⁾.

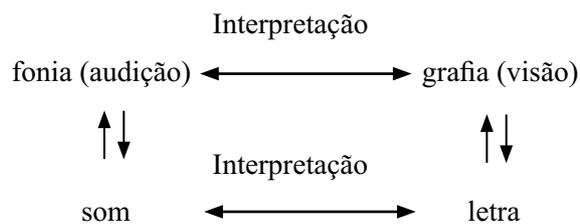
Não se trata aqui de fazer a história da escrita ou de ilustrar as diferentes formas que ela pode assumir nos vários povos ou civilizações ⁽⁹⁾, se bem que ela nos interesse enquanto sistema de transcrição gráfica de uma determinada língua, neste caso da portuguesa. Salientaremos, não obstante, que, nesse longo e lento percurso que medeia entre a *invenção* da escrita e o alfabeto, podemos destacar as escritas pictográficas, que utilizam símbolos figurativos sem qualquer análise da experiência em unidades menores isoláveis; as ideográficas, cujos caracteres correspondem ao significado e não ao som; a escrita fonográfica, na qual os sinais têm uma referência fónica – silábica ou consonântica – e, como último passo, a escrita alfabética ⁽¹⁰⁾, que se caracteriza por dispor, em princípio, de um único signo gráfico para cada som da linguagem falada. Acontece, porém, que, devido à evolução fonética das línguas, esse ideal gráfico (um sinal – um som) acaba por não se verificar na maioria das línguas cuja reprodução gráfica é de tipo alfabético, uma vez que a escrita é mais conservadora do que a fala, quer dizer, a escrita cristaliza, fixando uma determinada fase da evolução dessas mesmas línguas. Para que o ideal alfabético se mantivesse, seriam necessárias sucessivas e constantes adaptações ao novo estágio da língua.

Como é sabido, para ultrapassar esse óbice a uma completa e perfeita transcrição da cadeia falada, o linguista, reconhecendo as insuficiências do material gráfico disponível, criou o alfabeto fonético. A escrita alfabética – o sistema gráfico cujos sinais têm uma referência fonético-fonológica (mais da segunda que da primeira) – ocupar-nos-á um pouco mais, já que somos herdeiros ao alfabeto latino. Graças ao alfabeto (conjunto de caracteres), estabeleceu-se uma correspondência entre sinais gráficos e sinais sonoros, demonstrando-se deste modo que, como afirma Ernst Pulgram, *the invention of alphabetic writing is clearly founded upon the recognition the speech is segmentable into a sequence of discrete, distinctive units, i.e., phonemes* ⁽¹¹⁾.

A possibilidade de a mensagem não ser apenas apreendida como um todo, num fluido ininterrupto, mas analisável em unidades menores, deve ter conduzido, decerto, à constituição das escritas alfabéticas e implicado, conseqüentemente, o seu carácter convencional. Deste modo, a correspondência assim estabelecida entre as unidades gráficas e as unidades fónicas não é simplesmente a associação da *letra* do alfabeto

ao *som* por ela transcrito (*letra* e *som* são as designações vulgares que por agora adoptaremos), pois tal relação implica a aproximação do visual e do auditivo. As consequências da invasão do campo semiótico auditivo pelo campo semiótico visual são dados a reter, devido aos possíveis efeitos de retorno da grafia sobre a fala, como mais adiante observaremos. Nesse sentido, recordamos as acertadas palavras de Dwight Bolinger e Donald Sears: *A speaker infected with literacy is no longer the same person. His brain is full of visual and auditory interminglings* ⁽¹²⁾.

Com efeito, a escrita é marcada pela acção da memória, mais exactamente da memória visual. Esta faculdade tem um papel preponderante não só no processo que conduz ao registo gráfico de um som, mas também no processo de leitura, pelo qual as unidades gráficas são reconvertidas em unidades fónicas. Poderíamos reproduzir este circuito da seguinte forma:



Verificamos que tanto na escrita, enquanto técnica, quanto na concepção do alfabeto (instrumento da escrita), se registam várias fases de interpretação e de re-interpretação.

2. A ESCRITA – UM SISTEMA?

Tal como constatámos no ponto anterior, a escrita está dependente da língua, mas o inverso não parece poder afirmar-se com igual certeza. Por outro lado, é muitas vezes inevitável conceber a escrita como um código, pretendendo-se com isso pôr frente a frente dois códigos distintos (língua-escrita ou oral-escrito), mas paralelos ⁽¹³⁾: as unidades do primeiro far-se-iam representar pelas do segundo.

Não devemos porém esquecer que uma língua não é uma soma de unidades que lhe sejam pré-existentes ⁽¹⁴⁾; a escrita, nesse sentido, já se aproxima mais do conceito de código, porquanto as suas unidades – significantes de significantes – são criadas convencionalmente, partindo da língua já conhecida.

Menos controversa do que a noção de código vem sendo a concepção da língua como um sistema, isto é, um conjunto de unidades, solidarizadas por uma rede de relações ⁽¹⁵⁾. Poderá dizer-se então que a escrita é, à semelhança da língua, um sistema? Em caso afirmativo, ela funcionará paralelamente ao sistema linguístico?

O paralelismo entre um e outro sistemas é feito de forma puramente arbitrária, no sentido saussuriano do termo, dado que não existe qualquer relação natural entre as unidades de um e de outro, quer dizer, entre o que a tradição gramatical denomina *letras* e *sons*. Ao analisarmos a escrita num conjunto de unidades menores e isoláveis, com uma organização própria, e ao reconhecermos-lhe um carácter teleológico (bastante discutível, de resto), estamos a atribuir-lhe os requisitos indispensáveis para a entendermos como um sistema. Desta forma, frente ao sistema fónico da língua colocamos o sistema gráfico, que lhe serve de representação muda. Ambos convivem, no entanto, sem que seja atingido o ideal da escrita alfabética, como acima o traçáramos ⁽¹⁶⁾.

Seguidamente, trataremos de sintetizar as causas da correspondência ou da discrepância entre os sistemas gráfico e fónico.

3. SOM E FONEMA / LETRA E GRAFEMA

Ao apontarmos a existência de dois sistemas, estávamos implicitamente a referir que o segundo (gráfico) reproduz o primeiro (fónico), sem que todavia aquele estabeleça qualquer referência directa com o plano da significação. Isto equivale a dizer que é a parte física ou material (significante) da linguagem que está implicada neste jogo da transcrição.

Passaremos agora a analisar com mais atenção a forma como os dois sistemas, através das respectivas unidades, se tornam paralelos.

De todos é sabido que o *som* é uma entidade de carácter físico, produzida pela vibração das cordas vocais, sendo percebida auditivamente de forma distinta de acordo com os indivíduos ⁽¹⁷⁾. Desde a Antiguidade que os sons produzidos pelo homem mereceram as mais curiosas análises e interpretações. O termo *letra*, por sua vez, designa os sinais que constituem o alfabeto, sendo-lhe atribuídas algumas características: *As a technical term of traditionnal grammar it originally stood for an entity possessing attributes or aspects: «nomen», «figura» and «potestas»* ⁽¹⁸⁾.

Som e Letra são os termos consagrados pela tradição gramatical e que se encontram sistematicamente confundidos nos textos dos gramáticos e dos ortografistas. É frequente ler-se que a *letra x tem o som y* ou que a *letra x soa como y*. Tal confusão, bem remota no tempo, de resto, torna-se compreensível se atentarmos em que so com o advento da moderna Linguística a língua é considerada um instrumento de comunicação estritamente vocal, ao passo que toda a tradição gramatical anterior se apoiava na língua escrita e a própria norma linguística era determinada com base num modelo escrito. A delimitação dos domínios da Filologia e da Linguística terá contribuído também para que as *letras* passassem a ser interpretadas como representações dos sons, conferindo-se-lhes por isso determinados valores.

À medida que a ciência linguística foi avançando, verificou-se que aquela entidade física (som), até aí analisada articulatória ou acusticamente, podia ser descrita levando-se em consideração apenas o que nela é relevante. Surge então a noção de *fonema*, isto é, uma unidade mínima de carácter distintivo ou uma classe de sons ⁽¹⁹⁾.

A partir do paralelo entre o sistema gráfico e o sistema fónico, logo a *letra* passou, tal como o som, a ser concebida como uma unidade concreta que, certamente, poderia ser submetida a uma abordagem de tipo abstracizante. Esta nova perspectiva deu origem à noção de grafema como unidade sistemática, e situou-a *mutatis mutandis* no mesmo plano que a de fonema ⁽²⁰⁾. Ernst Pulgram resume perfeitamente este paralelismo: *In such a writing the function and properties of the phoneme and grapheme are exactly equivalent, except that different processes of production and different perceptive senses are involved: the hand and the eyes for the graphemes, the vocal apparatus and the ears for the phoneme* ⁽²¹⁾.

Fonema e grafema situam-se, pois, num plano de ordem sistemática e funcional, podendo ter, aquando das suas respectivas concretizações ou realizações, vários *alófonos* e *alógrafos*. Estas realizações dos fonemas e dos grafemas estão dependentes do contexto, podem ser previsíveis e descritas em termos de regras fonológicas e grafemáticas. Deste modo, na escrita alfabética, os alógrafos são as maiúsculas, as minúsculas, as letras cursivas, etc. O grafema é o que há de comum ou essencial nessas realizações.

Segundo Nina Catach, o termo grafema faz referência a uma unidade mínima significativa – (...) *la plus petite unité distinctive et/ou significative de la chaîne, composée d'une lettre, d'un groupe de lettres (diagramme, trigramme), d'une lettre accentuée ou pourvue d'un signe*

auxiliaire, ayant une référence phonique et/ou sémique dans la chaîne parlée (22). A autora vai mais longe quando, à semelhança do que sucede com o sistema fonológico das línguas, reconhece a existência de arquigrafemas (23) no sistema gráfico (ou ortográfico) de uma língua. Esta aproximação é sustentada pelo princípio básico de que tanto a linguagem oral quanto a linguagem escrita são duplamente articuladas. Não obstante aceitarmos a definição de grafema proposta por Catach, não podemos deixar de reconhecer que aquela noção envolve algumas dificuldades e presta-se a controvérsia (24).

4. O ESTATUTO DA ESCRITA

Colocados lado a lado os sistemas que temos vindo a analisar – o fónico e o gráfico –, não é difícil concluir que a escrita se reveste também de um elevado grau de complexidade, pouco reconhecida por diversos motivos. Não se trata aqui de proclamar, de forma taxativa, a autonomia da grafia em relação à fonia, já que elas são duas faces inalienáveis de um mesmo fenómeno. Apesar disto, convém rever urgentemente o estatuto que vem sendo atribuído à escrita – o de complemento ou substituto. É na possibilidade da revisão deste estatuto que reside, decerto, a *misteriosa característica da linguística moderna* (25). Assim, os epítetos atrás mencionados deverão ser postos em causa, uma vez que, dotada de virtualidades próprias, a escrita não é correcta e completamente descrita pelo seu carácter de complementaridade ou secundaridade face à oralidade. Convém recordar que (...) *dans son épuration du corpus des donnés le linguiste se réfère – peut-être même à son insu – à la langue écrite, en tant que norme* (26). Logo, o linguista dificilmente escapa à escrita e às vantagens que dela decorrem.

Por outro lado, muito antes de a Linguística vir a constituir-se como ciência autónoma, a própria invenção da imprensa e, mais tarde, a descoberta e o interesse pelos manuscritos orientais, para além da própria literatura, que já não se escrevia como outrora para a leitura em voz alta, levam a que a linguagem encontre na escrita a sua própria natureza e o seu lugar de reconhecimento.

Se adoptarmos o ponto de vista histórico (a história é precisamente a memória escrita) não nos surpreende que a língua escrita saia revalorizada e talvez devamos pensar em colocar o primado da língua falada sobre aquela no caminho das curiosidades museológicas (27) e do ponto de vista antropológico, teremos de reconhecer o papel da escrita na «domesticação do pensamento selvagem» (28).

5. GRAMATOLOGIA E GRAFÊMICA

L'écriture au sens courant est lettre morte, elle est porteuse de mort.

Jacques Derrida

A tal ponto a escrita surge imbuída de um certo poder epistemológico e linguístico que passou, desde há algumas décadas, a ser entendida como detentora de autonomia em relação à língua falada ⁽²⁹⁾ e suscitou até a criação de uma ciência que a tem por objecto – a Gramatologia.

A língua escrita tinha sido sempre estudada sob a forma de história e não quanto à substância que lhe é subjacente. A escrita diverge da língua precisamente por ser uma técnica, interpretada por Jacques Derrida como (...) *une ruse artificielle et artificieuse pour rendre la parole présente lorsqu'elle est en vérité absente. C'est une violence faite à la destinée naturelle de la langue (...)* ⁽³⁰⁾. Em conformidade com isto, a *technè* (a escrita, ou, se preferirmos, a ortografia) opõe-se à *physis*, pois aquela depende de uma prática legitimada socialmente.

Enquanto técnica, a escrita pressupõe um saber (os grafemas, suas realizações, etc.) que vai sendo sucessivamente transmitido, recebido e adaptado. Cabe à grafémica o estudo dos grafemas nas suas relações internas, que são habitualmente correspondentes, mas não idênticas, às que se verificam no seio do sistema fonológico das línguas. Entre os grafemas há até mesmo relações que não se verificam entre as unidades do referido sistema fonológico, independentemente da língua que consideremos.

Andrei Avram exemplifica da seguinte forma o tipo de relações específicas e inerentes ao sistema grafémico: (...) *à l'intérieur du système graphématique le trait distinctif capitalization se comporte comme s'il était doué d'un sens – ce qui n'est jamais le cas pour les traits distinctifs des phonèmes* ⁽³¹⁾. O mesmo autor reconhece, porém, que o grau de sistematização dos grafemas é inferior ao dos fonemas ⁽³²⁾. Na verdade, a grafémica não equivale exactamente à fonologia, assim como o grafema não corresponde precisamente ao fonema, sendo ainda possível distinguir entre a grafética e a grafémica ⁽³³⁾: a primeira trata da substância e a segunda das formas dos grafemas.

A grafémica parte, portanto, de critérios rigorosos de reconhecimento e de identificação dos grafemas. Para fazê-lo, o linguista socorre-se sobretudo das relações de equivalência entre os sistemas fonemático e grafemático. Assim, as unidades deste último sistema classificam-se em ⁽³⁴⁾:

1) Unidades homofonemáticas – os grafemas e os grupos de grafemas (dígrafos) que se referem ao mesmo fonema. É o caso de [ʃ] que, em português, pode ser transcrito por <X> e <CH>;

2) Unidades heterofonemáticas – grafemas que correspondem a mais do que um fonema. Em português, por exemplo, <C> serve para representar quer /s/ quer /K/.

Os grafemas que registam fonemas consonânticos podem, por sua vez, repartir-se em duas categorias: a dos grafemas simples e a dos complexos.

Do que fica exposto, constata-se que estamos em presença de casos de *polivalência dos signos gráficos ou de poligrafia dos fonemas* ⁽³⁵⁾ causa da inadequação da escrita alfabética ao ideal para que fora criada.

Os estudos grafemáticos constituem um importante auxiliar na reconstituição da pronúncia de épocas recuadas da língua, às quais não temos acesso a não ser pelos textos escritos, apontando inclusivamente para a sua repartição geográfica. É aí que entram em jogo os valores que os grafemas possuíam numa dada época e a forma como teriam ou não correspondido à realidade do sistema fonético-fonológico de então. Não é demais insistir em que o estudo desses grafemas, na sua correspondência com o sistema fonético-fonológico, implica todo um esforço de interpretação, uma vez que o sistema gráfico (grafemático) foi adoptado numa fase mais ou menos remota da língua, e esta, entretanto, não permaneceu imutável. Dever-se-á, portanto, salvaguardar as distâncias com respeito ao actual estado daqueles dois sistemas (fonológico e grafemático) e às suas mútuas correspondências ⁽³⁶⁾. A grafémica está, conseqüentemente, ao serviço da história da língua, na medida em que o sistema (orto)gráfico assistiu à consolidação do sistema linguístico. Ainda com base nos dados da grafémica, podemos concluir que os grafemas tradicionais, existentes em qualquer ortografia, são um ponto de referência visual que imediatiza o significado, tornando-se, portanto, muitíssimo económicos ⁽³⁷⁾. Por sua vez, a heterografia, ou seja, as diferentes grafias de um fonema ou significante, é a garantia da inteligibilidade em casos de homonímia ou de polissemia. Finalmente, as *letras etimológicas* ou as *históricas*, que no francês, por exemplo, povoam intensamente a ortografia, constituem o que Nina Catach considera um caso de *surinformation optique* ⁽³⁸⁾.

Por tudo isto, comprovamos que o domínio grafémico ou grafemático, à semelhança do fonemático (segundo alguns autores, a fonemática no quadro da fonologia ocupa-se preferentemente dos

fonemas) ⁽³⁹⁾, é também uma ciência – a ciência dos grafemas. Se esta já tem algum caminho percorrido, o mesmo não se poderá dizer todavia da gramatologia (etimologicamente, do grego *grámmatos* letra, sinal + *logos* conhecimento), isto é, da *ciência da escrita*, cujo objectivo é o estudo do fenómeno da escrita e sua evolução, como actividade semiótica, bem como das suas técnicas.

A gramatologia tem um domínio mais lato que o da grafémica e nela confluem a Filosofia, e Etnologia e a Psicologia, sem que possa dispensar também a Linguística. Para comprovarmos a natureza poliédrica da gramatologia bastam, mais uma vez, as palavras de Jacques Derrida: (...) *l'«écriture» vient s'ajouter à la parole vive et présente à soi, la «masturbation» vient s'ajouter à l'expérience sexuelle dite normale; la «culture» vient s'ajouter à la nature, le «mal» à l'innocence, l'«histoire» à l'origine, etc.* ⁽⁴⁰⁾.

A escrita está, em suma, longe de ser apenas um epifenómeno da língua falada ou fonía.

NOTAS

(¹) Cf. Jean Dubois et alii, *Langue*, in «Dictionnaire de Linguistique», Larousse, 1985, p. 276.

(²) Cf. André Martinet, *Elementos de Linguística Geral*, 10.^a ed., Sá da Costa, Lisboa, 1985, p. 24.

(³) Cf. ponto 1.

(⁴) Cf. *Dictionnaire de Linguistique*, p. 175.

(⁵) Cf. *Idem, ibidem*.

(⁶) Estes elementos são examinados por F. Foresti, *Il rapporto tra sistemi grafici e sistemi fonologici, con particolare riguardo all'italiano*, in «Rivista Italiana di Dialettologia». Scuola Società Territorio, 1, 1977, p. 124.

(⁷) *Idem, Obra cit*, p. 125.

(⁸) Sobre estas questões, remetemos para *Literacy, language and learning the nature and consequences of reading and writing*, editado por Olson, Torrance e Hildyard, Cambridge University Press, 1985.

(⁹) Vide E. Alarcos Llorach, *Les représentations graphiques du langage*, in «Le Langage». Encyclopédie de la Pléiade, org. par André Martinet, Gallimard, Paris, 1968, pp. 513-568; James G. Février, *Histoire de l'écriture*, Payot, 1988.

(¹⁰) Cf. A. Llorach, *obra citada*, pp. 544-548.

(¹¹) Cf. *Graphic and Phonic Systems: Figurae and Signs*, in «Word», XXI, 1965, p. 209.

(¹²) Cf. *Aspects of Language*, 3rd ed., New York, 1981, p. 281.

(¹³) Vide Ernst Pulgram, *Phoneme and Grapheme: a Paralell*, in «Word», VII, 1951, pp. 15-20.

(¹⁴) Vide André Martinet, *Langue parlée et code écrit*, in «De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue» (sous la direction de Jeanne Martinet), 1974, pp. 73-82.

(¹⁵) Cf. Jean Dubois, *Dictionnaire de Linguistique*, pp. 481-482. (¹⁶) Cf. I. 1.

(¹⁷) Cf. Jean Dubois, *Dictionnaire de Linguistique*, p. 446 e ainda Bertil Malmberg, *A Fonética*, Livros do Brasil, Lisboa, p. 15; A. Rosetti, *Introdução à Fonética*, 3.^a ed., Publ. Europa-América, Lisboa, 1974, pp. 28-31; J. Lyons, *Linguagem e Linguística*, Guanabara, Rio de Janeiro, 1987, pp. 71-99.

(¹⁸) Cf. Ernst Pulgram, *Graphic and Phonic Systems: Figurae and Signs*, in «Word», XXI, 1965, p. 214. De acordo com isto, a letra possui nome, figura e valor.

(¹⁹) Cf. J. Dubois, *obra citada* p. 372, onde o autor define o fonema como (...) *la plus petite unité dépourvue de sens que l'on puisse délimiter dans la chaîne parlée*. Cf. igualmente nota 2, *obra citada*, p. 20. Aí Martinet apresenta o fonema como uma unidade de segunda articulação. Para a fonologia de Praga, o fonema é um feixe de traços distintivos; esta noção será retomada e reformulada pelos gerativistas desde 1960.

(²⁰) Vide Claes Witting, *Phone et Phonème, Graphe et Graphème*. in «Studia Neophilologica», vol. XXXVI, 1960, pp. 320-326.

(²¹) Cf. Phoneme and Grapheme: a Paralell, p. 16: *Phoneme and Grapheme are precisely such class abstractions*.

(²²) Cf. Nina Catach, *L'orthographe*, 3^{ème} ed., *Que sais-je?* (685), 1988, p. 119.

(²³) Cf. Idem, *obra cit*, p. 119 e ainda, *L'orthographe française*, Nathan, 1980, p. 26. Num recente trabalho da autora, *Les délires de l'orthographe*, Plon, 1989, p. 333, os arquigrafemas são definidos como «graphèmes fondamentaux, représentant d'un ensemble de graphèmes, qui sont par rapport aux autres ensembles dans un rapport exclusif, et correspondent au même phonème ou au même archiphonème».

(²⁴) A comprovà-lo fica o interessante artigo «The term *grapheme* in the history and theory of Linguistics», de Manfred Kohrt, incluído na obra *New trends in graphemics and ortography* (edited by Gerhard Augst), de Gruyter, Berlin, New York, 1986, pp. 80-96.

(²⁵) É uma expressão de Barbara Stanosz, *Sur une propriété mystérieuse de la linguistique moderne*, in «Langages» (Mars 88), n.º 89, Larousse, Paris, p. 86.

(²⁶) *Idem, obra cit*, pp. 85-86.

(²⁷) *Idem., ibidem*.

(²⁸) Esse é precisamente o sub-título utilizado por Jack Goody, no seu livro *La raison graphique*, Minuit, 1977.

(²⁹) A corrente autonomista é hoje adoptada por Jacques Anis, contrariamente à corrente fonográfica, de Nina Catach. Para uma visão completa daquele modelo, veja-se: Jacques Anis (avec la collaboration de Jean-Louis Chiss et Christian Puech), *L'écriture. Théories et descriptions*, De Boeck Université, Bélgica, 1988. Tem especial interesse o cap. 1, «Construction du graphème: théories et descriptions», pp. 79-86.

(³⁰) Cf. Jacques Derrida, *De la Grammatologie*, Ed. Minuit, Paris, 1967, p. 207.

(³¹) Cf. *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques*, in «Cahiers de Linguistique Théorique et Appliquée, 1, 1962, pp. 10-11.

(³²) *Idem, ibidem*, p. 16.

(³³) Para um aprofundamento destes conceitos, remetemos para os trabalhos de Nina Catach.

(³⁴) Cf., nota 6, *obra citada*, p. 136. Aí encontramos a classificação por nós utilizada.

(³⁵) Segundo a expressão de Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português*, INIC, Coimbra, 1986, p. 300.

(³⁶) Vide A Rosetti, *Remarques sur l'interprétation des graphèmes dans les anciens textes écrits*, in «Revue de Linguistique Romane, n.º 39, 1975,

pp. 394-399 e Göran Hammarström, *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes*, in «Studia Neophilologica», vol. XXXI, Uppsala, 1959, pp. 5-18.

(³⁷) Veja-se a esse propósito, Nina Catach, *L'orthographe française*, Nathan, 1980, p. 16.

(³⁸) *Idem*, obra cit, p. 272.

(³⁹) Cf. Christian Baylon e Paul Fabre, *Iniciação à Linguística*, Livr. Almedina, Coimbra, 1979, p. 126.

(⁴⁰) Cf. *De la Grammatologie*, p. 238.

II. ANTECEDENTES DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

1. DA EXPERIÊNCIA DA ESCRITA À ORTOGRAFIA

A língua portuguesa apresenta as suas primeiras experiências como língua escrita nas primeiras décadas do século XIII. Os mais antigos textos escritos em português constituem, pois, para a história da língua portuguesa, um marco de extraordinária importância.

Não vamos, obviamente, fazer a *revisão do problema histórico-linguístico* (1) do mais antigo texto em português, ou, sequer, seguir o percurso de uma questão tão discutida.

É, todavia, relevante apontarmos que a experiência da escrita é reveladora, por si só, apesar das hesitações a que se tem chamado instabilidade, de uma certa maturidade se não da língua como utensílio linguístico colectivo, já conformado e consolidado, pelo menos de uma comunidade que procura individualizar-se pela passagem à escrita da sua manifestação linguística, até então unicamente oral.

Várias questões se nos apresentam como, por exemplo, as relativas ao bloco linguístico galego-português no qual recentemente foram determinadas áreas com diferentes usos gráficos (2). As grafias dos textos medievais patenteiam-nos diferentes interrogações, algumas das quais já Maria Ana Ramos equacionou, com todo o acerto, se bem que a propósito das composições trovadorescas (3).

É de frisar que a observação e o confronto atento das diferentes grafias permitem-nos proceder à cronologia dos fenómenos linguísticos, acompanhar a sua distribuição geográfica e até fazer sociologia da escrita em língua portuguesa, dado que os escribas possuíam diferentes procedências e formações.

As grafias constituem indícios das alterações operadas no sistema fonético-fonológico da língua, que mais tarde ou mais cedo acabam por transparecer nos textos escritos.

Uma simples abordagem dos textos medievais mostra-nos que a prática dos escribas e dos copistas era fundamentalmente de carácter fonético, isto é, eles transcreviam, com a maior aproximação possível, a linguagem falada, fazendo corresponder uma grafia distinta a cada unidade fónica. As diferentes grafias de uma mesma forma podem assentar na existência de diversificação sócio-geográfica e cultural ou ser perfeitamente arbitrárias. A linguagem oral que deveria, tal como hoje sucede, apresentar variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, ver-se-ia decerto plasmada nos usos gráficos, ainda que a tradição clássica, particularmente a latina, servisse para mascarar esses hábitos linguísticos da oralidade.

Não está, portanto, isenta de problemas e dificuldades a leitura e a interpretação das grafias dos textos medievais, quer nos refiramos aos de expressão galego-portuguesa, quer aos primeiros textos escritos exclusivamente em português.

Muitas vezes ocorre falar-se, como já salientámos mais acima, na instabilidade do português medieval. Em boa parte, tal facto provém da ideia de ausência de codificação, de normatização, o que não deixa de ser verdade, particularmente no domínio da transcrição gráfica. É que a norma linguística, e em concreto a norma gráfica, pressupõe condições sócio-políticas que a favoreçam para além de um centro irradiador e dos meios de difusão adequados.

No caso presente, o da (orto)grafia portuguesa, tais factores parecem coincidir primeiramente com a independência política (1134) do reino de Portugal e o estabelecimento de uma fronteira territorial em relação a Leão, que teria dificultado os contactos entre possíveis áreas scriptológicas do galego e do português; depois, com o florescimento da vida da corte, que se vai geograficamente deslocando para sul – primeiro em Guimarães, a seguir Coimbra e, definitivamente, em Lisboa –, a crescente importância dos mosteiros e seus *scriptoria*, para além das chancelarias reais ⁽⁴⁾ e a constituição de uma literatura de carácter didáctico e histórico; e, finalmente, mais de dois séculos após os primeiros ensaios scriptológicos, a imprensa, o meio precípua na difusão de um modelo gráfico (ou ortográfico) e o paulatino crescimento do trânsito tipográfico. Estes dados coalescentes devem ser tidos em conta na explicação do aparecimento e propagação de certos usos gráficos, para já não falar no papel que o latim desempenhou como referência e modelo a seguir pela linguagem, mesmo no tocante à grafia. Só isso permite compreender a convivência de grafias ditas fonéticas, ao lado das chamadas grafias latinizantes, isto é, dos latinismos gráficos.

É ao latim, a única língua com pergaminhos de antiguidade, nobreza e excelência, que os escribas ou os copistas vão procurar soluções gráficas, que se nos apresentam por vezes manifestamente insuficientes ou inadequadas, perante realidades fónicas mais recentes e desconhecidas da língua latina.

Luís Filipe Lindley Cintra, num conhecido artigo a respeito da grafia do português antigo ou medieval, dá-nos conta precisamente das principais questões levantadas pelas grafias dos textos não literários da segunda metade do século XIII ⁽⁵⁾. Delas são exemplo, para apenas citar as mais relevantes, a progressiva expansão de fenómenos ocorridos na linguagem oral e a maneira como eles se iriam reflectindo nas opções gráficas dos copistas das diversas regiões; a forma como essas mesmas opções se iriam distribuindo pela geografia scriptológica e indiciando uma primitiva dialectação do território, particularmente quando são confrontadas tais grafias e os respectivos valores com os dados da actual situação dialectológica.

Como salienta o referido linguista, as inovações gráficas penetram mais dificilmente na prática dos copistas das regiões setentrionais (Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), ao passo que nas regiões meridionais (Alentejo, Estremadura e Algarve, repovoadas posteriormente, tais inovações são adoptadas mais rapidamente ⁽⁶⁾).

Trataremos de apontar, de seguida, apenas a título de exemplo, algumas das características gráficas do mais antigo texto escrito em língua portuguesa ⁽⁷⁾, embora não tenhamos tido a intenção de proceder a uma verdadeira e exaustiva perquirição, com base naquele texto ou, sequer, de colacionar todas as grafias e respectivos valores fónicos.

Assim, se atentarmos naquele que é considerado o mais antigo texto escrito em português – o testamento de Afonso II, de 1214 ⁽⁸⁾ –, poderemos constatar a existência de uma multimoda representação gráfica da mesma realidade fónica ou, se se preferir, regista-se a sua heterografia. A palatal sonora /ʒ/, por exemplo, é representada, ao longo do Testamento, por <I> (*seia, aia, seiam*, etc); <GI> (*beigio, segiã, agia*, etc.); <G> (*gurge*) e <Y> (*beyio*). São igualmente transcritas de forma bastante diversificada a sibilante surda /s/ e a sonora /z/. Para a primeira surgem-nos as seguintes grafias: <S> (*Afonso*); <SS> (*ssi*); <Z> (*Alcobaza, undezima, dezima, faza*) e <CI> (*folgãcia, terciã*). /z/ é transcrito, por sua vez, por <Z> (*treze*); <C> (*Facer*); <-S-> (*guisado*) e <CI> (*Galicia*). Ainda seguindo Lindley Cintra ⁽⁹⁾, nos meados do século XIII, especialmente em documentos das regiões do Sul, já se verificava a confusão entre, por um lado, <S->, <-SS-> e, por outro,

<Ç> ou <Ce,i>, bem como entre <-S-> e <-Z->, devido à simplificação, na língua falada, do sistema das sibilantes. É que a africada /dz/, grafada <Z> e a africada /ts/, grafada <Ç> ou <C^{e,i}>, tendiam para a perda do respectivo elemento oclusivo, originando a redução do sistema em que se inscreviam ⁽¹⁰⁾. As actuais /s/ e /z/ pré-dorsodentais resultam precisamente das africadas simplificadas. Por sua vez, as apico-alveolares /s/ e /z/ conseguiram sobreviver, ainda que dialectalmente, em certas regiões mais conservadoras do norte de Portugal.

Façamos aqui um breve parêntese para assinalar que, curiosamente, no século XVIII ainda encontramos ortógrafos que sustentam não haver qualquer possibilidade de confusão entre aquelas grafias, e isto com base numa pronúncia perfeitamente distinta. Madureira Feijó insiste reiteradas vezes em tal argumento. Este facto explicar-se-á possivelmente pelo desfasamento entre a escrita e a pronúncia, pela tentativa de manter na (orto)grafia uma distinção já apagada da pronúncia, ou ainda pela possível intromissão dos hábitos linguísticos do próprio ortografista, que seria levado a confundir o uso regional com o uso mais geral ou padrão ⁽¹¹⁾.

Voltando ao *Testamento de Afonso II*, as palatais /ñ/ e /ɲ/ uma nasal, a outra lateral – aparecem transcritas por <NI> (*Idania, senior*, etc.) e (*rogoli, molier*, etc.), respectivamente. A nasal surge, num único caso (*menguu*), transcrita por <NG>.

A adopção dos dígrafos <NH> e <LH> tornar-se-á frequente em especial a partir dos anos 1265-1275, datas entre as quais medeia a reforma da chancelaria real. A estas grafias atribui-se, habitualmente, uma origem provençal. A esse propósito concluiu, em 1963, L. F. Lindley Cintra: *Le fait que, pour cette manière de représenter les palatales il n'y a pas d'antécédents connus dans toute la Péninsule hispanique centrale et occidentale (...), le fait aussi que cette graphie existait dans le domaine occitain depuis la fin du xlie siècle (...) et qu'elle apparaît en premier lieu dans la chancellerie royale et seulement plus tard, peu à peu (...), dans les tout différentes régions, cela rend, semble-t-il, indiscutable la thèse de l'origine provençale* ⁽¹²⁾.

Para além das palatais e das sibilantes e respectivas grafias, outros aspectos, como a transcrição da fricativa sonora /v/ ou a marcação da nasalidade, poderiam merecer igualmente a nossa atenção. O *Testamento de Afonso II*, a que temos vindo a referir-nos, permite constatar que perante realidades novas – como era o caso de /v/ –, a tradição gráfica conhecida (a latina) carecia dos instrumentos necessários, obstáculo a que os copistas ou escribas obviavam, com maior ou menor acerto.

Daqui se infere que a (orto)grafia portuguesa, nos seus primórdios, baseia-se na experimentação com base na tradição. Apesar de a ortografia desta época ser de carácter preponderantemente fonético, tal como observávamos anteriormente, ela denota, por outra parte, a influência latina, matriz moduladora e permanente. É assim que no *Testamento* surgem formas como *luctosas* ou *septimo*, entre outras ⁽¹³⁾.

Se no caso deste documento bem como de outros textos, analisados por Lindley Cintra, verificamos a existência de uma exercitação gráfica, com o decorrer do tempo e uma mais intensa prática da escrita, algumas das dificuldades são contornadas, na sua maior parte, e certas grafias serão deslocadas e até reconhecidas como cada vez mais arcaizantes. Isso não impede que possamos, todavia, em épocas posteriores, encontrar mais do que uma grafia para um mesmo som, por vezes num mesmo vocábulo.

É que o esforço de codificação gráfica da língua portuguesa só chegará com o século XVI e as primeiras descrições gramaticais da nossa língua. Durante o tempo que vai dos primeiros textos conhecidos (século XIII) às primeiras gramáticas, o português escrito estará (como no-lo demonstram os manuscritos), mais ou menos entregue ao livre alvedrio dos escribas e dos copistas incumbidos de escrever em *linguagem*. Não há que esquecer também que esses indivíduos eram os mesmos que, por ofício, escreviam ou copiavam, em latim, textos de carácter notarial ou outro.

De qualquer modo, o português verá o seu estatuto substancialmente beneficiado pelo facto de, a partir de 1255, ter começado a substituir o latim nas cartas reais e de, em 1289, D. Dinis ter criado os Estatutos Gerais. Tais factos devem ter-se certamente repercutido no interesse prestado à língua portuguesa, ainda que o latim tenha continuado a ser, quase exclusivamente, a língua do mundo da cultura e do culto religioso.

Quando começam a surgir textos de cunho literário, evidenciando, pois, preocupação de ordem estética, a (orto)grafia não aparece ainda codificada e verificamos mesmo que a influência do latim, no plano gráfico, vai sofrer um notável incremento. A tal facto não deve ter sido estranha a prática intensa da tradução levada a cabo pelos monges dentro dos mosteiros, focos de preservação e de irradiação da tradição latina. Veja-se o caso das *Fábulas de Esopo* e das formas gráficas *dicta*, *doctor*, *dapno*, *homees*, por exemplo, que, ao acaso, ali encontrámos ⁽¹⁴⁾. Proveniente de um códice alcobacense, o *Orto do Esopo* ⁽¹⁵⁾

apresenta-nos grafias que denunciam a mesma influência latinizante e até grecizante, por via do latim: *Theofilo, Christo, Dorothea e solempnes*.

Toma-se como marco fundamental da relatinização da língua portuguesa o século XVI, devido ao movimento humanista, e muitos atribuem até boa parte dessa relatinização à epopeia camoniana, onde toda a sorte de latinismos está em simbiose com a temática. Ainda que muitos factores concorram para o destaque daquele período e que se deva reconhecer o auge nele atingido pela língua nacional, a verdade, porém, é que mesmo durante os séculos precedentes, o latim esteve sempre presente, tutelando e modelando a nossa língua. O exemplo acabado dessa influência é a prosa didáctica, de que salientamos especialmente o *Leal Conselheiro*, do rei D. Duarte. Aí deparamos com as formas gráficas *scrita, screver, spiritual, sancta, feicta, dicto, sperando*, lado a lado com formas tradicionais como *imiigos, nacido, ou sustancia* ⁽¹⁶⁾.

No *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte*, ou *Livro da Cartuxa*, encontrámos até um interessante paradoxo: se o rei desaconselha o uso de latinismos – *palavras latynadas* – ou de vocábulos de outras origens – *nem d outra lyngoagem* –, de seguida emprega a forma *escripto*, ela própria alatinada ⁽¹⁷⁾.

O latim, enquanto língua da Igreja, das relações inter-nações, da ciência, da literatura e da cultura em geral, acompanha o processo de amadurecimento do português, que foi, de princípio, exercitando-se graficamente, com o objectivo de tornar acessíveis os textos latinos e, ao mesmo tempo que se tornava mais dúctil, foi perdendo aspectos arcaizantes quer morfológicos quer sintácticos ou, ainda, lexicais.

Ao compararmos um dos mais antigos textos do século XIII com outro dos finais do século XIV, verificamos de imediato que as vogais dobradas ou duplicadas começam por ter sobretudo um valor etimológico; à medida que se perde a consciência etimológica, tomam o valor de diacrítico: elas indicam ou o grau de abertura da vogal ou a sua tonicidade. As formas *ceeos, mãoos e humanaes*, entre muitas outras, atestam precisamente a existência de vogais duplicadas não etimológicas.

O que atrás salientámos sumariamente a propósito da prosa didáctica, de que são exemplo os textos de D. Duarte, aplica-se igualmente aos outros prosadores da casa de Avis e conduz-nos a Fernão Lopes, a figura mais relevante da prosa histórica portuguesa. O autor coloca ao lado de formas tradicionais ou populares (*emijgos*,

por exemplo), outras que, graficamente, denotam a influência da matriz latina: *escrepuer*, *dampno* (com *p* intruso), *theolesia* (teologia, com *th*, dígrafo de origem grega) e *regno* ⁽¹⁸⁾.

Nas suas crónicas é, possível encontrar, entre outras, as seguintes grafias: <R> surge em posição interna, quer entre vogais quer precedida de consoante, para marcar a vibrante simples (*queredo*, *gramdes*); <F> aparece em posição interna (*aficava*) e também em posição inicial (*feito*), embora mais esporadicamente; <Ç> apresenta-se igualmente tanto em posição inicial (*çarrar*) quanto em posição interna, mesmo se seguido de *e* ou de *i* (*açerca*) e <L> serve, por sua vez, para grafar a lateral, especialmente se esta não se encontra em posição intervocálica (*elrei*, *Nun'Alvrez*); <RR>, em posição inicial, marca a vibrante múltipla (*rrancura*, *rreino*); a nasalidade, quer interna quer final, é marcada muito irregularmente (*entõ*, *embargando*, *fallãdo*); em posição interna (*castellãos*, *Gomçallo*), <LL> parece ter o valor de /l/; <FF>, igualmente em posição interna, serve para marcar a fricativa surda /f/; por sua vez a fricativa sonora /v/ é transcrita por <U> (*estaua*, *uida*); <SS> serve para registar a sibilante surda /s/ (*Affonssso*), mesmo quando precedida de nasal; e, finalmente, as palatais nasal e lateral aparecem grafadas <NH> e <LH> ⁽¹⁹⁾.

Quanto às vogais, estas aparecem duplicadas com valor etimológico (*treedor*) ou, com o valor de diacrítico, para indicar a sua tonicidade (*perdigões*, *castellãaos*) ⁽²⁰⁾. A semivogal /j/ é grafada quer por <J> (*rej*, *muj*), quer por <I> (*feito*).

É, porém, com o dealbar do século XVI e, em particular, com o aparecimento da imprensa em Portugal ⁽²¹⁾ que a questão da normalização (orto)gráfica vai levantar-se de forma mais aguda. A normalização linguística e a normalização gráfica passarão a ser equacionadas paralelamente. Salienta-se ainda que com a letra de forma surge também a ortografia tipográfica e seus problemas, decorrentes de questões de ordem técnica, entre outros factores.

2. DA(S) ORTOGRAFIA(S) RENASCENTISTA(S) AO TRIUNFO DA ETIMOLOGIA

Com o movimento humanista renascentista, as línguas modernas (românicas) – e o português entre elas – passam a ser, pela primeira vez, objecto de descrições gramaticais, ou melhor, de moldes normativos, que se aplicam até ao domínio da (orto)grafia. A norma linguística até então conhecida era a do latim, enquanto as línguas *vulgares*,

essencialmente orais, eram consideradas instrumentos relativamente grosseiros, não merecendo qualquer descrição ou atenção por parte da gente culta.

Os primeiros gramáticos portugueses, Fernão de Oliveira e João de Barros, cujas gramáticas datam respectivamente de 1536 e 1540⁽²²⁾, vêem-se confrontados com uma espécie de *liberdade gráfica* e são por isso os primeiros a tentar regulamentar a (orto)grafia portuguesa. Assim, as páginas ou os capítulos consagrados especificamente à matéria ortográfica inserem-se num espírito normativo que visa elevar a língua nacional a um plano unicamente atingido pelas línguas da Antiguidade Clássica.

Em perfeita consonância com o contexto cultural da época, de revitalização e emulação dos modelos grego-latinos, aqueles gramáticos vão estender à ortografia o que faziam ao descrever a língua portuguesa: aproximá-la, tanto quanto possível, do ideal de perfeição e de pureza – a língua latina. Isto pressupôs, obviamente, o regresso à matriz e, pouco a pouco, a recuperação da etimologia (do grego *ετυμοε* étimo; *ετυμολογια*), quer dizer, da relação com a origem, fazendo com que a forma gráfica das palavras constituísse objecto de conhecimento. Consta-se, no entanto, a hesitação entre duas tendências: a da vernaculização e a da latinização⁽²³⁾.

A ortografia passa a manifestar a marca da filiação no latim, embora misturada com um certo pendor nacionalista ou independentista, de que é exemplo o que Fernão de Oliveira diz a propósito da imitação dos autores latinos: *Desta letra .q. parece Quintiliano duuidar entre os latinos: a quem segue Diomedes / mas porem Marçiano diz outra cousa: e com tudo os latinos aperfiem consigo nos da nossa lingua sentimos isto que estas syllabas. ca e coa e co e cu. Bem pode escusar essa letra .q. como cadeyra. coando começo e cuberto (...)*⁽²⁴⁾.

Apesar do recurso às fontes latinas, quer Fernão de Oliveira quer João de Barros, apoiando-se explicitamente no princípio da *auctoritas*, estabelecem preceitos ortográficos que resultam da concessão ao *usus*, um dos pilares em que se escora qualquer ortografia. O segundo destes gramáticos, inscrevendo-se na corrente vernaculizante, tende a aproximar a grafia o mais possível da fonética: *A primeira e prinçipal régra da nóssa ortografia é escrever todalas dições com tantas lêteras com quantas â[s] pronunçiamos, sem poer consoantes oçiósas, como vemos na escritura italiana e francesa. E ainda: (...) orthographia é vocábulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós o devemos escrever com estas lêteras ortografia, porque com élas pronunçiamos*⁽²⁵⁾.

Nas gramáticas de Oliveira e de Barros já são atribuídas às letras (hoje grafemas) determinadas funções como, por exemplo, a etimológica, a distintiva ou a diacrítica ⁽²⁶⁾.

É, porém, nas *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa* (1574), de Pêro de Magalhães de Gândavo, que encontramos a primeira obra exclusivamente consagrada à regulamentação da prática escrita (ortográfica) da língua portuguesa. Tal como os gramáticos seus predecessores, Gândavo é um homem do humanismo renascentista ⁽²⁷⁾, profundamente empenhado na defesa do vernáculo, como fica patente no *Dialogo em Defesa da lingua Portuguesa* ⁽²⁸⁾, publicado juntamente com as *Regras*.

A obra de Magalhães de Gândavo não tem grande fôlego, mas constitui, conjuntamente com os capítulos que Oliveira e Barros dedicam às *letras*, nas suas gramáticas, o início do rol vastíssimo de obras que, a partir do século XVI, continuarão a tentar normalizar o que parecia não normalizável, dado que, apesar destes esforços, a prática gráfica continuava (e continuaria por longo tempo) a ser uma escolha individual.

A tudo isto devemos acrescentar que, em muitos textos impressos a partir do século XVI, se torna difícil saber se as opções (orto)gráficas neles patenteadas foram fruto dos critérios do gramático ou ortografista ou se, pelo contrário, deverão atribuir-se à mão do impressor ou do revisor que, de acordo com os meios técnicos, a sua formação ou a moda, manipulava a grafia dos textos. Conclui-se, pois, que não é lícito falar-se de uma ortografia mas, sim, de várias ortografias.

A tendência manifestada pelos textos metaortográficos, a partir do final do século XVI, vai no sentido de incrementar o papel que neles encontra a etimologia (mesmo que injustificada ou simplesmente falsa).

Com efeito, os preceitos ortográficos de F. de Oliveira, os de Barros ou os de Gândavo, não obstante toda a *latinitas* que deles ressuma, não elevam ao extremo a importância da etimologia.

A própria epopeia camoniana, que pela sua temática introduziu e veiculou inúmeros latinismos de todo o género ⁽²⁹⁾, apresenta, paralelamente a eles, formas tradicionais. Assim, algumas das formas bebidas directamente da fonte latina prevalecem sobre as formas tradicionais ou populares. É o caso de *inimigo* (< lat. INIMICU -), que suplanta a forma *imiigo*.

No entanto, a tendência etimologizante vai agudizar-se já no final do século XVI, principalmente a partir de Duarte Nunes de Leão e da

sua *Orthographia* (1.^a ed. 1576). Isso corresponde à preponderância da componente diacrónica ou histórica da ortografia sobre a componente fonética.

O sistema (orto)gráfico do português apresentará, assim, uma progressiva complexidade pela introdução de grafemas ou de dígrafos, quer latinos quer gregos. Essa complexidade, como se deduz das palavras de Nunes de Leão, explica-se pelo facto de aos grafemas serem conferidos valores de diferentes ordens – fónica, etimológica, semântica e distintiva: *Porem ainda que pareça esta aspiração ociosa, pola não pronunciarmos, he porem necessaria, para guardar a orthographia dos nomes Latinos, & Gregos, para per ella se conhecer a origem, & etymologia dos vocabulos, & para differença delles: como fazem os Franceses, que muitas letras nao pronunciaõ perfectamente, em algumas palauras, & em outras as não pronunciaõ de maneira algua, & todavia as screvem, para entendimento das palauras na scriptura, & para se saber a origem dellas* ⁽³⁰⁾. É óbvio que um sistema gráfico deste tipo, cujas unidades podem assumir aqueles valores, implica a existência de uma consciência etimológica e representa uma sobrecarga informativa que não está ao alcance de todos os indivíduos, mesmo quando alfabetizados.

Duarte Nunes de Leão é ainda autor de uma *Origem da Língua Portuguesa* (1606), que tem o interesse de ser a primeira descrição diacrónica da língua portuguesa. Oferece igualmente a particularidade de apresentar listas de palavras de acordo com as respectivas origens.

A força preponderante – a etimológica – vai ganhando terreno nos textos dos ortografistas, mas encontra, aqui e além, o obstáculo da força fonética; existe, de facto, uma luta entre o peso da história (diacronia) e o presente (sincronia), ainda que muito dificilmente qualquer ortografia possa escapar à acção de ambas.

De Álvaro Ferreira de Vera, temos uma *Orthographia ou Arte para escrever certo na lingua Portuguesa* (1633) e, em João Franco Barreto, autor de uma *Ortografia* (1671), encontramos um arauto da ortografia fonética, substancialmente mais comprometido com a pronúncia e até *sui generis*, devido a algumas das soluções adoptadas. O próprio ortografista não nos deixa qualquer dúvida quanto ao critério defendido: (...) *devemos escrever, como pronunciamos, & pronunciar como escrevemos* ⁽³¹⁾.

Tal como alguns dos seus antecessores, Barreto ocupa-se das origens da linguagem, da história do alfabeto e das partes do discurso, seguindo neste capítulo o modelo aristotélico.

Convém salientar que a ortografia emerge das gramáticas como uma das suas partes, na continuidade da tradição clássica ⁽³²⁾. Isto permite-nos compreender por que as gramáticas e as ortografias destas épocas misturavam os seus objectos, justificando-se também que os ortógrafos fossem simultaneamente gramáticos e vice-versa.

Para além dos ortografistas e dos gramáticos, também os lexicógrafos desempenharam um papel na fixação de determinadas grafias. Jerónimo Cardoso é o autor do primeiro dicionário que reúne num *corpus* o léxico português – *Dictionarium Latinolusitanicum & vice versa Lusitanicolatinum* (1562) ⁽³³⁾.

Já no século XVII, e ainda no domínio da lexicografia latino-portuguesa, encontramos o *Thesouro da lingua portugueza* ou *Prosódia* (Évora, 1647), de Bento Pereira, que é igualmente autor de uma *Orthographia* (Évora, 1666).

As obras de tipo lexicográfico são da maior importância não apenas para a história do léxico, mas também no domínio da ortografia, uma vez que servem para difundir determinado uso, contribuindo, portanto, para a normalização gráfica. No caso do *Thesouro* ⁽³⁴⁾, verificamos que com grande frequência serve de referência textual, isto é, de *auctoritas*, aos ortógrafos do século XVIII, particularmente a Madureira Feijó.

Note-se igualmente que, durante um longo período, o ensino da língua vernácula ver-se-á substituído pelo ensino da sua ortografia ⁽³⁵⁾ e, se formos compulsar os títulos das obras de carácter linguístico, entre o final do século XVI e o século XVIII, constataremos rapidamente que a maior parte da produção desse período é de tipo metaortográfico, ainda que, nalguns casos, lá possamos encontrar as clássicas informações acerca das partes do discurso.

No princípio do século XVIII (1712-27), deparamos com uma obra monumental – o *Vocabulario Portuguez e Latino*, de D. Rafael Bluteau. Este é, sem dúvida, o dicionário bilingue que mais deve ter contribuído para a propagação de determinadas formas gráficas, apoiando-se em autores portugueses para ilustrar o *bom uso*. Repercutiu-se intensamente nos textos metaortográficos do século XVIII, onde aparece como referência constante pela autoridade que lhe é conferida. João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) cita-o abundantemente e, de todas as fontes referenciadas por este ortografista, é ele que fornece um maior número de exemplos.

Como referíamos na Introdução deste trabalho ⁽³⁶⁾, do vasto conjunto de obras do género publicadas entre nós durante o século

XVIII, a *Orthographia*, de Feijó, foi a que encontrou uma maior receptividade, representando, pelas referências de que é objecto, uma espécie de *bíblia ortográfica* ou de *vade mecum* da época.

Tal preferência explicar-se-á não apenas por motivos de ordem sócio-cultural – como o facto de na época se privilegiar a manifestação de uma certa erudição, com as conseqüentes extravagâncias ou luxos ortográficos –, mas também terá sido fruto de uma política ou filosofia educativa. Recorde-se que Feijó, com a sua *Arte Explicada*, filia-se no sistema alvarístico, isto é, na *Gramática* de Manuel Álvares (1562-1583) ⁽³⁷⁾, que funcionou como manual de gramática nas escolas jesuítas até à sua proibição pelo Marquês de Pombal, ao iniciar a reforma do ensino, em 1759. O elevado número de edições (mais de dez) da *Orthographia* permite-nos concluir do grande trânsito e influência que a obra de Feijó deve ter alcançado, constituindo por isso um monumento da nossa historiografia linguística.

Das obras que pudemos compulsar do século XVIII, a de Madureira Feijó não é, muito possivelmente, a mais interessante, quanto às informações de tipo linguístico (acerca dos dialectos, de formas arcaizantes, do significado de certas palavras, etc.). Verificamo-lo facilmente ao confrontá-la com o *Compendio de Orthographia* (1767), de Frei Luís do Monte Carmelo, que é nitidamente mais abundante e rico em informações daquele teor e revela um menor grau de pedantismo ⁽³⁸⁾.

A verdade, porém, é que, se o número de obras versando sobre as regras da ortografia é considerável, elas são, na maioria das vezes, a repetição ou a refundição umas das outras. Com ligeiras variantes, a maioria dos títulos do século XVIII corresponde a obras que se inserem na tendência etimológica, elevada por Madureira Feijó ao mais alto expoente. O *leitmotiv* em termos ortográficos, naquele século, é a introdução de grafemas (e de dígrafos) latinos ou helénicos. Quer dizer: à relatinização, tradicionalmente apontada neste período clássico da língua, deveria ser acrescentada a re-helenização ⁽³⁹⁾ da ortografia, ainda que ela tenha ocorrido por intermédio do latim, como oportunamente observaremos.

NOTAS

(¹) Vide P.^o Avelino de Jesus da Costa, *Os mais antigos documentos escritos em Português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, in «Revista Portuguesa de História», tomo XVIII, Coimbra, 1979, pp. 263-340.

(²) A respeito dos grafemas utilizados em diferentes áreas do galego-português, Cf. Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (com referência à situação do Galego moderno), INIC, Coimbra, 1986.

(³) Cf. Maria Ana Ramos, *Nota linguística*, in «A Lírica Galego-Portuguesa». Textos escolhidos, 2.^a edição, Editorial Comunicação, 1985. A autora, na p. 85, diz a propósito das grafias: *Temos um conjunto de textos não autónomos (de facto, estamos impossibilitados de conhecer o sistema gráfico de cada autor), copiados não sabemos exactamente onde (...), nem quantas vezes (quantos Cancioneiros ou quantos rótulos foram copiados antes dos que conhecemos?) nem, conseqüentemente, por quantas pessoas. Quem eram essas pessoas? Conheciam a língua que copiavam? Conseguiam ler/perceber o texto que tinham à sua frente? Quantos erros cometiam? Quantas modificações introduziram nos textos que estavam a copiar? Os autores chegaram a verificar a sua cópia? E os correctores que trabalhavam ao lado do (s) copista (s), que critérios utilizavam -faziam correcção meramente gráfica, ou também intervinham ao nível textual? (...) Quais os usos gráficos? Estaria já determinada na área peninsular uma ortografia (orthós: justo, normativo)? Não sabemos. Não é uniforme o comportamento hoje e não o era no século XIII, período em que não havia sequer o modelo, a norma que fosse difundida pela imprensa, pelo ensino, ou por outros modelos de comunicação escrita.*

(⁴) Vide Marcelino Pereira, *O Latim da Chancelaria de D. Sancho I*, in «Revista Portuguesa de História», tomo XVI, Coimbra, 1986, pp. 399-414.

(⁵) Cf. L. F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle*, in «Revue de Linguistique Romane», vol. XXVII, 1963, pp. 59-77.

(⁶) *Idem*, obra cit. p. 72 Como observa Lindley Cintra, tais inovações acabam por prevalecer no falar padrão: *Certaines innovations qui caractérisent les parlars méridionaux actuels, et qui en certains cas sont devenues propres à la langue littéraire ou normale, devaient déjà se manifester à cette époque dans quelques zones du sud et du centre du Portugal. On en remarque des reflets dans la graphie des chartes.*

(⁷) Cf. Avelino da Costa, obra cit.

(⁸) Utilizamos a transcrição feita por Avelino de Jesus da Costa. Cf. obra cit. p. 312.

(⁹) Cf. L. F. Lindley Cintra, *obra cit.*, pp. 72-75.

(¹⁰) Sobre a pronúncia do português medieval. Cf. Jacinto do Prado Coelho, *Para o estudo da pronúncia do Português Medieval*, in «Revista de Portugal», série A – *Língua Portuguesa*, vol. X, fasc. 50, Lisboa, 1946, pp. 217-221.

(¹¹) Madureira Feijó era natural de Trás-os-Montes, região onde aquela realização se encontraria conservada.

(¹²) Cf. F. L. Lindley Cintra, *obra cit.*, p. 65.

(¹³) Cf. Avelino da Costa, *obra cit.*, pp. 314 e 320.

(¹⁴) Cf. José Joaquim Nunes, *Crestomatia Arcaica*, 8.^a ed., Clássica Editora, 1981, pp. 50-54.

(¹⁵) *Idem, Ibidem*, pp. 57-58.

(¹⁶) *Idem, ibidem*, pp. 115-118.

(¹⁷) Cf. *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, Edição Diplomática, Editorial Estampa, 1982, p. 151.

(¹⁸) Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Clássica Editora, *passim*. Sublinhe-se que as grafias das crónicas são seguramente resultado da acção dos copistas; por outro lado, é preciso ter em conta os critérios em que assenta a transcrição dos textos.

(¹⁹) Para a exemplificação deste parágrafo e do seguinte, cf. nota 18, *obra cit. passim*.

(²⁰) Os vários textos medievais editados pelo Prof. José de Azevedo Ferreira, pelas listagens que os acompanham, permitem atestar com segurança grafias duplas e a frequência relativa de cada uma delas. V. Bibliografia.

(²¹) Sobre a questão da introdução da imprensa em Portugal, remetemos para Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*, IN-CM, 1981.

(²²) Dado o carácter meramente contextual e introdutório deste capítulo, não nos referimos aos antecedentes gramaticais e lexicográficos latino-portugueses, que foram profundamente rastreados e examinados por Telmo Verdelho. V. Bibliografia. Sobre os gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros remetemos para os diversos estudos e edições de Maria Leonor C. Buescu. V. Também sobre Fernão de Oliveira, o artigo de Eugenio Coseriu, «Taal» en Functionaliteit – em *Fernão de Oliveira*, Universidade de Tübingen, 1975. Cf. Bibliografia.

(²³) Vide Maria Leonor C. Buescu, *Babel ou a Ruptura do Signo*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1983 e Maria Helena Paiva, *Vernaculidade Versus Relatinização: o testemunho dos Gramáticos Portugueses Quinhentistas*, in «1.º Encontro Associação Portuguesa de Linguística» (Actas), 1985, pp. 375-397.

(²⁴) Cf. Fernão de Oliveira, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 3.^a edição feita de harmonia com primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira, Edição de José Fernandes, Junior, Lisboa, 1933 (seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques, Tipografia Beleza, Rua da Rosa, 105, 1933), p. 43.

(²⁵) Cf. João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, 4.^a ed. organ. por M.^a Leonor Buescu, Fac. de Letras, Lisboa, 1971, p. 373.

(²⁶) V as informações de E. Coseriu acerca das vogais no artigo *Taal en Functionaliteit* – em Fernão de Oliveira.

(²⁷) Observe-se que, para além das *Regras*, é autor de uma *História da provincia sãcta Cruz à que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1576. Os humanistas de 500 foram homens de vasto e variado saber.

(²⁸) Cf. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a orthographia da lingua Portuguesa, com um dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*, na officina de Antonio Gonsalves, Lisboa, 1574.

(²⁹) Vide Carlos Eugénio Correia da Silva (Paço d’Arcos), *Ensaio sobre os latinismos de «Os Lusíadas»*, IN/CM, Lisboa, 1972; J. G. Herculano de Carvalho, *Contribuição de Os Lusíadas para a renovação da Língua Portuguesa*, in «Estudos Linguísticos» 3.^o vol., Coimbra Editora, 1984, pp. 77-123.

(³⁰) Cf. Duarte Nunes de Liaõ, *Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa*, com hum tractado dos Pontos das clausulas, Nova edição, correcta e emendada, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1784, p. 171.

(³¹) Cf. João Franco Barreto, *Ortografia da Língua Portuguesa*, Na Officina de Ioam Da Costa, Lisboa, 1671, p. 228. Este princípio é veiculado pela tradução clássica (Quintiliano – «scribitur quomodo sonat»). O ortografista emite o seu parecer sobre a obra de Nunes de Leão nas *Regras Gerais da Ortografia Portuguesa per o licenciado Duarte Nunez, cõ a resposta do Autor à margem*, pp. 230-264 da sua *Ortografia*.

(³²) Os gregos distinguiam quatro partes na Gramática: a prosódia, a analogia, a etimologia e a sintaxe. Os latinos seguem, no geral, os gregos. Cf. J. Roca-Pons, *Introducción a la Gramática*, 6.^a ed., Teide, 1985, p. 10: *Durante la Edad Media existen dos modalidades: en la primera, encontramos la división ortografía, prosodia, analogia y sintaxis, o sea, como los gregos y romanos. En otros sistemas medievales encontramos la división: ortografía, etimologia, la llamada diasintética y la prosodia (...) La cuádruple división ha persistido, como es sabido, hasta los tiempos modernos.*

(³³) Cf. Telmo Verdelho, *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Univ. de Aveiro, 1988, p. 413. Aí o autor refere que Jerónimo Cardoso parece ter preferido dicionarizar o português normal do seu tempo, sem especial preocupação purista, propondo mesmo uma ortografia simplificada, próxima da transcrição fonética, até ao ponto de recusar a utilização do h na ordenação alfabética, e mais adiante, (...) a fixação lexicográfica do português, feita por Jerónimo Cardoso, repetida em sucessivas edições, tendo constituído um contributo marcante para a codificação da memória ortográfica e lexical do português, manifesta uma escassa receptividade à inovação latinizante.

(³⁴) Vide, *idem*, *Historiografia Linguística e Reforma do Ensino. A propósito de três centenários: Manuel Alvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal*, in «Brigantia» (separata), 1982. Segundo Telmo Verdelho (p. 17), o *Thesouro (...) é uma obra de primordial importância na história da língua e da cultura portuguesa*. Por outro lado, o título deste dicionário bilingue, assenta numa tradição antiga, comum a várias línguas – a do *thesaurus*.

(³⁵) Cf. *Idem*, *As origens*, p. 202, nota 40: *Em vez de gramáticas do português, durante cerca de dois séculos vão publicar-se apenas tratados ortográficos*. O autor refere-se, obviamente, ao período entre finais do século XVI e o século XVIII.

(³⁶) Cf. ponto 1.

(³⁷) No âmbito deste trabalho, não nos parece relevante examinarmos a relação da obra de Feijó com a *Arte* de Manuel Alvares; sobre este importante latinista remeto para: António Freire, *A Gramática Latina do P.^e Manuel Alvares e seus impugnadores*, in «As grandes polémicas portuguesas», Editorial Verbo, Lisboa, 1964, pp. 333-389.

(³⁸) Cf. José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 3.^a ed. INIC, 1987, pp. 56-57 [1.^a ed. 1901]: *Il connaissait fort bien notre lexique, littéraire et vulgaire. En ce qui concerne la dialectologie, le «Compendio» a beaucoup de valeur*.

(³⁹) A expressão é utilizada por Telmo Verdelho ao examinar este fenómeno da história da língua portuguesa, com base nos dicionários, Cf. *Arquivos de Centro Cultural Português*, vol. XXIII, F.C.G., Paris, 1987, pp. 157-187.

III. JOÃO DE MORAES MADUREIRA FEIJÓ, ORTOGRAFISTA

1. TRAÇOS BIOBIBLIOGRÁFICOS

1.1. BIOGRAFIA

Acerca da biografia de Madureira Feijó encontramos informações no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1848-1914), de Inocêncio Francisco da Silva, e na *Bibliotheca Lusitana* (1747), de Diogo Barbosa Machado.

O nosso ortografista nasceu a 24 de Março de 1688, na freguesia de S. Gens de Parada, próximo de Bragança. Segundo Barbosa Machado, os seus pais foram *Alvaro Annes de Moraes Madureira, Morgado de Parada, e Fidalgo de Juro, e herdade e de D. Theodora Pinto do Lago de igual nobreza à de seu consorte* ⁽¹⁾.

Sabemos que Feijó era natural de Trás-os-Montes pelas suas próprias palavras e também que viveu naquela região até aos quinze anos: *Diz Bluteau no seu vocabulário letra R que na provincia de Trás-os-Montes chamaõ ao prato Bacio. Eu confesso que naquella Provincia me criei, athe idade de quinze anos, e depois assisti nella varias vezes, e nunca tal auvi [ouvi], nem ao mais rustico pastor (...)* ⁽²⁾. Era *presbytero do habito de S. Pedro*, segundo a informação constante da folha de rosto da *Orthographia*, das edições de 1734, 1739 (Lisboa) e 1781. Tornou-se bacharel em teologia pela Universidade de Coimbra e desempenhou o cargo de prior em Ançã, vila do distrito daquela cidade.

Pela dedicatória das suas *Explicationes* e da *Orthographia*, sabemos ainda que foi mestre do Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Souza Tavares Mascarenhas da Silva ⁽³⁾ e que *desempenhou as obrigações de vigilante Pastor dispendendo grande parte da copiosa renda que percebia em socorro dos pobres que o lamentaraõ intempestivamente morto a 29 de Outubro de 1741* ⁽⁴⁾.

1.2. BIBLIOGRAFIA

Barbosa Machado ⁽⁵⁾ refere a primeira edição, em latim, da gramática de Madureira Feijó – *Explicationes in omnes partes totius Artis R. P. Emmanuelis Alvares è Societate de Jesu ad usum Excellentissimi Ducis Alafonensis*, Ulyssipone apud Michaellem Rodrigues, 1724. A segunda edição desta obra, igualmente referida por Inocêncio ⁽⁶⁾, aparece acrescentada, em 1732, e com o seguinte título – *Arte Explicada: 1.ª Parte. Principios. Contem todos os Nominativos, Linguagens, Rudimentos, Generos, Pretéritos e Declinaçoens dos Latinos e Gregos com toda a explicação necessária para a perfeita intelligencia dos Principiantes, os Methodos de perguntar em cada principio para se saberem em breve, e com facilidade*, Lisboa, por Miguel Rodrigues.

A *Arte Explicada* tem, segundo Barbosa Machado ⁽⁷⁾, *uma segunda e uma terceira partes: Arte Explicada. 2 Parte. Syntaxe para o uzo do Excellentissimo Duque de Lafoens, Lisboa por Miguel Rodrigues, 1734; Arte Explicada. Appendix da Syntaxe Perfeita, e segundo tomo da segunda parte. Escholios de Nomes e Verbos ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1732 e Coimbra por Luiz Seco Ferreira, 1739; Arte Explicada. 3. Parte e 4. tomo. Syntaxe Figurada, Syllaba, e versos com a dedicação ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis, Lisboa por Miguel Rodrigues, 1732 e Coimbra por Luiz Seco Ferreira.*

A obra de que nos ocuparemos é, no entanto, a «*Orthographia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*». *Divide-se em tres partes, a primeira de cada hũa das letras, e da sua pronunciaçaõ. Das vogaes, e dithongos. Dos accents, ou tons da pronunciaçaõ. A segunda, de como se dividem as palavras. Da pontuaçaõ; algũas abbreviaturas, conta dos Romanos, e Latinos, Calendas, Nonas, e Idos. A terceira, dos erros do vulgo, emendas da Orthografia no escrever e pronunciar toda a lingua Portugueza. Verbos irregulares, palavras dubias, e as suas significaçoens. Hũa breve instrucçaõ para os Mestres das Eschólas. Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1734.*

A segunda edição, de 1739 (Coimbra, por Luiz Secco Ferreira), é a mais utilizada e referida por todos os estudiosos, sendo a mais fácil de encontrar nas bibliotecas e, de vez em quando, nos alfarrabistas. Houve uma outra, que não traz indicação de ser segunda, publicada em Lisboa na oficina de Miguel Rodrigues. As licenças desta são de 18 e 19 de

Setembro de 1739; as da edição de Coimbra são de 29 de Novembro de 1738 (do Paço), 5 de Dezembro 1738 (Santo Ofício) e 9 de Dezembro 1738 (do Ordinário).

A *Orthographia* gozou de uma ampla audiência e as suas edições sucederam-se ao longo de mais de cem anos. A esse respeito, Inocêncio ⁽⁸⁾ frisa que (...) *multiplicaram-se depois as edições successivamente, sempre com a indicação de «mais correctas», até à décima, que é de Lisboa, 1824. Depois d'esta sahiram ainda não sei quantas. Uma que tenho presente, com a designação de «nova edição mais correctas» é de Lisboa, 1836. E o caso é, que todas se acham hoje exhaustas, por modo que se tracta de publicar com toda a brevidade uma, que me dizem estar no prélo.*

A julgar pela informação do citado autor, o número de edições da *Orthographia* é elevado mais incerto. A décima edição (Imprensa Régia, Lisboa) é de 1824, havendo uma *Nova Edição*, de 1861, publicada em Lisboa, na *Typographia Rollandiana*; é de supor que ainda tenha tido outras posteriores. Pela nossa parte, pudemos encontrar exemplares não apenas da segunda (Coimbra, 1739), que tomaremos sempre como referência, mas também da terceira (1781), da quarta (1786), da sexta (1802) e da nona (1818). O tempo decorrido entre a sexta e a nona edições comprova bem o enorme trânsito e o consumo da obra.

É ainda o autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez* que nos dá conta das censuras de que Feijó foi alvo, concretamente por parte do P.^o Francisco José Freire, nas suas *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*. Não obstante, Inocêncio afirma que (...) *a sua Orthographia ha sido sempre a mais seguida e geral entre nós* ⁽⁹⁾.

2. A ORTHOGRAPHIA

A *Orthographia* de Madureira Feijó foi concebida como um complemento da *Arte Explicada*. O título desta obra aponta claramente para o que os latinos denominavam de *Ars bene (ou recte) scribendi*. A *Ars* (termo correspondente ao grego *technè*) chega a referir, por antonomásia, o próprio compêndio de gramática. A ortografia será entendida como a *arte de escrever rectamente*, à semelhança da gramática, justificando-se assim o título de *Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*.

Toda a Arte pressupõe determinadas regras (exposição teórica e preceitos práticos) que lhe sirvam de ilustração e a ortografia, enquanto parte integrante da gramática ⁽¹⁰⁾, acaba por funcionar nos seus mesmos moldes.

O conceito de *ortografia*, como já salientámos ⁽¹¹⁾, implica o reconhecimento de uma norma e a aceitação ou a rejeição de certas formas, com base nos princípios que enformam a citada norma. A ortografia pressupõe, conseqüentemente, a aprendizagem de uma dada técnica. Aí radica, por outro lado, a distinção entre a grafia (pura notação ou registo) e a ortografia (transcrição de acordo com um modelo) ⁽¹²⁾.

A definição de *ortografia* que nos é fornecida por Madureira Feijó não é muito diferente da que nos apresentaram, antes dele, outros ortografistas ou gramáticos: *Orthographia ou Orthografia he aquella Arte, que ensina a escrever com acerto nas letras, de que se compoem as dicçoens; na divisaõ, que se faz das palavras, quando naõ cabem inteiras no fim das regras: nos «pontos», e «virgulas», com que se divide o sentido das oraçoens; nos «accentos», ou tons, com que se pronunciarão as vogaes em cada palavra* ⁽¹³⁾.

Tanto no *Prolegómeno* como no título que precede a definição acima reproduzida, Feijó refere-se à *Orthographia* como *Arte*, isto é, como aplicação de conhecimentos e enunciação de regras para a prática correcta da escrita. Não limita, porém, o objecto da sua obra ao domínio da ortografia, uma vez que dita igualmente regras para *Pronunciar com acerto a lingua Portuguesa* ⁽¹⁴⁾. Aos seus objectivos, de cunho normativo, quer no plano ortográfico quer no ortoépico, podemos ainda acrescentar um intuito pedagógico e pragmático ⁽¹⁵⁾.

À *Orthographia* subjaz, conseqüentemente, uma verdadeira teoria da escrita em língua portuguesa, norteada por princípios que, no nosso entender, são mais do que simples opções (orto)gráficas e têm a ver com a tentativa de moldar a língua segundo um ideal de perfeição. É, se assim podemos afirmar, um ideal purista (por vezes *pseudo purista*) aquele que Madureira Feijó persegue ao longo das 548 páginas da sua *Orthographia*.

A obra aparece-nos dividida em três partes: a primeira *ensinará com que letras se haõ de escrever as palavras*; a segunda *ensinará como se haõ de dividir as palavras no fim das regras, e pontuação para dividirmos as oraçoens com bom sentido* ⁽¹⁶⁾ e intitula-se a *Terceira Parte erros do vulgo, e emendas da Orthografia no escrever e pronunciar* ⁽¹⁷⁾.

É justamente com base na inclusão desta terceira parte (*Erros do Vulgo*) que Feijó salienta o mérito da sua obra em relação às congéneres, que só se detêm nas matérias constantes na primeira e segunda partes: *E he athe onde se extendem todas as Orthographias; e sendo esta a mais*

simplificada entre as outras, que me viéraõ a mão, vi que não excedia o volume de tres quadérnos de papel, e só por isso mereceria o nome de Arte: Ars quia arctè docet ⁽¹⁸⁾.

Das palavras de M. Feijó se infere que a apresentação dos *erros do vulgo* é um factor diferenciador e valorizador da *Orthographia*. Convém notar que só essa parte se estende ao longo de trezentas e noventa e sete páginas. A ela cabe, pois, a parte de leão do volume. O autor atribui-lhe até a designação de *Thesouro* ou *Vocabulario Orthographico* e, ainda que não se arrogue o título de dicionarista, a verdade é que julga ter sido capaz de condensar, num único volume, o que outros lançaram em variadíssimos tomos; por outro lado, chega mesmo a aludir ao aparato do *Vocabulario* de Rafael Bluteau: *Eu entendia que me devias agradecer, e não estranhar; o acháres neste pequeno volume de quarto «aquelles dez de fólio», para o estudo, e uso de huma banca, e não para «o ornato, e pezo de huma livraria* ⁽¹⁹⁾.

No tocante às duas primeiras partes, que ocupam um mais reduzido número de páginas, na primeira é de salientar outro dos aspectos diferenciadores desta *Orthographia*: ao invés do que tradicionalmente faziam outros ortógrafos ou gramáticos – anteriores ou posteriores ⁽²⁰⁾ –, não trata das origens da linguagem e da história dos caracteres gráficos (letras). No entanto, Madureira Feijó justifica a ausência de tais matérias, devido a *andarem já em outras Orthografias* e serem de natureza histórica e não doutrinal.

Quanto à segunda parte, também ela apresenta um dado curioso, se bem que não totalmente inédito: o da inclusão de *algumas abbreviaturas, conta dos Romanos pelas letras, todos os modos de contar na lingua Latina; e como se contaõ os dias dos mezes por calendas, Nonas, e Idos* ⁽²¹⁾.

Depois da terceira parte, encontramos ainda uma *Breve Instrucçam para os Mestres das Escholas de Lêr, e Escrevêr*. As sete páginas que dela tratam estão imbuídas de um claro pendor pedagógico e nelas propõe o autor um método de ensino-aprendizagem das primeiras letras, aproveitando para tecer algumas críticas ferozes aos mestres ⁽²²⁾.

Da *Orthographia* se desprende, pois, um profundo espírito normativo e a persecução de um ideal de perfeição linguística (gráfica e ortoépica). No plano ortográfico, essa perfeição equivale a estampar as origens no perfil das palavras, mesmo que não se estabeleça qualquer correspondência com o sistema fónico da língua.

3. CRITÉRIOS ORTOGRÁFICOS

Tal como avançávamos mais acima, qualquer ortografia remete para o conceito de norma. Esta é, por sua vez, enformada por critérios de diversas ordens, sendo a norma gráfica o produto da conciliação dos diversos princípios norteadores.

No essencial, podemos dizer que os critérios ortográficos são, também eles, veiculados pela tradição latina, quer dizer, os autores latinos e a sua doutrina em matéria ortográfica continuam a ser o parâmetro a seguir na *arte de bem escrever*.

Desde Varrão, os princípios constituintes da *latinitas* são: *natura*, *analogia*, *consuetudo* e *auctoritas*. E, no caso de Madureira Feijó, os inspiradores dos seus critérios ortográficos são fundamentalmente os autores latinos, sem que isso represente, obviamente, um traço privativo do nosso ortografista, porquanto o mesmo se pode assegurar em relação aos que o precederam e sucederam. Tal facto faz parte, de resto, do universo cultural do ocidente. Assim, qualquer sistema ortográfico europeu herdeiro de uma cultura e de uma longa tradição escrita – em concreto, da língua e da escrita latinas –, é fruto do compromisso, se não do conflito, entre forças várias: a etimologia, a tradição, a pronúncia e o uso.

A fricção entre estas tendências registamo-la desde os tempos recuados do Latim e a pugna entre os partidários de umas ou outras tendências remonta igualmente a essa época. Se em Quintiliano fica atestado o primado da pronúncia – *Sic scribendum quomodo sonat* –, em Horácio, por exemplo, constata-se a concessão ao *uso*:

Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque Quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus, Quem penes «arbitrium est» et «ius» et «norma» loquendi (23).

Para o autor da *Arte Poética*, o uso é *arbitrio*, *direito* e *lei*.

O critério da *pronúncia* apoia-se, por seu lado, na relação fonográfica, estabelecida entre fonemas e grafemas.

Na *Orthographia* de Madureira Feijó, aqueles dois princípios ou critérios ortográficos – a pronúncia e o uso – têm um papel menos proeminente do que o critério etimológico. Este é, por seu turno, o critério vinculador da ortografia à matriz, ao estabelecer um elo entre as formas gráficas portuguesas e as correspondentes latinas ou gregolatinas. É o que sucede na *Orthographia*, onde a forma gráfica é a marca do *laço genético* (24).

À semelhança do que já outros ortografistas tinham explicitado (D. Nunes de Leão, por exemplo), a filiação da língua portuguesa na língua latina passa também pela adoção de grafemas ou de dígrafos que, embora careçam de valor fônico na língua moderna, são o distintivo das origens. Esta prática tem, todavia, implicações do ponto de vista semântico, como salienta Paul Zumthor: (...) *le mot [etimologia] désigne proprement la «recherche du vrai»; toutefois, «employé dès l'origine à propos de faits linguistiques, il signifie en pratique “la recherche du vrai dans” ou “par” les mots»* (25).

As grafias etimológicas viabilizam, conseqüentemente, um acesso mais imediato ao significado. A preferência ou a preponderância do critério etimológico num certo período da ortografia da língua portuguesa inscreve-se, e assim deve ser vista, num processo mais lato e profundo de retorno à matriz cultural grego-latina e de revitalização dos seus modelos e formas. A questão ortográfica é, pelo menos inicialmente, mais uma manifestação desse processo.

Para Madureira Feijó, a legitimidade ou a bastardia da língua portuguesa ficam patenteadas na sua ortografia (26). Este argumento não é no entanto inédito, pois já João de Barros encarecia a legitimação da língua portuguesa com base na sua proximidade com a latina. A ortografia de recorte etimológico é, portanto, um factor de reconhecimento e de historicidade da língua, para além de contribuir para a sua *perfeição*.

Como constataremos nos pontos seguintes, em muitos casos, a etimologia é unicamente o pretexto para um acréscimo de complexidade da ortografia ou para que às grafias sejam conferidos valores específicos de ordem semântica ou distintiva.

Convém, antes de mais, salientar o sentido que o termo *etimologia* (27) assume no texto de Madureira Feijó: (...) *etimologia, palavra grega, he o mesmo que «origem de alguma dicção», ou seja, ou verbo, ou outra qualquer palavra (...)* (28).

A palavra *etimologia* já não evoca aqui a noção de sentido primordial, mas a relação, quer formal quer semântica, com a origem.

Destacámos, até este momento, três critérios fundamentais da ortografia em geral, que se encontram amplamente reflectidos na obra de Feijó: a *etimologia*, a *pronúncia* e o *uso*. Apesar de o ortografista privilegiar no seu sistema a componente etimológica, ela sai ainda particularmente reforçada pelo recurso ao critério analógico. Na regra VII, Madureira Feijó elucida-nos acerca do conceito de analogia: *Analogia, palavra grega, he o mesmo que proporção, conveniencia,*

ou similhaça de humas cousas duvidosas com outras, que são certas; e serve para escrevermos com acerto innumeraveis palavras, que fazendo duvida nas letras, com que se haõ de escrever, esta duvida se tira pela «proporção, ou similhaça», que tem com outras, que são certas. E deve-se observar esta regra mais principalmente nas palavras derivadas da lingua Latina; em que seria imprópria a derivação, senaõ imitassemos a similhaça (29).

Dos quatro critérios explicitados por M. Feijó resulta a enorme complexidade do seu sistema ortográfico. Um dado coalescente do anterior é ainda a atribuição, por parte do ortografista, de valor distintivo a algumas grafias pseudo-etimológicas (e conjunção/he verbo, por exemplo).

Como verificaremos, tudo isto contribui para que o sistema architectado por Madureira Feijó seja uma autêntica mnemotécnica. É assim que o chamado sistema Madureira se escora na *alteridade* e na *memória* (30) e poderemos até falar de *hypomnésis* (esquecimento recuperável), à maneira de Platão (31), dado que sinais gráficos, caducos ou tornados inúteis, vão ser recuperados, com base nos critérios ortográficos em que se sustenta o ortografista.

Finalmente, não poderíamos deixar de acrescentar umas palavras acerca do papel concedido pelo ortografista ao contexto. Devido ao espírito normativo que pauta a obra e à pouca confiança depositada nos «portugueses» (mesmo quando se trata dos *auctores*), tanto no plano da prática oral (pronúncia) como no da prática gráfica (ortografia), ao contexto não cabe um papel de relevo no esclarecimento de eventuais ambiguidades. O carácter prescritivo da *Orthographia* não se compadece com o recurso ao contexto e ao discernimento dos utentes da língua escrita; daí a enunciação de regras precisas para cada caso e de fantasiosas distinções gráficas que substituam o papel do contexto.

3.1. ETIMOLOGIA

O critério etimológico, tal como o delineámos no ponto anterior, é, com efeito, a base sustentatória do edifício ortográfico erguido por Feijó:

Se havemos de imitar a Orthografia Latina na Orthografia Portuguesa ?

Todos os nossos Auctores confessãõ, e devem confessar todos aquelles, que professáraõ a latinidade, que a nossa lingua he filha da lingua latina. E se perguntarmos em que ? ou porque ? Respondem, que

na similhaça dos nomes, na imitação dos verbos, e na propriedade dos vocábulos. E eu acrescento que o não he menos no sôm da perfeita pronunciaçaõ; tanto, que já houve curiosos, que compuseraõ poemas inteiros, que com pouca mudança de pronunciaçaõ, ja se lem em Portuguez, e já se lem em Latim.

Dizem tambem, que a nossa lingua vay subindo ao auge da perfeiçaõ: e se examinarmos donde lhe nascem estes argumentos, diraõ, que he, porque esta filha cada dia se vai enriquecendo com a herança das palavras, que cada vez mais participa daquella mãy (32).

Verificamos, pois, que a perfeiçaõ da grafia da língua portuguesa deve assentar no modelo ortográfico latino, mesmo que daí decorram numerosas inconseqüências entre o plano fônico e o plano gráfico. Por outro lado, da não imitação da ortografia latina derivam três inconvenientes para as palavras portuguesas: o primeiro (...) *he a confusaõ, equivocacaõ; porque ficam com a mesma identidade das letras, com que se escrevem; como estas, e outras innumeraveis: Dicta, he cousa que se disse, e se lhe tirarmos o c, fica Dita equivocada com dita, que he o mesmo que sorte ou fortuna (...) (33);* o segundo inconveniente (...) *he, que se tirarmos ás palavras as letras, que indicaõ a sua latinidade, he lançar fóra as analogias, e etymologias de cada huma: porque não lhe fica por onde conhecermos donde foraõ traduzidas, ou dirivadas para sabermos a sua genuina significaçaõ (...)* *E se escrevermos «Convicto», logo vemos que tem analogia com a palavra latina «Convictus», ou que he a mesma aportuguezada; e por isso huma, e outra significaõ o «Convencido» (34);* o terceiro inconveniente *he, que se não observarmos a Orthografia latina nas palavras que saõ de sua natureza latinas, e passaõ para a lingua portugueza, escreveremos palavras, que nem seraõ Portuguezas, nem latinas, e sahirá huma terceira lingua, que mais parecerá aborso [aborto] deforme, que filha perfeita da latinidade, qual he a lingua, que o vulgo ignorante erradamente pronuncia, e escreve (...): logo se fugirmos da orthografia latina, quem duvida, que nos faltaraõ as mesmas analogias, e etymologias, não só em muitas, mas em todas as palavras, que se tem vertido, vertem, verteraõ da lingua latina na portugueza (35).*

De acordo com isto, as funções dos grafemas etimológicos ou latinizantes são, portanto, a função distintiva (Dicta e Dita); a função etimológica (*conhecermos donde foraõ traduzidas ou dirivadas*); a significativa (*para sabermos a sua genuina significaçaõ*); e, finalmente, uma função de carácter sociolinguístico, uma vez que tais grafias

permitem opor os *doutos* ao *vulgo ignorante*. Por outro lado, se o latim é fonte de renovação lexical da língua portuguesa, como no-lo faz notar Feijó, a introdução desses vocábulos acarreta, simultaneamente, a adoção das suas grafias, particularmente de grupos consonânticos latinos ou gregos. Ainda que isso ocorra por via literária, algumas daquelas formas vulgarizar-se-ão e passarão a outros níveis de língua. A intenção de Feijó não é, obviamente, a vulgarização, pois, para o nosso ortografista, o que está em causa é a separação explícita do uso culto em relação ao uso vulgar.

É do próprio modelo latino que Madureira Feijó absorve a regra primordial da ortografia: (...) *diz a regra da Orthografia, que observaremos esta origem, donde nasceraõ as palavras para as escrevermos, e pronunciarmos com acerto; porque esta mesma regra observaõ, e guardaõ os Latinos na sua Orthografia* (36).

3.2. ANALOGIA

A analogia, em consonância com o que já ficou dito (cf. supra 3.), é um critério complementar ou, se se preferir, é uma excrescência do anterior. É com base neste critério de semelhança com o Latim que Feijó justifica certas opções gráficas, embora admita a intromissão do uso neste terreno: *E se me disserem que os Latinos escrevem Nunquam, e nós Nunca; respondo, que quem escreve Nunqua não erra, antes segue a analogia da palavra* (37).

Reconhece, por outro lado, que o uso dos *doutos* subverte por vezes o princípio analógico; daí que se sustente no modelo matricial, cuja autoridade evita a contradição entre os diferentes critérios ortográficos: (...) *esta regra não he geral para aquellas palavras Latinas, que o beneplacito dos outros traduzio com uso universal em outras, com mudança de algumas letras, como nestas: Capra a Cabra: Capillus o Cabêllo, Doctor o Doutor, Doctrina a doutrina: Pectus o peito: Pustula a bustéla, etc. Porque isto mesmo fizeraõ os latinos não só na traducção das palavras gregas, mas também na emenda das antigas latinas* (38).

Das palavras do autor infere-se igualmente o conceito referente ao que a moderna Linguística denomina de mudança linguística, que é vista como mera substituição ou troca de letras. Fica evidente, por outra parte, a *confusão* entre *letra* e *som*, isto é, a confusão entre o fixo e o mutável, uma vez que a língua falada não é analisada como processo histórico, sujeito, portanto, ao fluir temporal; nos exemplos aduzidos

por Madureira Feijó, há mais do que a mera substituição gráfica de uma letra por outra, já que a *mudança* ocorre no plano da fala e a escrita limita-se a registá-la *a posteriori*.

A propósito do emprego de <FF>, verificamos que a analogia é um pretexto para a imitação do latim, servindo até para demonstrar a formação (morfologia) original das palavras – *Muitas são as palavras, que se escrevem com dous ff, na lingua latina, e na Portuguesa, e nesta por analogia com aquella; porque dos latinos he que passou para nós o uso das letras dobradas, que só servem para mostrarem, que as palavras são compostas (...)* ⁽³⁹⁾. O mesmo poder-se-ia dizer das formas que Feijó grafa com <GG>.

A analogia, como dissemos anteriormente, é um dos princípios da *latinitas* de que a língua portuguesa comunga e que deve patentear na ortografia para ter *mayor credito* e se veja a *uniformidade da cópia com o exemplar* ⁽⁴⁰⁾. Depois disto, facilmente se vê o tipo de relação que une a língua portuguesa à língua latina, mesmo em matéria ortográfica.

3.3. PRONÚNCIA

No quadro da *Orthographia*, o critério da pronúncia é, conjuntamente com o do uso, o mais instável e até arbitrário. Tanto assim é, que, em alguns casos, traços fónicos regionais são tomados como realizações correntes no português-padrão. Por outro lado, verificamos que nem sempre o nosso ortografista ouve tão bem quanto nos quer fazer crer e desse equívoco advêm certas distinções gráficas, incluídas no seu sistema e fundamentadas em distintas realizações orais que, na verdade, já foram niveladas na língua-padrão.

Como sabemos, o critério ortográfico da pronúncia privilegia a perspectiva sincrónica, quer dizer, tende a projectar ou a plasmar na grafia o estado fonético da língua, opondo-se com isso, diametralmente, ao critério etimológico, em que domina a perspectiva diacrónica.

Vejam os antes de mais qual a postura de Madureira Feijó perante o critério da pronúncia: *E eu tomara saber qual he o uso universal na pronunciação da nossa lingua, para me não desviar delle: se consultarmos o vulgo não acharemos senão abusos de palavras, e erros da pronunciação. Se consultarmos os sabios, estes são os que mais duvidaõ da pronunciação, e escripta de innumeraveis palavras, como elles confessaõ, porque a mesma sabedoria os faz prudentemente duvidar. Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes*

mutuamente reprovaõ huns aos outros, ou seja no escrever, ou no fallar. Se consultarmos os livros, nelles encontraremos o que já acima se advertio: logo aonde vay aqui o uso universal, e constante, para ser ley inviolavel da pronunciaõ, ou regra infallivel da orthografia? (41).

A Feijó deparam-se-lhe sérias dúvidas no tocante à aceitação, sem restrições, deste critério. Parece-nos, por outro lado, denunciar a impossibilidade de uma verdadeira descrição ortoépica, visto que nem mesmo o uso dos *sabios* pode servir de referência ou de parâmetro e que tão pouco pode socorrer-se da pronúncia do *vulgo*. Assim, embora não tome uma dada variedade linguística como língua-padrão, mostra conhecer algumas variedades dialectais cujos rasgos caracterizadores são interpretados pejorativamente e classificados como *erros patrios*. As variedades regionais são, portanto, entendidas como realizações inferiores ou imperfeitas. Por tudo isto, a máxima quintiliana *Sic scribendum quomodo sonat* tem uma aceitação pontual na *Orthographia*, não lhe cabendo por isso um papel comparável ao dos critérios previamente analisados. Entre as restrições aduzidas por Feijó à aplicação da referida máxima, conta-se o facto de que *a pronunciaõ não ensina a diversidade das letras, que tem semelhança no som, nem quaes se haõ de dobrar e quaes haõ de ser grandes, ou pequenas (...)* (42).

Na perspectiva de Anthony Naro (43), a rejeição do princípio *escreve como falas* dever-se-ia ao número de transformações sofridas no domínio da fonética durante o primeiro quartel do século XVIII e à consequente instabilidade da pronúncia. Se Feijó foi consciente daquelas alterações fonéticas, isso permitiria explicar as suas dúvidas quanto à aplicação deste critério, para além de corroborar a necessidade por ele sentida de estabelecer ou fixar uma ortoépia, como forma de obviar às pronúncias co-existentes na época. Daqui se conclui que, para o nosso ortografista, as regras fundamentais da ortografia não podem nem devem assentar no critério da pronúncia, uma vez que esta escapa à imobilidade que a escrita representa.

Apesar de não poder aplicar generalizadamente o critério da pronúncia, uma coisa parece, no entanto, não oferecer dúvidas a Madureira Feijó: quem pronuncia correctamente, escreve também correctamente. Ortoépia e ortografia caminham, pois, a par. É baseado neste argumento que o ortografista distingue as realizações dos grafemas <Ç> e <S>, por um lado, e <CH> e <X>, por outro.

Verificamos assim que Feijó não só dita preceitos ortográficos como também ortoépicos.

Quando o autor, porém, diz que a causa dos «erros patrios» *he a multidão de erros, que andão introduzidos na pronunçiaõ? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro (...)* e, mais adiante, que *se na lingua latina não bastava a boa Orthografia das palavras, para a sua recta pronunçiaõ, em nenhuma lingua se pôde regular com acerto, pela pronunçiaõ das palavras a Orthografia das letras; porque nunca na pronunçiaõ se exprimem com som distincto todas as letras, com que muitas palavras se escrevem: senão digam-me, quem ouve pronunciar Aggravar, Aggravo, como ha de saber pelo tom da pronunçiaõ se tem hum, ou, dous gg?* (44), facilmente reconhecemos que ele dá a primazia ao critério etimológico, o único a oferecer segurança e estabilidade para regular a ortografia. Os dados de ordem diacrónica são privilegiados na obra de Feijó, verificando-se pela sua parte uma grande relutância em aceitar na ortografia formas decerto já pronunciadas, como, por exemplo, o ditongo [ej] para resolver um hiato. Ainda assim, no caso das grafias <G> e <GU> é à pronúncia que recorre para esclarecer as dúvidas.

3.4. USO

O critério do uso (*consuetudo*) é particularmente curioso, uma vez que ainda é mais aleatório que o anterior, desdobrando-se em duas vertentes: o uso do vulgo e o dos doutos. A diferença entre um e outro reside no facto de o *vulgo* não entender as regras da ortografia, ao passo que os *doutos* (nem todos) pronunciam correctamente, apesar da distância entre o que está escrito e o que, efectivamente, é pronunciado.

Madureira Feijó parte, então, da separação explícita daqueles dois usos. No âmbito do uso culto, a prática dos *bons autores* corresponde a uma *auctoritas*, isto é, a uma referência, que por si só invalida ou consagra qualquer outro princípio. Todavia, se o autor aceita em certos casos essa autoridade, isso não implica a sua submissão total ao exemplo, em particular de certos autores portugueses.

A propósito do uso, tal como observávamos para a pronúncia, diz que *como o topava inconstante não podia servir de regra* (45), tornando-se pois difícil e problemática a sua aceitação. Isto justifica, por outro lado, a admissão de usos optativos, quer dizer, de formas alternativas ligadas pela disjuntiva *ou*. Para além disso, formas que actualmente situáramos no domínio da *linguagem popular* ou *regional* surgem-nos classificadas, na *Orthographia*, como *vicios* ou *erros*.

Quanto ao uso dos *autores*, mesmo neste descobre Madureira inúmeras contradições, especialmente nos portugueses – historiadores, oradores, pregadores ou ortógrafos –, pelo que não lhes atribui uma verdadeira *auctoritas*. Em relação aos últimos – os ortografistas –, a crítica de Madureira Feijó redobra já que *nenhum deve ser imitado; não só porque escrevêraõ em tempo, em que a nossa lingua estava menos apurada, e por isso as suas regras senão conformaõ já com a melhor pronunciaçãõ, mas porque huns contradizem aos outros, e athe a si mesmo se contradizem* ⁽⁴⁶⁾, comprovando-se assim que Feijó sabe destrinçar a ortografia adequada ao estado linguístico da sua época de uma ortografia mais antiga ou arcaizante, por corresponder a um estado anterior do sistema linguístico. Madureira Feijó parece admitir que a ortografia tem de acompanhar as alterações operadas ao nível da segunda articulação, sem que isso seja, porém, posto em prática na *Orthographia*.

O reparo feito aos ortografistas atinge ainda os lexicógrafos, isto é, os *auctores de vocabularios Portugueses*, cuja ortografia deveria ser a mais correcta, porque *tinhaõ obrigaçãõ de a indagar* ⁽⁴⁷⁾.

Não obstante as referências pouco lisonjeiras aos autores portugueses, em casos pontuais, é pelo recurso à sua autoridade que Feijó opta por determinadas soluções ortográficas. São, porém, os clássicos latinos – Cícero, Horácio, Séneca, Plínio, Tácito ou Varrão – que continuam a fornecer o modelo ortográfico para Feijó, pelo que, eles sim, constituem uma *auctoritas*, fora de qualquer suspeita, corroborando o primado do critério etimológico.

Por tudo isto, o uso funciona tão só como legitimador ou institucionalizador de formas gráficas que, de outra forma, seriam tidas como incorrecções ou vícios.

4. SOM E LETRA NA ORTHOGRAPHIA

Quand on dit qu'il faut prononcer une lettre de telle ou telle façon, on prend l'image pour le modèle.

F. de Saussure

Como já observámos neste trabalho (cf.I.3.), a confusão entre *som* e *letra* decorre da não distinção das substâncias subjacentes à língua falada e à escrita, havendo mesmo uma espécie de sobreposição da segunda em relação à primeira. A *letra*, significante de significante, é, como observa Saussure, uma imagem que se sobrepõe ao modelo, isto

é, ao *som*. Certamente, o facto de a norma linguística assentar, desde a Antiguidade, no uso escrito da língua, conduziu à confusão entre as duas substâncias e à preponderância do escrito sobre o oral ⁽⁴⁸⁾.

Por outro lado, ainda de acordo com o que expúnhamos noutra capítulo (cf. II), a língua escrita influencia a língua falada, isto é, a *letra* tiraniza o *som* ⁽⁴⁹⁾, quando se verificam efeitos de retorno como os que registámos a propósito de formas como *inimigo* (de influência literária ou culta).

Neste aspecto, Madureira Feijó não é diferente dos outros gramáticos ou ortografistas e também ele toma a imagem pelo modelo. É assim que devem ser interpretadas as descrições, quer das vogais, quer das consoantes, ao longo de toda a *Orthographia*.

Ao descrever, por exemplo, o grafema <A> diz que *A letra vogal pronuncia-se com a bocca aberta, e tom alto*, ficando patente a confusão entre a matéria fónica (*pronuncia-se*) e a matéria gráfica (*letra*), pois, como é óbvio, só os sons são pronunciados. Madureira Feijó vai até ao ponto de confundir o nome da *letra* com a realização fónica: *O H, pronuncia-se com a ponta da lingua junto ao meyo do paladar, sem demora do som; que he como se pronunciaramos Agá* ⁽⁵⁰⁾ e de atribuir a certos grafemas um valor que, de facto, é nulo – (...) *como «Honro», «Honor», «Honestas»; e no Portuguez «Homem», «Honra», «Honestidade», que são com pronunciaçã muito diversa desta: Omo, Onor, Onestas: ou Omen, Onra, Onestidade* ⁽⁵¹⁾.

Madureira Feijó, simultaneamente com as regras ortográficas, vai descrevendo a pronúncia. Em relação a esta última não se fica pela descrição dos sons, traçando as linhas para uma norma ortoépica; basta verificarmos as constantes referências à *recta pronunciaçã, melhor pronunciaçã, pronunciaçã commua ou mais suave pronunciaçã*.

A importância concedida pelo ortografista aos *tons ou acentos* mostra-nos quanto na sua *Orthographia* são relevantes os preceitos ortoépicos e prosódicos, no esteio do que faziam os latinos. É nesse sentido que Feijó adverte que os *erros da pronunciaçã recta, não consistem so em pronunciar as syllabas longas, ou breves como ellas saõ; mas na bóa consonancia das palavras, taõ attendivel dos latinos, que em muitas mudavaõ humas letras, e diminuiaõ outras para evitarem a extensaõ da voz na sua pronunciaçã (...)* ⁽⁵²⁾.

A insuficiência das *letras*, ao reproduzirem os *sons* leva Madureira Feijó à determinação de numerosas regras e respectivas excepções, para além de abundantes referências e advertências a respeito da *quantidade silábica*, também à maneira dos latinos, possivelmente como auxiliar para os jogos de métrica, nas composições poéticas.

4.1. O ALFABETO

Um dos pontos fulcrais de qualquer ortografia é a apresentação de um alfabeto ou *abecedario*, ou seja, o conjunto dos grafemas que compõem o sistema gráfico de uma língua. O alfabeto (das letras gregas *alfa* e *beta*, pelo lat. ALPHABETUM) é então composto por símbolos ou *figuras* gráficas que têm um carácter representativo.

Como sabemos, é o alfabeto latino que está na base das primeiras experiências scriptológicas da língua portuguesa, ainda que, desde cedo, tenha beneficiado da influência de outras escritas vernáculas, como aconteceu com a introdução dos dígrafos <NH> e <LH>, atribuídos à influência provençal.

É, assim, o alfabeto latino que vai continuar a ser aproveitado pelos gramáticos portugueses Fernão de Oliveira e João de Barros, apesar de o primeiro ter proposto símbolos gregos «αα», «εε» e «ωω» para a notação de /a/, /ε / e /ô/. A proposta constitui um caso isolado e, circunscrevendo-se ao seu sistema, não teve qualquer expansão.

O alfabeto apresentado na *Orthographia* é constituído pelos símbolos tradicionais e consta de 24 letras, mais três do que o alfabeto latino clássico⁽⁵³⁾, o de Cícero, por exemplo, e mais duas do que o alfabeto habitual nas gramáticas do Renascimento⁽⁵⁴⁾. Tem ainda mais uma letra do que o alfabeto de Prisciano⁽⁵⁵⁾.

Assim, o alfabeto de Madureira Feijó é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V X Y Z. O acréscimo de uma letra em relação ao alfabeto de Prisciano deve-se à introdução da letra ramista V⁽⁵⁶⁾.

Todavia, na *Breve Instrukção para os Mestres*, ao apresentar os *abecedarios para ler com acerto*, Madureira propõe-nos dois abecedários distintos – um em minúsculas⁽⁵⁷⁾ e outro em maiúsculas⁽⁵⁸⁾:

- 1) A a b c d e f g h i j l l m n o p q r s t u v x y z
- 2) A B C D E F G H I L M N O P Q R S T U V X Y Z.

A estes *abecedários* preside um intuito pedagógico, destinando-se à aprendizagem das primeiras letras, motivo por que o ortografista inclui <LL> e <J> no primeiro e exclui <K>, em ambos.

No respeitante ao primeiro alfabeto proposto, verificamos que a notação do fonema /ž/ é garantida pela figura I, que serve igualmente para notar a vogal /i/. Este tipo de insuficiências não é, de resto, privativo do alfabeto indicado por Feijó, pois esse fenómeno é antigo e prende-se com a própria natureza da escrita alfabética. A esse respeito já o neogramático Hermann Paul observava que *a primeira razão desta*

insuficiência é o facto de todos os povos não terem criado o seu alfabeto independentemente, de acordo com as necessidades da sua língua, mas terem adaptado à sua língua, melhor ou pior, o alfabeto duma língua estranha. A isto vem depois acrescentar-se que no decorrer da evolução da língua podem surgir novas diferenças que não puderam ser previstas ao introduzir-se o alfabeto ⁽⁵⁹⁾.

Como sabemos pela sua história, o alfabeto não é o fruto da invenção genial de um único povo; ele é antes o resultado de sucessivas adaptações feitas pelos povos que o adoptaram – Fenícios, Gregos e Romanos (sem recuarmos mais na procura das suas origens).

Apesar de todas as incongruências, este é o alfabeto que herdámos e que, até aos nossos dias, continua a ser usado para transcrever a língua portuguesa.

Madureira Feijó, contrariamente ao que fizeram outros ortografistas, não se ocupa da história dos sinais que apenas lhe merecem uma referência especial os casos de <K>, <Y> e <Z>: (...) *tres destas passáram dos gregos para os latinos, que são K, Y, Z, e dos latinos para a nossa só passaram o Y, e Z; porque o K he escusado nas palavras Portuguezas, que com o nosso C, se escrevem rectamente* (...) ⁽⁶⁰⁾.

Nem no *alfabeto* nem nos *abecedários* se verifica a introdução de <NH> ou de <LH>, em virtude de estes dígrafos (ou digramas) não remontarem directamente ao latim.

Quanto ao <Y>, apesar de Madureira não lhe reconhecer valor fónico próprio – *Esta letra he o Idos Gregos, a que chamaõ Ypsilon, e tem o mesmo som, e pronunciação do nosso I vogal* ⁽⁶¹⁾ –, a sua inclusão deve-se a motivos de ordem etimológica (nos vocábulos de origem grega) ou, então, de forma totalmente arbitrária, para representar a semivogal /j/ – (...) *o mesmo he em Ley rey. Mas isto he mais uso, que necessidade; e só tem mais lugar entre duas vogaes, quando na pronunciação o I não fere a vogal seguinte, porque o Y, nunca fere as vogaes, como em Meya, Meyo, Cayar, Cayado, etc. E se escrevessemos Caiado, Caiar, ficaria a duvida se era Cajar, e Cajado ou Cayar, e Cayado* ⁽⁶²⁾.

O recurso a <Y> para evitar a confusão entre <I> e <J> provém precisamente da frequente irregularidade na notação de /ž/ ou até de uma preferência de tipo caligráfico, para já não mencionar os problemas tipográficos em torno de «J».

O caso mais curioso é, porém, o de <K>, <CH> e <PH>. O primeiro vem incluído no alfabeto proposto por Madureira Feijó, não obstante o autor reconhecer que *hoje esta letra só tem uso em algũas palavras*

estrangeiras e entre nós na palavra «Kirieéleison»⁽⁶³⁾. Este grafema constitui, portanto, uma sobrecarga em relação ao sistema, dado que as unidades <Q>, <C> e <CH> garantem o mesmo valor.

Ao ser atribuído ao dígrafo <CH> o valor de /K/, o sistema gráfico torna-se relativamente saturado, pois com ele concorrem <C>, <QU> e <K>. Este acréscimo desnecessário, em termos fônicos, escorase na etimologia e eleva a complexidade do sistema ao jogar com a polivalência ou a suplência dos grafemas. Note-se que a <CH> cabe ainda a função de representar [ʃ]. O próprio ortografista chama a atenção para este caso de heterofonia gráfica (uma unidade gráfica com dois valores distintos): *nem devemos supôr aos nossos Portuguezes (ainda que sejaõ do vulgo) taõ faltos de noticia das letras, que naõ saibaõ, que o Ch tambem se pronuncia com som de Q; pois sabem, que com elle se escreve Christo, Christaõ, Christianismo, Christandade, etc., palavras em que o Ch naõ tem outra pronunciaçaõ*⁽⁶⁴⁾.

Tal como sucede com <CH>, inclui ainda no seu sistema gráfico o dígrafo <PH> = /f/, embora não o introduza no alfabeto: *O certo he, que no abecedario de que usamos, naõ ha PH feito F, e por esta razaõ parece que os Portuguezes naõ devemos usar delles, mas só do F Latino, porque tem o mesmo som, e pronunciaçaõ. Mas aqui responderia eu, que também os Latinos tinhaõ o mesmo F, de que nós usamos, e nem por isso deixaraõ de escrever com Ph as palavras, que tiráraõ dos Gregos (...)*⁽⁶⁵⁾.

A estes dígrafos – <CH> e <PH> – acrescentamos ainda <TH> e <RH>, que, embora ocupem um lugar no sistema ortográfico de Madureira, não são, tal como os anteriores, integrados no alfabeto.

Do que ficou exposto, parece evidente que o sistema ortográfico patenteado nas *Regras e Lições* do ortografista ultrapassa o âmbito restrito do alfabeto, já que Madureira Feijó faz um uso alargado dos seus símbolos em novas combinações, justificadas pela preponderância da componente diacrónica no seu sistema, cuja relação com o sistema fonológico é incongruente e desequilibrada.

4.2. MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS

No quadro dos grafemas da *Orthographia* compreenderemos também os seus alógrafos, isto é, as suas variantes – maiúsculas e minúsculas. A questão do seu uso não é de somenos importância, e deve ser analisada à luz da noção de oposição linguística, tendo, portanto, implicações semânticas⁽⁶⁶⁾.

Segundo Nina Catach, a maiúscula caracteriza-se por ser *mi-alphabétique, mi-visuelle* (67). Podemos ainda distinguir dois tipos de maiúsculas – a de palavra e a de frase –, ambos identificados por Madureira Feijó. A esse respeito, diz o ortografista que (...) *sempre se principia com letra grande, todas as vezes que acabamos alguma regra, ou oração com ponto final (...)* (68). Esta indicação corresponde à noção de maiúscula de frase, isto é, à variante grafemática indicativa de uma pausa anterior. Ao estabelecer os nomes que devem ser escritos com *inicial grande*, isto é, com maiúscula, está a indicar claramente a maiúscula de palavra. A diferença entre uma e outra maiúsculas radica em que a primeira (a de frase) comporta um certo grau de redundância gráfico-semântica ao situar-se após um ponto, representando, concomitantemente com ele, a marca do início de frase.

A *maiúscula de palavra* indica, por sua vez, que a palavra em que ela figura é um termo marcado em relação aos restantes, que não são diferenciados gráfica e semanticamente.

Harri Meier (69) aponta fundamentalmente três funções para a maiúscula – estruturante, individualizadora e hierarquizadora – e das três se depreende que ela tem um carácter particularmente distintivo ou pertinente. Quando Madureira Feijó recomenda o uso exclusivo das maiúsculas nos títulos dos livros, nos epítáfios, etc., está a conferir-lhes a função de estruturante, ou seja, elas concentram a atenção dos olhos. Nos nomes próprios e apelidos, nos graus de parentesco e ainda nos nomes de dignidades, o ortografista atribui-lhes um papel individualizador. Finalmente, a função hierarquizadora fica patenteada no nome de *Jesus*, onde ela manifesta o respeito e a veneração. Esta função da variante ou alógrafo do grafema guarda relação com os valores que impregnam a sociedade num dado momento da história da língua escrita.

Ora, precisamente pelas funções desempenhadas pela maiúscula, ela tem sido um dos aspectos mais reveladores da flutuação das ideologias e das modas de cada época, sem que por isso tenha deixado de ter um papel de relevo na comunicação escrita.

4.3. AS VOGAIS

Após ter indicado o alfabeto, Madureira Feijó divide as letras que o compõem em *vogais* e *consoantes*.

O número das vogais referidas pelo autor da *Orthographia* (seis), é o mesmo que encontramos no alfabeto de Prisciano: a, e, i, o, u, y. O

ortografista filia-se, pois, na tradição explicitada nas gramáticas latinas que encontramos na Idade Média e nas do Renascimento.

Ao chamar vogais àqueles seis grafemas, mais uma vez a imagem é tomada pelo modelo, uma vez que *vogal* (do lat. *vox, vocis*) designa uma entidade cuja substância é de carácter fónico. Isto remete-nos ainda para uma questão que já abordámos neste trabalho (cf. I. 3 e III. 4) – a confusão entre *letra* e *som*. Com efeito, a *letra vogal* não tem voz, embora tenha o poder de a evocar. Todavia, desta confusão entre as duas matérias podemos retirar, vantajosamente, uma descrição articulatória ou acústica das vogais, isto é, uma descrição feita com base na posição em que se encontram os órgãos da fala e no modo como os sons são percebidos auditivamente.

Começa Madureira Feijó por explicar em que consistem as *vogaes* – *Chamam-se vogaes porque cada huma por si só tem voz clara, e distincta* ⁽⁷⁰⁾ –, distinguindo-as assim das consoantes. De seguida, encontramos a referida descrição articulatória de cada uma das vogais. Assim, *A letra vogal pronuncia se com a bocca aberta, e tom alto, como nesta palavra Agoa, e no latim Aqua. E, pronuncia se com a bocca menos aberta, que na pronunciação do A, apertando a respiração, e engrossando a lingua para o paladar (...). O I vogal, pronuncia se com a bocca ainda menos aberta, que na pronunciação do E, mas aplicando mais a lingua ao paladar; de sorte que comprime a respiração (...). O pronuncia se com a bocca aberta, e os beiços algum tanto estendidos em forma redonda (...). U vogal, pronuncia se com a bocca aberta, e os beiços mais estendidos, que na pronunciação do O (...). Y vogal dos gregos, pronuncia se entre nós, como o I vogal* ⁽⁷¹⁾.

Esta é a descrição tradicional feita com base nos órgãos da fala e na posição que estes ocupam no momento da produção. Assim, na articulação de <A> o traço relevante, considerado por Feijó, é a abertura da cavidade bucal; em <E> considera o menor grau dessa abertura e em <I> é pertinente não só o grau mínimo de abertura da boca, mas também a maior elevação da língua (*aplicando mais a lingua ao paladar*). Quanto às restantes vogais: <O> é marcado pela abertura da cavidade bucal e pelo arredondamento dos lábios (*os beiços algum tanto estendidos em forma redonda*) e o <U> pelo arredondamento.

Esta descrição parece apontar, portanto, para uma classificação de tipo distintivo *avant la lettre*, quer dizer, o ortografista baseia-se em traços pertinentes que estão presentes ou ausentes. De acordo com isto, <A> é mais aberto que <E> e <I> ainda menos que <E>, ou, de outra forma, <A> é mais baixo que <E> e este menos alto que <I>.

Acerca de <Y> afirma que *tem hum som mais debil, que o I vogal* (72). Esta distinção, contrariando a sua própria definição, poder-se-á talvez justificar pelo facto de <Y> ser utilizado para transcrever a semivogal /j/. Daí referir que o seu som é *mais debil*.

Um aspecto curioso da descrição das vogais, na *Orthographia*, é a referência à noção de quantidade (longa/breve), confundida com a noção de intensidade (tónica/átona), donde se depreende, mais uma vez, a forte influência do latim e da tradição gramatical latina na descrição da língua portuguesa.

Segundo Feijó, da confusão entre *longas* e *breves*, isto é, entre tónicas e átonas, advêm os grandes erros da pronúncia e da ortografia. Por outro lado, o ortografista refere a noção de timbre, se bem que a propósito do emprego dos acentos gráficos. É nesse sentido que menciona a alternância vocálica entre [o] e [ò], em formas do singular e respectivos plurais; daí decorre o emprego do acento circunflexo no primeiro caso e do acento agudo no segundo. Veja-se, ainda, que, por exemplo a propósito de <E>, na *Orthographia*, aparecem confundidas as noções de timbre e de tom: (...) *O Emprêgo, o Tempêro; porque sôa o E com meyo tom (...). Eu Emprêgo, eu Tempêro; porque sôa o E com toda a sua força de vogal ou com tom predominante* (73).

Estes dados permitem-nos concluir novamente da insuficiência do alfabeto no referente ao campo vocálico, onde um mesmo grafema serve para transcrever vogais semi-abertas e semi-fechadas.

4.4. OS DITONGOS

É em matéria de ditongos que a *Orthographia* de Madureira Feijó tem um dos pontos mais débeis e complexos. Tal como sucedera com as vogais, o ortografista parte da definição de *dithongo*: (...) *he palavra tirada do Grego, e significa o som de duas vogaes, e por isso Dithongo he aquelle, que se faz de duas vogaes unidas, ou juntas debaixo de huma só pronunciaçãõ; porque pronunciaõ as duas vogaes juntas, como se foraõ huma só; mas sempre com dous sons sem espaço intermedio (...)* (74).

Na língua portuguesa, segundo o nosso ortografista, existem ditongos formados por todas as vogais. Assim, enumera os seguintes: *aa, ae, ay, ai, ao, ea, ee, eo, ey, ei, eu, io, oe, oy* e *oi*. Constata-se que, também neste capítulo, o ortografista confunde as matérias fónica e gráfica, como fica patente nos casos de *ey/ei* e *ay/ai*.

Por outro lado, Madureira Feijó não estabelece qualquer distinção entre ditongos orais e ditongos nasais.

No primeiro daqueles *dithongos* <-aa-> o equívoco é total, uma vez que, sem aludir à nasalidade, oferece apenas exemplos com terminações nasais (*Irmaã, Maçaã, Irmaãs, Maçaãs*), formas em que a vogal nasal final [ã], proveniente da terminação latina – ANA, é o resultado da síncope de uma nasal intervocálica e da crase das vogais. A grafia das formas aduzidas por Madureira Feijó baseia-se num critério acústico, uma vez que (...) *se percebe o som de dous Aa inseparáveis* (75).

Curiosamente, Duarte Nunes de Leão regista na sua *Orthographia* a forma *irmaã*, aludindo já à questão da nasalidade. Confronte-se o critério de Feijó, acima exposto, com o de Nunes de Leão (1.ª edição da *Orthographia* – 1576): *Polo que assi como dizemos, «Germanus», ou «Germano» & «Germana», mudada a terminação significatiua do genero masculino de .us. ou .o. em, .a. feminina de .a., assi esta palaura fica na mesma regra, acabando em .a. por que o til, que se põem em «irmão», não he sobre o .o. que he a derradeira letra, senão sobre o .a. que he a penultima, como temos dicto no capitulo do til (...). Assi que irmaã, hauendo de guardar a mesma analogia, deue-se escreuer mudada soo a terminação do .o. em .a. E desta maneira fica o .a. dobrado* (76).

Que o nosso ortografista não faz qualquer distinção teórica entre ditongos orais e nasais, é o que se constata no caso de *ae* que, na realidade, corresponde ao ditongo nasal grafado *ãe* [áj] (do latim - ANE-). Não apresenta exemplos de *ae* ditongo oral e as formas que ilustram o ditongo nasal (*Cães, Paês*), apresentam um til, marca da nasalidade, ainda que não tenham um tratamento à parte, em relação aos ditongos orais.

Duarte Nunes de Leão, em 1576, analisava separadamente os casos de *ãe, ão, ãe* e *õ*. E um contemporâneo de Madureira Feijó, D. Luís Caetano de Lima, em 1736, apresenta a seguinte classificação dos ditongos: próprios (orais) e impróprios (nasais) (77).

O tratamento da nasalidade final é, de resto, um dos pontos críticos da doutrina ortográfica de Feijó (cf. III. 5.).

Registe-se ainda a existência de variantes ou alógrafos do ditongo [aj], sem que pelos exemplos se compreenda a diferença: *Ay, Ays, Dai, Dais, Pay, Pays, Mais*.

No tocante a *AU* e *AO*, verificamos que as formas entradas na língua por via culta (*causa, applauso*), apresentam o ditongo latino *au*, ao passo que nas outras formas, mesmo em posição foral, o ditongo

é grafado com *AO* (*Pao, Mao*). Mero artifício gráfico ou tentativa de marcar uma realização fónica distinta que justificasse tais variantes?

A questão da realização do *o* átono, como [o] ou [u], entre os séculos XVI a XVIII, foi já analisada por Herculano de Carvalho e Anthony Naro, com base no testemunho dos gramáticos e/ou ortografistas daquele período⁽⁷⁸⁾. É de salientar que, destes dois linguistas, apenas Naro leva em consideração o testemunho de Madureira Feijó, como já assinalámos (cf. III. 3.3), se bem que refere, erradamente, a data de 1739 para a primeira edição da *Orthographia*⁽⁷⁹⁾.

Como sabemos, o ponto de vista de Feijó é de tipo normativo, motivo por que não será de esperar que o ortografista revele ou aceite as mudanças fonéticas que a língua do primeiro quartel do século XVIII deve ter registado (cf. III, 4.3). Ainda assim, pelos inúmeros casos recolhidos nos *Erros da Pronunçiação*, podemos crer que Feijó denuncia uma realização [u] para <O> átono e [i] para <E>, igualmente átono. Disso são exemplo as abundantes emendas do tipo *Meada* e não *Miada* (p. 388) ou *Moela* e não *Muela* (p. 396).

Outro problema se nos coloca em relação a *ea*, acerca do qual diz que *naõ póde ser rigoroso dithongo; porque naõ soaõ as duas vogaes juntamente*⁽⁸⁰⁾. Tal facto, explica-se por constituírem um hiato que se resolveu na pronúncia pela epêntese de uma semivogal, como o próprio ortografista acaba por indicar: *he pela difficuldade, que todos experimentaõ na pronunçiação e escrevem «Lampreya», «Peya», «Atheya», «Meya», «Feya», «Teya», etc.*⁽⁸¹⁾. Neste caso particular, conforma-se com a *pronunçiação commua*, confirmada pelo uso extensivo, embora com a seguinte restrição: (...) *que naõ se pronuncie o Y, junto com o E, mas com o A*. E acrescenta: *Porém a mais recta pronunçiação, e Orthographia he com accento circumfiexo no E, deste modo: Lamprêa, Pêa, Alhêa*⁽⁸²⁾. Isto comprova que, não obstante reconhecer uma pronúncia em fase de expansão no português padrão, o ortografista se mantém relutante em aceitar as alterações fonéticas mais recentes. Simultaneamente com o *purismo ortográfico* que ressuma das suas *regras*, registamos (como se viu no tocante a *ea*) o que se pode chamar de *conservadorismo ortoépico*.

Este aspecto da ortografia da época é criticado por Luís António Verney, defensor do princípio *escreve como falas*. A esse propósito diz o autor do *Verdadeiro Método de Estudar: todo «e» antes de «a», no meyo de dicção pronunciam como se fosse um tritongo, v. g., cea, vea, que pronunciam ceia, veia, naõ obstante que na escritura commumente*

não ponham o «i». E nisto merecem riso alguns portugueses, que, nas suas ortografias impressas, ensinam algumas letras, ainda que não estejam escritas (...) ⁽⁸³⁾.

Pensamos que um dos ortografistas alvejados é Madureira Feijó, sendo de notar que os dois autores se situam, obviamente, em posições ortográficas antagónicas.

A propósito da forma verbal *tens*, é a favor da introdução de *ee* com um til sobre a segunda vogal – teês – e, neste caso, o princípio que o norteia é o da adequação da escrita à pronúncia.

De facto, as nasais (vogais e especialmente os ditongos) são um problema que só mais tarde encontrará uma solução mais satisfatória. Nesse campo, nem Verney achou soluções adequadas.

À semelhança de *ea*, *eo* levanta também algumas questões em palavras como *Alheyo*, *Feyo*, *Meyo*, *Leyo*, *Veyo*, onde o <Y> com o valor de /j/ tem a função de destruir o hiato; distinto é o caso de *Comêo*, *Chovêo*.

A oposição de *eo* em relação a *eu* acaba por ser anulada nos casos de *Meu*, *Teu*, *Seu*, *Meus*, *Teus*, *Seus*, *Deus*, onde *mais parecem ter som de O*, *que de U* ⁽⁸⁴⁾. Não reprova, no entanto, as grafias *Mêos*, *Têos*, *Sêos*, *Dêos*.

No referente a *io*, a única regra geral consiste em que as formas verbais do pretérito façam ditongo. Ora isto não constitui uma regra da ortografia, mas sim da ortoépia. Rejeita, por outro lado, a existência de um ditongo grafado com *iu*. Neste ponto, a opinião de Feijó é compartilhada por Caetano de Lima ao afirmar que *algumas pessoas escrevem Abriu, Feriu, Ouvia, Persuadiu, o que parece summamente duro na nossa pronuncia* ⁽⁸⁵⁾.

O ditongo nasal [õj] é transcrito por *oe* sem que Feijó, tal como víamos em [új], faça a distinção entre o ditongo oral e o nasal. Proveniente do Latim -ONE, -ONES, na *Orthographia*, de Madureira Feijó é grafado quer por *õe* quer por *oens* – o til do primeiro substitui o *n* do segundo.

Quanto ao ditongo *ou*, Feijó não se refere à sua alternância como *oi*. O autor devia considerar este ditongo um uso *vulgar* ou *plebeu*. *Oi* = [oj] surge-nos frequentemente em formas incluídas na Terceira Parte, mas sempre dadas como incorrectas ⁽⁸⁶⁾. *Ou* é, portanto, o único ditongo em consonância com a norma purista do nosso ortógrafo. *Oy* e *Oi* são, por sua vez, variantes gráficas de um mesmo ditongo.

Para finalizar, salientamos a confusão entre formas como *guarda*, por um lado, e *guerra* ou *guincho*, por outro, estas com a oclusiva velar

sonora /g/, grafada <GU>. É devido à confusão entre grafia e pronúncia (letra e som) que Feijó classifica *ue* (*guerra*) e *ui* (*guincho*) como ditongos.

A classificação e a análise de ditongos e dos tritongos apresentada por Madureira é menos completa que a de outros autores, como por exemplo o já referido Caetano de Lima. Na *Orthografia* deste último ortografista, os tritongos mereceram até um capítulo à parte ⁽⁸⁷⁾.

Em conclusão, no capítulo dos ditongos (e dos tritongos), Madureira Feijó encontrou um terreno propício para a fantasia ortográfica, onde nem sequer a etimologia foi respeitada. De qualquer forma, esta questão foi uma das mais difíceis de resolver para os autores da época e a prová-lo fica o testemunho de Caetano de Lima ao afirmar que *No ditto numero de Dithongos variaõ muito os nossos grammaticos* ⁽⁸⁸⁾.

4.5. AS TERMINAÇÕES NASAIS -AME -ÃO.

Se bem que ligado ao anterior, preferimos dar a este ponto um tratamento à parte, uma vez que constitui um aspecto controvertido entre os gramáticos e ortografistas do século, a começar por António de Melo da Fonseca, no *Antídoto da Lingua Portuguesa* (em casa de Miguel Diaz, Amsterdam, 1710), que ataca o ditongo *ão*, o principal mal da nossa língua, e propõe a sua total proscricção.

Trata-se das formas verbais da 3.^a pessoa do plural do pretérito perfeito (ou mais-que-perfeito) e do futuro do indicativo. Na primeira, a desinência verbal é átona e, na segunda, é tónica. A questão agrava-se por existirem numerosos substantivos oriundos de acusativos latinos em -ANUM, -ONEM e -UDINEM ⁽⁸⁹⁾, que apresentam o mesmo ditongo tónico.

Como constataremos, as soluções propugnadas por Madureira não se prendem exclusivamente com o carácter tónico ou átono do ditongo, propondo por isso não só a distinção gráfica entre *-am* e *-aõ*, como também a utilização de acentos: (...) *todos os nomes, que acabaõ com som forte, ou em que carregamos mais na pronunciaçaõ se escrevaõ com aõ, como Alemaõ, Christaõ, Joaõ, Sebastiaõ, etc. E os que forem breves, teraõ accento na penultima, ou na vogal antecedente: como Christóvaõ, Estévaõ, etc. Nas linguagens dos verbos, as que acabarem breves, teraõ os mesmos accentos nas vogaes penultimas ao dithongo, como: Elles amáraõ, ensináraõ, lêraõ, ouviraõ do preterito. E as que forem longas, não teraõ os taes accentos* ⁽⁹⁰⁾.

Segundo Madureira Feijó, só as 3.^{as} pessoas do plural do futuro do indicativo terminarão em *-am*, enquanto os substantivos, por seu lado, só poderão acabar em *-aõ*. O nosso ortografista adapta uma solução que, mesmo assim, nos parece mais racional do que a encontrada por Caetano de Lima (uso do acento agudo na última ou na penúltima sílaba): *Advirta-se porém, que os verbos não levaõ accento ao fim, salvo os futuros de todas as conjugações Amaráõ, Seráõ, Leráõ, Ouviráõ, Poráõ para se diferençarem dos Preteritos Amáraõ, Léraõ, Ouviráõ, que tem accento na Penultima* ⁽⁹¹⁾.

Neste capítulo, embora não coincida com a moderna ortografia, Madureira confere já às desinências verbais *-am* e *-aõ* uma função distintiva de carácter morfo-semântico, ao mesmo tempo que evita, por outro lado, que o significado seja garantido apenas pelo contexto.

4.6. AS CONSOANTES

Tal como sucedera com as vogais, o ortografista começa por estabelecer o conceito de consoante. Denominam-se consoantes porque *soaõ juntamente com as vogaes, tanto que se as escrevessemos como as pronunciamos, seria assim Be, Ce, De, ef, ge, ha, etc.* ⁽⁹²⁾. Reitera-se aqui a confusão entre *letra* e *som*.

Quanto à classificação das consoantes, Madureira Feijó segue a clássica divisão entre Mutae ou Mudas e Semivogaes. Dentro destas últimas, distingue igualmente as *Líquidas*. Assim, , <C>, <D>, <G>, <K>, <P>, <Q> e <T>, correspondentes a /b/, /k/, /d/, /g/, /p/ e /t/ são mudas porque não podem ser realizadas ou pronunciadas sem apoio vocálico; <F>, <L>, <M>, <R>, <S>, <X> e <Z> são semivogais porque na pronúncia se assemelham às vogais. Dentre elas, <L>, <M>, <N> e <R> são líquidas porque têm um carácter simultaneamente vocálico e consonântico.

A classificação proposta na *Orthographia* é ainda uma herança da Antiguidade, correspondendo actualmente as mudas às oclusivas e parte das semivogais às constrictivas, nelas incluindo as fricativas, as laterais, e as vibrantes.

Dada a confusão entre *letra* e *som*, não figuram nesta classificação *sons* (fonemas) da língua portuguesa que o latim não possuía e aos quais não cabia, consequentemente, um sinal específico no alfabeto latino. Referimo-nos ao fonema consonântico /ʒ/ que, no alfabeto proposto por Feijó (Cf. supra III, 4.1), é transcrito pela figura <I>, que simultaneamente representa o fonema vocálico /i/. Pelas mesmas

razões, /v/ fica excluído da classificação dos sons. O <H>, por seu lado, não é também objecto de qualquer classificação, porquanto não se trata, como salienta o autor, de uma letra, a não ser quando *se escreve depois de c n l* ⁽⁹³⁾, quer dizer, quando faz parte dos dígrafos <CH>, <NH> e <LH>. Salvo nesta situação, o <H>, que para os latinos era marca de aspiração, carece de referência fónica. O seu valor é então de natureza etimológica e, às vezes, de natureza distintiva.

A descrição das consoantes, feita como sabemos a partir das letras do alfabeto, é também de tipo articulatorio.

De seguida, vamos passar a observar mais pormenorizadamente a descrição de cada uma das consoantes.

 pronuncia-se com os beiços brandamente abertos no meyo e é, portanto, um bilabial. A propósito de algumas regiões, particularmente a de Entre Douro e Minho, explica o fenómeno denominado neutralização da oposição /b/-/v/. Este rasgo dialectal é interpretado por Madureira como um *vicio patrio* e, para explicar a sua antiguidade, o ortografista atribui o fenómeno ao facto de a região ter sido *habitada muitos annos pelos gregos, os quaes no seu alfabeto não tinham a letra v nem vogal, nem consoante; e por isso em lugar de V consoante escreviam B* ⁽⁹⁴⁾. A explicação, apesar de pouco conforme com a verdade histórica, deixa-nos entrever que o ortografista tinha consciência da antiguidade do fenómeno. Poderíamos, de resto, aproximar este facto daquele que fica registado no *Appendix Probi* ⁽⁹⁵⁾, onde encontramos nas cláusulas 9 e 70: *baculus non vaclus e alveus non alveus*, respectivamente.

A confusão a que alude Madureira dá, por outro lado, origem a fenómenos de ultracorreção e o próprio autor fornece um exemplo disso – (...) *na emenda pelo rigor da lingua Portugueza, cahiraõ no erro de escreverem, e pronunciarem V, em lugar de B, como S. Vento, por S. Bento* ⁽⁹⁶⁾.

Ao condenar aquele *vicio* dos *Interamnenses*, salta à vista que o ortografista não faz dialectologia de forma intencional, uma vez que o seu intuito é correctivo.

A *letra C* é uma das que levantam um maior número de questões pelo facto de registar ou notar /s/ e /k/. Quando o seu valor é o primeiro que referimos, *pronuncia-se com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he brando, e suave* (...) ⁽⁹⁷⁾. Se o seu valor é /k/, *pronuncia-se applicando o meyo da lingua quasi junto ao paladar com os beiços abertos* (...) ⁽⁹⁸⁾.

Estas descrições apontam para a articulação de uma sibilante e de uma oclusiva, respectivamente.

Ficam ainda explicitados os contextos em que se realiza um ou outro valor: vale [s] quando seguido de <E> ou <I> e [K] antes de <A>, <O> e <U>. Neste último exemplo, <C> é homofónico de <K> e de <QU>.

Temos de considerar ainda mais um caso: o de <Ç> com valor de [s], quando seguido por <A>, <O> e <U>. Para além disso, Feijó aceita que <Ç> apareça em posição inicial e estabelece uma distinção: o valor de <Ç> e <C>, por um lado, e o de <S>, por outro, apelando ao critério da pronúncia. Esta diferença é um rasgo arcaizante do sistema das sibilantes que apenas foi conservado dialectalmente. Assim, <Ç> corresponderia a /ts/, isto é, a uma africada pré-dorsodental surda e <S->, <-S> e <-SS-> corresponderiam a /ʃ/, ou seja, a uma fricativa áptico-alveolar igualmente surda.

Atendendo a que Madureira Feijó é natural da região de Trás-os-Montes e que aí viveu até aos quinze anos, é de crer que possuísse aquele traço conservador, uma vez que o ortografista descreve perfeitamente as duas realizações: *O s pronuncia-se com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto salte hum som quasi assobiando do meyo da bocca e o c se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando os dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, alegando que Pronuncia-se «Çapata», e «sapata»; «Maça», e «Massa»; e diga quem não he surdo a differença que percebe entre hum, e outro som* (99).

O ortografista generaliza uma pronúncia que tem carácter dialectal mas que, efectivamente, já não pertencia ao português padrão. A distinção deveria parecer-lhe, contudo, lógica, uma vez que Feijó discorre, ao longo das lições IV, V e VI, sobre os erros ortográficos fruto da não observância da distinção entre <Ç> e <S>.

Há informações que contradizem a perspectiva de Madureira Feijó e que permitem remontar ao século XIII a confusão entre os valores daquelas grafias (100). José Leite de Vasconcelos, na sua *Esquisse*, salienta precisamente a manutenção daquele rasgo na região de onde é natural Feijó: *Sur la frontière d'Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes et de la Beira, et même dans quelques endroits de l'intérieur du pays l'ancienne distinction se maintient entre Ç – Z et S – initiaux et intervocaliques: ex. paço – passo, cozer – coser (...)* (101).

Os dados do actual quadro dialectal português confirmam *grosso modo* a observação que Leite de Vasconcelos fazia em 1901 (102). Como quer que seja, este é um cavalo de batalha da *Orthographia* de Madureira Feijó.

La *Liçam VII*, a letra *D* é descrita articulatoriamente como uma oclusiva dental sonora oposta à sua correlata *T*: *A letra D, pronuncia-se com a parte anterior, e mais delgada da lingua, nos dentes de cima, apartando-a de repente, e lançando a respiração com hum som remisso (...), ao passo que <T>, se pronuncia tambem com a ponta da lingua nos dentes de cima, mas apartando-a logo com mais força, e lançando hum som mais forte (...)* ⁽¹⁰³⁾.

Por outro lado, ainda acerca de <D>, Madureira Feijó tem consciência do fenómeno de sonorização, na evolução do latim para o português (-/t/- > -/d/-) ⁽¹⁰⁴⁾. Mas, como era habitual nesta época, a mudança linguística não passava de mera troca, supressão ou acrescentamento de letras.

No que concerne à *letra F*, para além da sua descrição como labiodental ⁽¹⁰⁵⁾, o ortografista regista um caso de homofonia com o dígrafo grego <PH>, cujo uso assenta no critério etimológico.

<G> coloca, por seu lado, problemas de heterofonia, quer dizer, transcreve /g/ e /ž/. No primeiro caso, <G> é seguido de <A>, <O>, <U> e, no segundo, de <E> ou de <I>. Feijó distingue articulatoriamente os dois valores da *letra g*; (...) *pronuncia-se com a parte interior da bocca, apartando a raiz da lingua subitamente, e sem tocar nos dentes. E quando se pronuncia ferindo a vogal E, ou I, só se inclina meya parte da lingua para o principio do paladar, sem o tocar com ella, mas quasi nos dentes (...)* ⁽¹⁰⁶⁾. Ficam desta forma perfeitamente descritas a oclusiva velar sonora e a fricativa palatal sonora, respectivamente. O autor vê-se confrontado com duas grafias homofónicas <G> e <J> = /z/ e, para esclarecer o emprego de uma e de outra, apela à autoridade de Bento Pereira e de Rafael Bluteau. Quanto a <GU>, Madureira Feijó resolve a dúvida pelo recurso à *pronuniação* ⁽¹⁰⁷⁾.

O *h* só é *letra*, isto é, só tem valor quando integra dígrafos. Nas restantes situações em que ele se apresenta, não garante qualquer valor fónico e, nesse sentido, é uma unidade gráfica fora do sistema fonográfico, quer dizer, fora do quadro de relações entre fonemas e grafemas. É uma espécie de elemento parasitário que pode, no entanto, ter um valor etimológico ou distintivo.

O *J* consoante, ou seja, <J> = /ž/ levanta dúvidas de ordem caligráfica como já antes observámos (cf. supra III, 4.1), pois o alfabeto latino apenas possuía um símbolo – <I> – que servisse para o representar. Para obviar a esse tipo de confusão entre <I> e <J>, o ortografista descreve o alógrafo correspondente à minúscula: (...) *sempre se escreve rasgado para baixo, e com ponto em cima, deste modo: Janella, Jarro, Jogar, Jurar, etc.* ⁽¹⁰⁸⁾.

Com respeito a <K> = /k/, e secundando Prisciano, Madureira acha-o *escusado* ao mesmo tempo que, ironicamente, tece críticas a João Franco Barreto, defensor do referido grafema. Se Feijó o inclui no alfabeto é, obviamente, por concessão à tradição grego-latina e não pela sua utilidade.

A *semivogal L* é por sua vez pronunciada *com a parte anterior da lingua, applicada ao paladar junto aos dentes de cima* ⁽¹⁰⁹⁾ e é, portanto, descrita como uma consoante lateral.

A descrição da *letra M* é bastante incompleta e, não tendo sido posto em relevo o seu carácter nasal, só se salienta o seu carácter bilabial (*pronuncia-se abrindo ligeiramente os beiços*). A regra ortográfica respeitante ao emprego de *M* é a que diz que *antes de B P M sempre se escreve M* ⁽¹¹⁰⁾.

Para além disso, *M* pode até mesmo ser substituído por um til como, por exemplo, em *Hũa* e *Algũa*, grafias próprias dos mais *doutos*. Por seu lado, a *letra N* é descrita como uma alveolar e, tal como em *M*, o traço da nasalidade não é sequer mencionado: (...) *pronuncia-se com a extremidade da lingua, tocando no principio do paladar repentinamente* ⁽¹¹¹⁾. Aqui, como em *letras* anteriores, o critério da pronúncia serve para determinar o uso.

No referente a *P*, o ortografista estabelece uma correlação com *B*, ressaltando os traços da oclusão e da bilabialidade (*pronuncia-se abrindo os beiços de repente, e com mais força, que na pronuniação do B*) ⁽¹¹²⁾.

A pronúncia da *letra Q* remete-nos para o que atrás comprovámos acerca de <C> e de <K> (cf. supra III 4.1 e 4.6). Levanta todavia o problema de saber quando é que o suporte vocálico que acompanha *Q* é ou não pronunciado. De resto, segundo Feijó, o referido suporte tem em certas formas um valor distintivo, permitindo opor *Qual* a *Cal*, por exemplo ⁽¹¹³⁾. Outro ponto controvertido é o respeitante ao emprego de <QU> como alternativa a <CH> = /k/. O ortografista manifesta-se a favor da manutenção do dígrafo <CH>, com o valor indicado, nas palavras greco-latinas. É ainda neste terreno que ataca João Franco Barreto (século XVII), caracterizado por seguir de perto a máxima *quintiliana escreve como falas*.

A *letra R*, representando quer a vibrante múltipla quer a simples, é pronunciada *com a parte anterior, e mais delgada da lingua no alto do paladar junto aos dentes com som delgado, e forte* ⁽¹¹⁴⁾.

Madureira Feijó reconhece claramente duas variantes contextuais ao afirmar que *o seu uso he vario conforme as mais letras, com que se ajunta na composição das palavras*, identificando até os contextos

em que a vibrante é múltipla ou simples. É múltipla em posição inicial absoluta – *Nas palavras que principiaõ por R, e vogal adiante, sempre o R fere a vogal com todo o seu som forte, e aspero* ⁽¹¹⁵⁾; é simples se entre duas vogaes, *perde o som forte, e aspero na pronunciaçaõ, porque sôa ferindo a vogal seguinte com som brando, e débil* ou quando precedida de nasal ou de sibilante *fere a vogal seguinte com toda a sua força, e som aspero, e nunca dobra* ⁽¹¹⁶⁾. O mesmo sucede quando precedido de *b, c, d, f, g, p, t (...)* *depois das taes letras sempre se faz liquido* ⁽¹¹⁷⁾.

A sibilante surda /s/ é pronunciada como ápico-alveolar, de acordo com o que já constatámos a propósito dos grafemas <C> e <Ç> (cf. supra). O problema que suscita a transcrição desta sibilante assenta em que o grafema correspondente pode ser simples ou complexo (<S> ou <-SS->). Deste modo, entre vogais o primeiro serve para grafar /z/ e o segundo grafa /s/. <S> tem, no entanto, valor de /s/ quando precedido de consoante.

A descrição de *T* assenta na correlação com *D*, ressaltando Madureira Feijó o carácter dental das duas consoantes.

O caso de *v consoante* é um dos mais curiosos, pelo facto de /v/ não ter existido em latim e de o alfabeto latino carecer de um signo específico para o transcrever, sendo a fricativa labiodental /v/ durante muito tempo registada mediante o mesmo símbolo que registava a vogal <U>. O grafema <V> é uma inovação atribuída a Pierre de la Ramée, também conhecido pelo nome latinizado de Petrus Ramus, e depois difundida graças aos impressores. Madureira Feijó alude ainda à confusão entre estas duas grafias e por isso afirma que *assim como são diversos na pronunciaçaõ, também tem diferente figura* ⁽¹¹⁸⁾. Das palavras do ortografista parece poder depreender-se que a entidades distintas deverão corresponder *figuras* distintas. Não é esta, porém, a regra geral da sua *Orthographia*.

No que concerne à *letra X* encontramos uma interessante observação de carácter dialectológico. Trata-se do valor de <X> distinto do valor de <CH>: o primeiro corresponde a /ʃ/ e o segundo a /tʃ/.

Este é mais um dos cavalos de batalha da ortoépia de Madureira Feijó ao longo de toda a *Orthographia*. Começemos pela descrição de /ʃ/ grafado <X> – *pronunciase com a metade da lingua, quasi junta ao paladar; mas de sorte, que faz uma via como canal por onde sahe o som, com que se forma (...)* ⁽¹¹⁹⁾ – e contrastemo-la com a de /tʃ/ – *Assim, os latinos, como os Portuguezes usamos do C aspirado com H adiante; mas com tão diverso som na pronunciaçaõ, que na dos*

Latinos sempre sôa com Q (...), mas faz hum terceiro som, em que senaõ percebe como sôa, ferindo as vogaes seguintes deste modo cha, che, chi, cho, chu: v. g. Chave, Chaminé, China, Chove, Chuva: cuja pronunciaçãõ nao tem similhaça com outras letras, e só os oriundos de Lisbôa a equivocãõ tanto com o X, que a cada palavra trocãõ huma por outra; porque naõ só pronunciaõ, mas também escrevem, Xave, Xaminé, Xina, Xóve, Xuva⁽¹²⁰⁾.

Daqui se infere que Madureira Feijó estabelece a distinção entre /ʃ/ e /tʃ/, isto é, entre a fricativa palatal surda e a africada palatal surda, respectivamente, atribuindo-a ao português padrão.

José Leite de Vasconcelos confirma-nos a sobrevivência da africada /tʃ// distinta de /ʃ/ em algumas regiões do país⁽¹²¹⁾ e os dados sincrónicos revelam que ainda hoje persiste aquele traço conservador no português europeu, se bem que a nível estritamente dialectal⁽¹²²⁾. Curiosamente, segundo o nosso ortografista, o início do fenómeno de nivelamento de /tʃ/ e /ʃ/ parte de Lisboa, daí alastrando a outras regiões. Como quer que seja, das palavras do autor poderemos talvez concluir que a confusão entre os valores de <X> e de <CH> já deveria estar muito generalizada, dando por isso azo a formas de ultracorreção: *E a alguns ouvi, que lhe era taõ difficultosa a pronunciaçãõ de Ch, que achando o escripto, o pronunciaõ como X, e pelo contrario, aonde achaõ X, o pronunciaõ como Ch*⁽¹²³⁾.

À semelhança do que já salientámos acerca da neutralização da oposição /b/-/v/, a simplificação da africada /tʃ/ é interpretada como um erro ou vício, sendo por isso passível de correção. Desde logo se comprova que o ortografista não tinha a pretensão de fazer dialectologia. Finalmente, Madureira Feijó descreve também articulatoriamente a fricativa pré-dorsodental sonora /z/: (...) *pronunciase com a parte anterior da lingua menos junta aos dentes, que na pronunciaçãõ do C, dando algum espaço para sahir o som com mais força, e hum certo zunido*⁽¹²⁴⁾.

Referir-nos-emos de seguida aos grafemas complexos <NH> e <LH>, representantes das consoantes palatais /ɲ/ e /ʎ/, respectivamente. Tal como vimos atrás (cf. supra), <H> só se reveste de valor fonográfico na junção de <N+H> e <L+H>. As outras ocorrências de <H>, sempre desprovido de referência fónica, quer em posição inicial quer interna, são justificadas pela força da etimologia ou, então, por um valor distintivo, que lhe é conferido pelo ortografista. As consoantes palatais nasal e lateral (/ɲ/ e /ʎ/) não são, pois, incluídas entre as consoantes e os grafemas que as transcrevem, são apenas tratados em função do uso do <H>. Tal facto advém, mais uma vez, da confusão entre *letra* e *som*.

4.7. OS GRUPOS LATINOS CT, GM, GN, MN, MPT

Aimons le latin, mais jusqu'au bout.

Nina Catach

Um dos aspectos em que assenta a complexidade do sistema ortográfico de Madureira Feijó é a introdução de grupos consonânticos oriundos do latim, por motivos de ordem etimológica, quer dizer, para que ficasse patente no significante gráfico a origem das palavras e fosse mais imediato o acesso à sua significação. Isto traduz, obviamente, o desejo de filiar a língua portuguesa na *língua mãe*. Dessa filiação dependerá, de resto, a própria legitimação ou a *bastardia* da língua portuguesa.

Por outro lado, ao analisarmos estes grupos, constatamos que Feijó respeita bastante a etimologia – em sentido moderno, a relação da forma actual com a forma original ou *étimo* –, pelo que neste capítulo o critério do ortografista não é pseudo-etimológico. Assim, o que fica plasmado na *Orthographia* é que Madureira Feijó era um latinista seguro. Para além disto, quer por imitação de uma etimologia verdadeiramente assimilada quer pelo hábito de uns poucos (os *doutos*) ou ainda pelo pedantismo, resultante da crescente imitação do francês a partir do final do século XVIII, os grupos acima mencionados vão manter-se na ortografia portuguesa até ao período reformado.

O que atrás ficou exposto acerca dos grupos latinos, manifestou-o veementemente, em 1911, a erudita D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: *As palavras eruditas, extraídas do dicionário latino e helénico, não alteradas na boca do vulgo, nem quanto ao sentido, nem quanto á fôrma, ou apenas levemente aportuguesadas, de índole conservativa, essas entraram, quasi estacionárias, com todas as letras dos orijinaes na prosa de notários, eclesiásticos, arqueólogos, historiadores e especialistas (do tempo de D. Denis em diante), e também nos versos dos poetas áulicos do século XV, até com letras que em Portugal nunca tiveram função privativamente sua, e com grupos de letras que não se encontram em dições herdadas, a não ser abusivamente.*

Nelas é que figuram os sinaes exóticos: «y», «th», «ph», «rh», «gh»; muitos «hh»; os grupos «mn», «gm», «gn», «ct», «pt», «cç», «pç», «sc»; «pp» «bb» «gg» «cq» e outras consoantes dobradas, superfluas (125).

No tempo que separa a obra de Feijó (1.^a ed. 1734; 2.^a ed. 1739) e as afirmações de C. Michaëlis de Vasconcelos, registou-se a presença de uma poderosa aliada – a língua francesa e a sua ortografia –,

impregnada até à medula de latinismos e de grecismos. Não devem, não obstante, ser desprezados dados de outra ordem, como a estética da palavra escrita e a nobilitação decorrentes da aplicação de grafias antigas.

Vamos observar, de seguida, quais os critérios aduzidos por Feijó para proceder à introdução dos referidos grupos de origem latina. O dígrafo ou grupo <CT> fica justificado primeiramente pelo critério etimológico, quer dizer, o grupo surge em palavras que em latim o continham; pode ser, por outro lado, atribuído ao uso dos *Auctores*, que funciona como modelo ortográfico. Convém, no entanto, ressaltar que o próprio ortografista reconhece que a regra etimológica levanta problemas sócio-culturais, não sendo portanto extensível a todos os que escrevem – (...) *esta regra não pôde ser para todos (...)* (126). Precisamente por isto, apela ao exemplo dos *bons autores*, demonstrando, assim que as suas regras são uma verdadeira mnemotécnica.

Desta forma, nas palavras em que Feijó apresenta <CT>, o elemento <C> é um indicador para a vista, mas nem sempre o é para o ouvido, à excepção, claro está, dos casos em que aquele elemento é a marca da abertura da vogal seguinte ou em que, efectivamente, é pronunciado. Assim, em *effectivo, effectuar, director, dialecto*, etc., <C> é uma consoante muda. Diferente é a situação em formas como *ficticio, invicto, jactancia, pacto*, etc., onde <C> tem de facto um valor. Por último, em palavras como *dictar, fructo, lectura, lucto, tractado, victima*, entre muitas outras que apresentam o dígrafo <CT>, só a relação com o étimo latino justifica tal grafia.

Quanto ao dígrafo <GM>, verificamos que o seu emprego passa também pela etimologia e pela legitimação daí decorrente para a língua portuguesa:

A doutrina desta lição he para mayor credito na nossa lingua na imitação da latina; porque se nos presamos de a imitar fallando, não devemos presarnos menos de a imitar escrevendo, para que não só se ouça, mas tambem se veja a uniformidade da copia com o exemplar. As palavras, que se escrevem com GM, e GN, todas são participadas da latinidade, que no uso, e pronunciação dos doutos, não perderão esta orthografia, que nos leva ao conhecimento da sua origem (127).

Daqui se conclui que as grafias deste tipo imediatizam o significado.

Nos exemplos aduzidos por Madureira Feijó a propósito de <GM> e de <GN>, há casos em que <G> não tem valor fónico (*augmento*) e outros em que aquele elemento é de facto pronunciado (*ignorancia, ignobil, incógnito, repugnante*, etc). Numa palavra como *significado*,

o <G> representa uma manifestação do efeito de retorno exercido pela grafia culta sobre a língua falada. Note-se que João de Barros escrevia ainda *sinificação*, o que demonstra que a re-introdução gráfica do <G> acarretou a sua posterior re-integração fónica. Houve, contudo, muitos outros casos em que a grafia não chegou a repercutir-se na pronúncia. É o que se comprova em formas como *signal*, *signete*, etc., onde a reposição culta ou erudita não vingou. O próprio ortografista reconhece, no entanto, que o *uso tem prevalecido contra algumas* ⁽¹²⁸⁾. Por sua vez, a introdução do dígrafo <MN> é justificada pela analogia e pelo uso dos *Auctores*, se bem que Feijó indique que *anda pouco usado* ⁽¹²⁹⁾.

Em palavras como *alumno*, *calumnia*, *calumna*, *damno*, *hymno*, *solemen* ou *somno*, o elemento <M> não tem valor fónico, explicitando meramente a relação com a matriz latina.

O trígrafo <MPT> regista-se em formas como *assumpto* ⁽¹³⁰⁾ *prompto*, *promptidão* e *promptuario* ⁽¹³¹⁾, cuja explicação é de ordem estritamente etimológica; basta compará-las com as suas correlatas latinas ⁽¹³²⁾.

Estes cinco grupos consonânticos não são, porém, os únicos que vêm complicar o sistema ortográfico de Madureira Feijó. Há outras combinações que, conjuntamente com as precedentes, representam uma parte de leão na *extravagância etimológica* do autor. Referimo-nos aos grupos mencionados por D. Carolina Michaëlis (Cf. *supra*). Assim, os dígrafos <PC> e <PÇ> surgem-nos nas palavras que *no latim se escrevem com PT, quando depois do T, se segue I, e outra vogal; porque então pronunciaõ os latinos o T, como C (...)* ⁽¹³³⁾.

A ortografia da forma portuguesa implica, conseqüentemente, o conhecimento da forma latina, pelo menos nos casos em que <P> não é audível. Nas palavras *inscripção* (do lat. INSCRIPTIONE-), *assumpção* (do lat. ASSUMPTIONE-), *descripção* (do lat. DESCRIPTIONE-), por exemplo, a consoante <P> não tem sequer o valor de índice da abertura da vogal precedente, como sucede em *intercepção*, *percepção* ou *recepção*.

O ortografista adopta igualmente o grupo <PT> que *pelo rigor da analogia com as palavras latinas, usaõ os nossos Auctores* ⁽¹³⁴⁾. É então com base no critério da analogia que encontramos grafias como as de *sculptura*, *captivo* ou *proscripto*, sem que o elemento <P> seja realizado fonicamente, ao lado de outras (*excépto*, *imperceptível*) onde ele pode ser pronunciado, funcionando como indicador do timbre da vogal anterior ou onde sempre é pronunciado (*Neptuno*, *interrupto*, *corrupto*, etc.).

De <CC> encontramos um exemplo em *acçaõ, deducçaõ, fracçaõ, introducçaõ*, entre outras. Em *acçaõ* e *fracçaõ*, o <C> representa, como em casos anteriores, a marca do timbre da vogal. Assim, constata-se que, muitas vezes, estas consoantes têm uma função diacrítica.

Por outro lado, os dígrafos constituídos por <S+cons. > são justificados pela imitação da grafia latina, mesmo nos casos em que as formas apresentavam já um <E> protético, como em *scalêno* (escaleno), *spirito* (espírito) e *stilo* (estilo). Madureira Feijó vai ao ponto de propugnar grafias como as que surgem em *sphéra* (ou esféra), *sphinge* (ou esfinge), para já não mencionar as mais difundidas *sciencia* e *scientifico*.

Para finalizar, não será demais sublinhar que estas formas são uma manifestação de erudição greco-latina, reflectindo-se negativamente na alfabetização e no papel que a escrita desempenha como agente de socialização dos saberes.

4.8. CONSOANTES DUPLICADAS

Aos grupos latinos que analisámos no ponto anterior soma-se toda uma série de consoantes dobradas ou duplicadas. Também elas têm uma parte de leão na *Orthographia* de Madureira Feijó e, em alguns casos, permitem visualizar a composição das palavras. O critério subjacente ao sem número de ocorrências das consoantes dobradas é mais uma vez o da analogia com o latim.

São os seguintes grupos: <BB>, <CC>, <DD>, <FF>, <GG>, <LL>, <MM>, <NN>, <PP> e <TT>.

O ortografista explica as razões de tais duplicações da seguinte maneira: *Há humas palavras, que dobraõ letra por causa da sua composição (...). E há outras, que dobraõ de sua natureza (...)* ⁽¹³⁵⁾.

De <BB>, dá-nos, entre outros, os seguintes exemplos: *abbacial*, *abbade* ou *abbreviar*; oriundos das formas latinas *ABBATIALE-*, *ABBATE-*, e *ABBREVIARE*, respectivamente.

O caso de <CC> é mais complexo pois Madureira aplica três critérios para justificar esta duplicação: *Ha humas palavras, que se escrevem com letra dobrada de sua natureza, outras por analogia com as latinas, e outras pela composição (...)* ⁽¹³⁶⁾.

Ao passarmos em revista as formas apresentadas por Feijó numa lista alfabética, constatámos que as formas portuguesas apresentam sempre <CC> desde que o respectivo étimo o registe igualmente. É o que sucede, a título de exemplo, com *accusativo* (lat. *ACCUSATIVU-*) ou *accessivel* (lat. *ACCESSIBILE-*).

A duplicação <DD> é por sua vez atribuída à analogia com o latim, quer dizer, se nesta língua certas palavras são formadas pela *preposição Ad* seguida de um verbo ou nome começado por D, o português deve reflectir graficamente essa formação, mantendo as mesmas consoantes. Assim se explicam as grafias de *addição* (do lat. ADDICTIONE-) ou *aditamento* (do lat. ADDITAMENTU-).

São quatro as regras para o emprego e <FF>, que passamos a resumir: 1) apresentam <FF> as palavras portuguesas que sejam o reflexo da grafia latina; 2) ainda sob o signo tutelar do latim, apresentarão <FF> as palavras em que <F> for seguido de uma lateral ou de uma vibrante. Disso são exemplo, para uma e outra situação, *affectar*, do lat. AFFECTARE, e *suffragio*, do lat. SUFFRAGUIU.

É igualmente com base na composição das palavras latinas que o ortografista prescreve o uso de <GG> (*sugestão*, do lat. SUGGESTIONE-).

Como nos casos precedentes, <LL> é também o resultado ou o reflexo da composição original das palavras formadas pelas *preposições Ad, Con, In* seguidas de verbo ou nome começado por *L*. Daí formas como *collecção* (do lat. COLLECTIONE-) ou *allegar* (do lat. ALLEGARE), decalque das formas gráficas latinas, como se pode comprovar.

Curiosamente, o ortografista introduz ainda <LL> na preposição *contracta* com o artigo, para conservar a marca da formação – PER+LO > PELLO –, para além de garantir a distinção em relação a *pêlo* (subst.).

<MM>, <NN>, <PP> e <TT> são, como nos casos anteriores, duplicações advindas da imitação do latim, mesmo nas palavras derivadas mas formadas mais recentemente na própria língua portuguesa (*emmadeirar*, de *madeira*).

As consoantes dobradas ou geminadas assim como os grupos latinos (cf. supra 4.7) são um emblema da latinidade, factor de nobilitação da língua portuguesa, ao mesmo tempo que dão um pesado contributo para a complexidade do sistema ortográfico. A etimologia e a pseudo-etimologia implantadas na *Orthographia* serão uma das causas fundamentais do desacordo entre pronúncia e ortografia ao longo de mais de um século e meio.

Saliente-se, em conclusão, que aqueles grupos representam uma espécie de *sobre-informação óptica* ⁽¹³⁷⁾, uma vez que só prestam informação no campo visual e que fazem, conseqüentemente, apelo a dados que se situam apenas na órbita do jogo de correspondências fonográficas.

4.9. OS GRUPOS GREGOS CH, PH, TH E RH.

Se, na actual ortografia francesa, é pelo *amor ao latim e ao grego* (138) que se mantêm os grupos consonânticos com aquela origem, outro tanto se poderá observar a respeito do sistema ortográfico de Madureira Feijó.

Abrimos aqui um curto parênteses para inserir esta questão no *gosto da época*, ou, se se preferir, no contexto cultural do século XVIII. Assim, a valorização da erudição grego-latina, aliada à apetência pelo luxo ou extravagância ortográfica, é mais um sintoma dos valores, intelectuais, culturais e outros que enformaram aquela época. Nesse sentido, a ortografia é um código que denota muitos outros códigos sociais. Não será demais recordar que na época da publicação da 1.^a edição da *Orthographia* (1734) já se vinham reunindo em Portugal as chamadas *Academias*, que muito contribuíram para propalar o *novo gosto neoclássico* de cunho racionalista, que começava a impregnar os diferentes domínios do saber e das artes da época. Segundo António José Saraiva e Óscar Lopes, as obras de carácter linguístico que parecem já revelar aquela visão racional da língua são o *Antídoto da Língua portuguesa* (1710), de António de Melo da Fonseca, a *Orthographia*, de Madureira Feijó, e as *Infermidades da Língua Portuguesa* (1759), de Manuel José de Paiva (139).

Do que ficou apontado, se conclui que, do relevo concedido por Madureira Feijó aos grafemas e aos dígrafos de origem latina ou helénica bem como da regulamentação do seu uso e a ampla demonstração, emerge já uma tentativa de aplicação de princípios racionais à ortografia.

Os dígrafos oriundos do grego – <CH>, <PH>, <TH> e <RH> – são uma herança que os latinos receberam e que, por sua vez, transmitiram. Nina Catach lembra-nos, humoristicamente, a forma como aquela adopção se realizou e como ela chegou à ortografia francesa: (...) *quand les Grecs, gens astucieux et rusés, se sont emparés de l'alphabet phénicien, ils n'ont pas du tout respecté, comme nous, ce magnifique héritage. Ils l'ont adapté, enrichi, transformé à leur guise. En particulier, ils se sont forgé des lettres pour noter des consonnes pourvues d'aspiration dont le «t», le «p», le «k». Les Latins, dont l'enfance se passait sous la férule d'affranchis grecs, n'ont pas eu le même courage: ils ont choisi, par respect et arbitrairement, de noter dans les emprunts au grec l'aspiration (qu'ils ne prononçaient plus) par un h, lettre qui ne leur servait plus guère. Nous les avons suivis* (140).

O mesmo se pode dizer da herança que Madureira Feijó recebeu e capitalizou na *Orthographia*.

O argumento supremo que preside à inclusão de <CH>, assim como dos restantes dígrafos, é, obviamente, a etimologia, *a mais enganosa das referências* ⁽¹⁴¹⁾, dado que, tal como sucedia com os grupos latinos, o uso dos grupos de origem grega deveria facilitar o acesso ao significado das palavras que os apresentam.

O grupo <CH> corresponde a /k/ e é, portanto, homofónico de <QU> e de <C>, com a confusão daí decorrente. É o que acontece com *Monarchia* e *Monarquia* ⁽¹⁴²⁾ ou *Chimera* e *Quimera* ⁽¹⁴³⁾. A solução propugnada pelo ortografista assenta nas *leis da pronúncia*, isto é, na ortoépia por ele descrita e segundo a qual <QU>, naquelas palavras, teria uma realização diferente da de <CH>. Nos nomes próprios de origem grega, torna-se obrigatório o uso deste último grupo.

Entre <PH> e <F> regista-se também um caso de homofonia, assentando o uso do primeiro no princípio etimológico, tal como constatámos para <CH>. Formas como *hemispherio* ⁽¹⁴⁴⁾, *epitaphio* ⁽¹⁴⁵⁾ ou *phenómeno* ⁽¹⁴⁶⁾ são exemplo disso, se bem que *Orthographia* apareça inúmeras vezes grafada com <F>, em lugar do <PH> etimológico. Tal facto pode muito provavelmente ser atribuído a falha do impressor. De resto, o próprio Feijó queixa-se algumas vezes da acção perniciosa daquele homem sobre a ortografia dos autores.

<TH> e <RH>, contrariamente aos grupos anteriores, não levantam problemas de homofonia, a não ser com o próprio <T> e o <R>.

O uso de <TH> é justificado pela imitação das palavras greco-latinas, mas serve também para distinguir homógrafos: *A orthografia do T aspirado com h, he tirada das palavras latinas, ou greco-latinas, que traduziamos para o nosso uso quasi com as mesmas letras; e para a perfeita imitação as observamos. E como o T com o H, também diferença algumas palavras Portuguezas de outras também usamos delle em muitas palavras nossas (...)* ⁽¹⁴⁷⁾.

Esta função distintiva aplica-se ao par «*parthos*» povos ⁽¹⁴⁸⁾, e «*partos*», *pl. de parto, acto de dar à luz*. Nos restantes exemplos aduzidos pelo ortografista, é a etimologia que justifica o uso de <TH>. Veja-se, assim, a forma *anáthema* (do gr. *anáthema*, pelo lat. ANATHEMA) ou ainda *sympathia* (do gr. *sympatheí*, pelo lat. SYMPATHIA).

O grupo <RH> também se explica na *Orthografia* pela imitação do grego através do latim; as formas gráficas *rhetórica*, *rhinoceronte* ou *rhythmo* só assim se podem explicar. Devemos não obstante

acrescentar que <RH> está menos representado no sistema ortográfico de Feijó, provavelmente devido ao tipo de palavras em que ele ocorre (especialmente no domínio das ciências).

A modo de conclusão, podemos dizer que os grupos grecizantes são um exemplo acabado da forma como a doutrina ortográfica de Madureira Feijó confere à grafia a função de patente *genealógica* da língua. Curioso é notar que o francês mantém, até aos nossos dias, este complicado jogo de referências à história da língua.

5. ACENTOS E OUTROS SINAIS

O acento gráfico é um sinal diacrítico utilizado conjuntamente com os grafemas vocálicos. O seu carácter auxiliar provém do facto de servir para indicar a vogal que, na leitura, deve ser pronunciada com intensidade predominante.

As primeiras indicações sobre o uso dos acentos devemo-las aos gramáticos portugueses do século XVI ⁽¹⁴⁹⁾. Em João de Barros (*Gramática da Língua Portuguesa* 1540), encontramos as grafias «á», «é» e «ó» para representar as vogais de timbre aberto, sendo este o primeiro sistema de acentos da ortografia portuguesa.

Os critérios referentes à colocação dos acentos gráficos vão, no entanto, flutuar ao sabor da ideologia predominante – fonética ou etimologizante – e é assim que com Duarte Nunes de Leão (*Orthographia*, 1576), por exemplo, os acentos ficam relegados à distinção das palavras homógrafas. Distinguiu ainda assim três tipos de acento o grave, o agudo e o circunflexo: (...) *porque muitas dições se parecem com outras, por teerem as mesmas letras, & todavia por serem diferentes na significação, teem differença no acento, releua vsar destes accentos, para demonstração da differença. Dos quaes nas dições, que não teem outras semelhantes, não devemos vsar. Porque não serviraõ de mais, que de causar confusão aa gente vulgar, & fazer cair em erro, os que quizerem imitar, não o sabendo per arte.* ⁽¹⁵⁰⁾.

A função conferida aos acentos por Nunes de Leão é de tipo distintivo e visa desfazer as ambiguidades que o contexto só por si não esclarecia.

Em 1675, João Franco Barreto, na sua *Ortografia*, salienta igualmente, no capítulo *Dos acentos, como, e quando se devem usar*, o seu papel distintivo: *Destes acentos poys usaremos na maneyra seguinte. Se as palavras forem diversas, & se escreverem cõ as mesmas letras (...)* ⁽¹⁵¹⁾.

Não podemos deixar de referir a estreita conexão entre a marcação de acentos, por um lado, e a supressão de consoantes mudas, por outro. É que, como justamente observa Rita Marquilhas a esse propósito, *Os acentos e as consoantes cultas sempre variaram (em termos de quantidade) em razão inversa: à pluralidade dos primeiros correspondeu sempre a redução das segundas; e onde se limitavam os acentos floresciam as grafias cultas* ⁽¹⁵²⁾.

Na *Orthographia*, de Madureira Feijó, a descrição dos acentos é também de tipo híbrido, quer dizer, os dados estritamente gráficos são coadjuvados por dados fonéticos e até prosódicos, como se vê na definição de acento: *Accento é aquella tom que na pronunciação das palavras faz cada huma das vogaes junta com outras letras, a que chamamos syllaba. Porque em humas se levanta a voz ferindo com mais força o ar; em outras se deprime, ou abate; e em outras nem se deprime, nem se levanta totalmente; mas fica em meyo tom* ⁽¹⁵³⁾.

Tal como os ortografistas anteriores, Feijó indica três acentos: agudo, grave e circunflexo. Assim, quando a propósito do acento agudo o define como (...) *aquelle som, com que se levanta a voz na pronunciação de alguma syllaba, carregando ou ferindo a vogal com toda a força de vogal*, o ortografista situa-se nos campos prosódico e fonético; ao indicar que o *signal deste accento he huma risquinha, que sahe de cima da vogal inclinada para a mão direita (...)*, está a descrever o sinal gráfico ⁽¹⁵⁴⁾.

O acento grave merece-lhe uma descrição contrária à do agudo, não obstante rejeitar a sua utilidade na língua portuguesa. Por seu lado, a respeito do acento circunflexo, cuja designação é oriunda do grego, onde assinalava um levantamento da voz seguido de um abaixamento na mesma vogal, é indicada a configuração do diacrítico (A). De resto, a descrição de Feijó coincide *grosso modo* com a tradição grega, repetida depois pelos latinos – *chama-se circumflexo, porque se compoem do agudo, e grave virados, inclinados de cima para baixo, e faz hum som, que participa de ambos* ⁽¹⁵⁵⁾.

Para além da classificação e da descrição dos três tipos de acento, o ortografista fornece ainda indicações para o seu uso. Assim, considera-os fundamentais no caso das palavras homógrafas e, em geral, para evitar qualquer ambiguidade. No entanto, dos três acentos, Feijó apenas utiliza dois – o agudo e o circunflexo –, uma vez que o acento grave é inútil, pois só se poderia colocar sobre vogais átonas.

Um caso de homografia que lhe mereceu especial atenção é o do mais-que-perfeito e o do futuro do indicativo dos verbos (*sahira/sahirá*). Para esclarecer a alternância de timbre vocálico entre alguns

singulares de nomes e os respectivos plurais, faz igualmente uso daqueles dois acentos, aplicando o circunflexo no singular e o agudo no plural. Disso são exemplo as formas *fôrno/fórnos, ôlho/ólhos* e *pôço/póços*, entre outras.

O ortografista reconhece, contudo, que o uso dos acentos não é uma prática muito corrente. Assim, fica claro que a acentuação gráfica é uma matéria bastante pacífica na *orthografia*.

No entanto, o autor refere ainda outros sinais ou notações léxicas: o *Viracento* ou *Apostrofo*, os *Apices*, *Diéresis*, ou *Cimalha*, e a *conjunção* ou *hyphen*.

O primeiro – apóstrofo – indica a supressão de um grafema e é descrito como *huma risquinha como uma virgula para cima, a qual se usa quando depois das preposições que acabam em vogal, principia algum nome também por vogal* ⁽¹⁵⁶⁾.

Os *apices*, *dieresis* ou *cimalha* são as antigas designações do trema. O termo *dieresis* é o nome de uma notação usada no grego sobre a segunda vogal do hiato. A *Cimalha* é, de acordo com a indicação de D. Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário Portuguez e Latino* ⁽¹⁵⁷⁾, a designação *vulgar dos apices*. Por sua vez o trema é descrito como *dous pontos, hum diante do outro, que se põem nas dicções sobre duas vogaes, para sinal de que se haõ de pronunciar cada huma por si; porque não são dithongos (...)* ⁽¹⁵⁸⁾.

Note-se que tanto este sinal como o hífen foram incluídos por Feijó nos parágrafos em que trata *De outros sinaes, ou notas, que se usaõ na escripta* e não a seguir aos acentos, como sucede com o apóstrofo.

Ao hífen, que antigamente também se chamava *conjunção*, não é conferido um papel de relevo na notação gráfica da morfologia dos vocábulos compostos, parecendo até surgir associado à linha indicativa da continuação do texto no fim das regras, quer dizer, aparece ligado à técnica da translineação ⁽¹⁵⁹⁾. Veja-se, por isso, a sua definição: *A conjunção, a que os gregos chamaõ Hyphen he hum sinal, que se figura como hum V consoante com huma risquinha antes, e outra depois direitas, deste modo -V-. E serve este sinal para unirmos duas palavras, que por si são separadas como se foraõ huma so na pronunciação; v. g. Passa-v-tempo, guarda-v-porta, etc. Hoje para se evitar o trabalho de estarmos figurando este accento, usamos em seu lugar de huma so risquinha no meyo das palavras, que se devem unir: v. g. «Passa-tempo», «guarda porta», etc.* ⁽¹⁶⁰⁾.

Verificamos, contudo, que o uso do hífen carece de relevo na notação léxica da *Orthographia*. Mais tarde, ele passará a constituir precisamente um dos pontos de discórdia entre os ortografistas.

Quanto ao til, embora seja largamente utilizado, não figura ao lado dos outros sinais de notação léxica e, para o nosso ortografista, ele é *hum mero suplemento de algumas letras* ⁽¹⁶¹⁾; pode por isso suprir <M> em formas como *Vẽ*.

Por tudo isto se conclui que a *Orthographia* não é fértil ou sequer inovadora em matéria de notação léxica. Apesar de Madureira Feijó manifestar constantes preocupações quanto aos *erros de pronúncia* cometidos pelo vulgo, a verdade é que os acentos são escassamente utilizados, particularmente no caso das proparoxítonas, persistindo por isso inúmeras situações ambíguas para as quais o contexto não é resposta suficiente.

6. PONTUAÇÃO E TRANSLINEAÇÃO

Um aspecto de extraordinário relevo na escrita é o da pontuação, ou seja, o sistema ou conjunto de sinais que servem para marcar as pausas e entoações da língua falada e constitui, pois, a 3.^a articulação da língua escrita.

De facto, a pontuação não é um ponto de somenos importância no quadro da *Orthographia*, particularmente por lhe ser conferido o papel de *estruturante sintáctico* ⁽¹⁶²⁾.

Essa função era-lhe já atribuída por João de Barros, na sua *Gramática* (1.^a ed. 1540), onde no capítulo *Dos pontos e Distinções da oração* diz que *Cũ das cousas prinçipaes da ortografia, pela qual entendemos a escritura, é o apontar das partes e cláusulas em que, os latinos mostraram muita diligência. Esta nam temos nós, prinçipalmente na lêtera tirada, sendo cousa que importa muito, porque às vezes fica a oração anfibológica sem eles, donde nãcem dúvidas* ⁽¹⁶³⁾.

Madureira Feijó, por seu turno, explica o uso dos seguintes sinais: *virgula, ponto e virgula, ponto final, dous pontos, ponto, e interrogação, ponto, e admiração, parágrafo, Parenthesis, Angulo, Asterisco, Branchia, Semicirculo e Desunião*.

Os três primeiros sinais marcam fundamentalmente a pausa, enquanto os dois pontos, os pontos de interrogação e de exclamação e os parênteses marcam principalmente a entoação.

Vejamos, pois, em que situações são colocados os diversos sinais. A vírgula serve para a *distinção das oraçoens, e descanso ou pausa no ler, para não perturbar o sentido que está escripto* e deve ser colocada *depois dos verbos e seus casos, isto é, no fim de cada oração, em que faz*

sentido imperfeito no que dizemos (...) assim como antes dos relativos, e antes das conjunções e entre adjectivos (...) ou substantivos juntos com conjunção (...) (164).

Constata-se, por outro lado, que as regras da pontuação tomam também o latim como referência.

O ponto e vírgula é colocado no final das orações, antes das conjunções ou locuções conjuncionais, bem como a separar verbos antónimos. A distinção entre o ponto e vírgula e os dois pontos é estabelecida com base no sentido da oração que precede cada um daqueles sinais. A regra não é, porém, taxativa, dado que o ponto e vírgula depende do contexto. Assim, o ortografista determina que os dois pontos precedam sempre as citações, tendo por isso função enunciativa.

Tanto o ponto (final) como o de interrogação e o de exclamação (ou de *admiração*) são matéria perfeitamente pacífica na *Orthographia*: o primeiro vem *depois de um ditto, ou sentença, ou oração, na qual finalisa totalmente o sentido do que diz; de sorte, que não depende do que vay adiante, nem he parte sua (...) (165)*; os outros dois vêm pospostos a todos os enunciados interrogativos e exclamativos e apelam, consequentemente, para o contexto.

Dos restantes sinais, são os *Parenthesis* que têm uma maior importância na escrita, dado que implicam o acréscimo ou a rectificação do significado do enunciado. O ortografista demonstra ter consciência deste valor ao explicar o seu uso: *(...) servem, quando entre o sentido de alguma oração, se mette alguma cousa, que não pertence ao sentido do que vay dizendo, ainda que seja da materia, de que falla; e so serve para mais declarar, ou encarecer, ou diminuir alguma cousa: mas de tal sorte, que ou posta, ou tirada a figura «Parenthesis», sempre o sentido da oração fica perfeito (...) (166).*

Sinais como o *angulo* ou a *desunião* aplicam-se sobretudo nos textos manuscritos, pois o primeiro serve para assinalar o esquecimento de uma palavra e o segundo a separação de palavras distintas.

O sinal de parágrafo bem como o asterisco têm, pelo contrário, maior utilidade nos textos impressos.

A *Branchia*, que em grego assinalava a sílaba breve, não tem qualquer interesse para a escrita em língua portuguesa. Note-se, ainda, que Madureira Feijó não apresenta qualquer sinal equivalente às reticências, isto é, um sinal para indicar a interrupção da frase ou a sua suspensão e que o papel das aspas é atribuído aos *dous pontos*.

Finalmente, é de salientar que o espírito normativo do ortografista não parece deixar margem para uma função afectiva da pontuação ⁽¹⁶⁷⁾ isto é, para o seu emprego expressivo e, nesse sentido, individualizado; Madureira Feijó confere, pois, à pontuação uma função exclusivamente intelectual.

Para além das regras da pontuação, Madureira Feijó ocupa-se também da divisão silábica ao mudar de linha, ou seja, da translineação. Para esse efeito, estipula cinco regras e algumas excepções.

A primeira regra, respeitante às consoantes geminadas, determina que fique uma consoante em cada linha. É o caso de *Ser-ra* ou de *Pas-so*. A segunda regra estabelece a divisão de grupos consonânticos distintos dos anteriores. Neste caso, a divisão é determinada pela pronúncia: (...) *Toda a palavra, que tiver duas consoantes diversas, e huma á vogal antecedente, e outra á vogal seguinte, se dividirá de maneira, que fique cada consoante com a sua vogal com que sôa (...)* ⁽¹⁶⁸⁾. É o que acontece em palavras como *An-jo* ou *Fran-cisco*. Existe, no entanto, uma excepção: nos grupos constituídos por Muta (Muda, isto é, oclusiva) ou <S>, seguidas de outra consoante, ambas passam para a linha seguinte. Deste modo, Feijó divide *nascer* em *na-scer*. Esta excepção abrange igualmente os grupos <MN>, <GM> e <GN>. Os grafemas que integram os dígrafos <TH>, <LH> e <NH> também não são separáveis.

A terceira regra concerne aos grupos formados por muta (oclusiva) seguida de lateral, vibrante (líquidas) ou nasal, que passam ambas para a linha seguinte.

Na quarta regra, o ortografista prevê a divisão de uma sequência do tipo vogal-consoante-vogal, por forma a que a consoante acompanhe a vogal com a qual forma sílaba (*Ama-ro, ta-manho*).

O caso das palavras formadas *de alguma preposição, ou de outras partes* é tratado na 5.^a regra. Aqui a divisão mostrará a formação dos vocábulos (*Ante-pôr* e *Com-pôr*).

A divisão assinalar-se-á mediante uma *risquinha tirada do meyo da palavra para diante (...)* ⁽¹⁶⁹⁾.

Finalmente, é de notar ainda que Madureira Feijó não menciona a separação dos elementos de grupos vocálicos (hiatos ou ditongos).

7. A ORTHOGRAPHIA E A GRAMÁTICA

A gramática começa por ser a *ciência das letras* – do gr. *grammatike*, através do lat. *grammatica* (*grammata* e *litterae*) –, e, praticamente até aos nossos dias, permanece estreitamente ligada à língua escrita. Ainda que se distinga uma gramática descritiva de uma gramática normativa

tradicional, muitas gramáticas mantêm uma vinculação indissolúvel com o uso escrito ⁽¹⁷⁰⁾.

O prestígio da escrita determinou que a gramática fosse, durante séculos, uma ciência da língua escrita e, assim sendo, desde cedo ela inclui uma parte consagrada à maneira correcta de escrever, quer dizer, à ortografia. A relação gramática-ortografia está por isso justificada, sobretudo em épocas linguisticamente pautadas por um forte espartilho normativo. Esse é o caso do século XVIII e, mais concretamente, da *ORTHOGRAPHIA* de João de Morais Madureira Feijó. O ortografista, é também, como é sabido, autor de uma *Arte Explicada*, reflexo da *Gramática* de Manuel Álvares.

Apesar da separação explícita das matérias ortográfica e gramatical por parte de Madureira Feijó – *Arte*, por um lado, e *Orthographia*, por outro –, constatamos todavia que nesta última transparecem alguns dados de ordem gramatical a que não podíamos deixar de aludir brevemente. São questões que assentam na tradição gramatical clássica, como mais adiante se comprovará. Entre elas destacaremos: 1) a formação das palavras; 2) o plural de alguns nomes; 3) a classificação dos verbos, os modos e as conjugações.

No primeiro ponto, Madureira refere-se à noção de composição e à de derivação. As palavras *Compostas são aquellas, que constaõ de duas partes, que ordinariamente he huma palavra inteira, ou seja nome, ou verbo, e huma «Preposição», que he aquella, que se põem antes da palavra, e por isso se chama Preposição: esta na composição faz, que a palavra composta signifique mais, ou menos, que a palavra simplez de que se compõem (...)* ⁽¹⁷¹⁾.

Aquilo a que Feijó chama Preposição corresponde à noção de prefixo e tal designação reporta-se ao latim. O prefixo é um semantema auxiliar, como implicitamente se constata pela definição dada pelo ortografista (*faz que a palavra composta signifique mais, ou menos que a palavra simplez*).

É de salientar, ainda, que os prefixos portugueses são oriundos de preposições e de advérbios latinos ou gregos. Assim sendo, as *preposições* que os latinos usaram no processo de *composição* das palavras podem ser igualmente utilizadas na língua portuguesa. Por outro lado, o critério ortográfico a aplicar a tais palavras é o da etimologia. A norma do latim é transposta para o português e as grafias daí resultantes evidenciam a formação das palavras, não correspondendo, portanto, a qualquer necessidade fónica.

As *preposições* em cujo uso se detém mais pormenorizadamente são as seguintes: *Ad, An, Con, Circum, Dis, E, Ex, In, Inter, Ob, Per, Pro, Re* e *Sub*. As grafias das formas *Affeição, Allusão, Annuir, Cohabitar, Circunstancia, Diffundir, Effeito, Illuminar, Intelligente, Officio, Prometter* ou *Sugestão*, extraídas da *Orthographia* ⁽¹⁷²⁾, ao apresentarem consoantes geminadas, tornam patente a formação da palavra e garantem o acesso ao seu significado. Isto pressupõe, porém, o conhecimento do latim.

Curiosamente, formas da linguagem popular como *Inludir, Inlusão* ou *Inluminar* são vistas como erros de *composição* ⁽¹⁷³⁾.

Sublinhe-se que mesmo as gramáticas mais recentes incluem a prefixação ora na composição ora na derivação.

Para além da *composição*, Madureira Feijó analisa a formação de palavras derivadas, partindo da noção de palavra primitiva, que é aquela (...) *que não tem origem de outras, mas todo o seu principio nasceo só da livre vontade dos homens, que voluntariamente as inventáraõ, escrevêraõ, e pronunciáraõ como elles saõ (...)* ⁽¹⁷⁴⁾.

O ortografista manifesta, obviamente, uma visão sincrónica da questão, pois, se nos reportarmos ao latim, verificaremos que muitas formas são já o resultado da combinação de elementos vários.

As derivadas são, portanto, *aquellas, que trazem sua origem de outras, e dellas se derivaõ, ou accrescentando, ou diminuindo, ou mudando algumas letras (...)*. Dos exemplos aduzidos pelo autor pode ainda concluir-se que só a sufixação é incluída no processo de derivação.

Apoiado na autoridade de Varrão ⁽¹⁷⁵⁾, aponta dois tipos de derivação – a voluntária e a natural –, que permitem interpretar formas regulares (analógicas) e irregulares (anómalas). A primeira depende *da livre vontade de quem a deriva; e por isso não tem regra certa, e infalivel*, enquanto a segunda, não dependente do livre arbítrio de cada um, *segue a origem das palavras por commum beneplacito de muitos* ⁽¹⁷⁶⁾. De acordo com isto, *Flamengo* é um derivado voluntário de *Flandres* (não *Flandrez*) e *Carvoaria* é um derivado natural de *Carvão*. A derivação voluntária justifica, assim, as formas anómalas.

Outro aspecto gramatical de que se ocupa Feijó é o da formação de certos plurais. Note-se que aqui a visão de Feijó é predominantemente sincrónica. Demonstra-o precisamente ao referir que são *innumeraveis os nossos nomes Portuguezes no plural; mas como todos saõ derivados da terminação, que tem no singular, estes se reduzem a duas classes (...)* ⁽¹⁷⁷⁾.

É na *Liçam ultima* (1.^a Parte) que o nosso ortografista analisa a questão dos plurais dos nomes terminados em *-ão*; em *-al, -el, -il, -ol* e *-ul*; em *-ar, -er, -ir, -or* e *-ur*, assim como o dos que acabam em *-az, -ez, -iz, -oz* e *-uz*.

Para o plural dos substantivos terminados em vogal (*PenalPenas*), prescreve o acrescentamento de <S>.

É, todavia, ao plural das formas em *-ão* (ditongo nasal final) que cabe a parte de leão no capítulo dos plurais. Na *Orthographia*, o ditongo nasal tónico dos substantivos é transcrito <-ÃO>. Assim, a dificuldade assenta em que (...) *huns fazem no plural em ães, outros em ãos, e outros em ões* (...) ⁽¹⁷⁸⁾.

O problema destes plurais só se coloca numa perspectiva sincrónica, já que do ponto de vista histórico ou diacrónico a sua diversidade não só está plenamente justificada como também se torna compreensível. Deste modo, os plurais portugueses derivam das formas latinas do acusativo do plural em *-ANOS, -ANES, -ONES* e *-UDINES*; assim: *PAGANOS* > *pagãos*, *PANES* > *pães*, *LEONES* > *leões* e *MULTITUDINES* > *multidões*. A dificuldade reside, então nas formas de singular (*-ANU-, -ANE-, -ONE-, -UDINE-*) que, ao regularizarem o seu paradigma, convergiram em *-ão*.

Curiosamente, Madureira Feijó recorre ao espanhol, e não ao latim, para apresentar as regras referentes a estes plurais. Isto explicar-se-á pelo facto de naquela língua não se ter perdido ou sincopado a nasal intervocálica dos acusativos singular e plural. Assim, é das formas espanholas *Ciudadanos, Panes* e *Padrones* que se retirarão as correspondentes portuguesas *Cidadãos, Pães* e *Padrões*.

Ao longo de toda a 3.^a Parte da *Orthographia*, nos *Erros da Pronunciaçam*, encontramos exemplos de confusão entre aqueles plurais portugueses.

Quanto aos plurais das formas em *-al, -el, -il, -ol* e *-ul*, o ortografista não leva também em consideração a sua proveniência latina (*-ALES, -ELES, -ILES, -OLES* e *-ULES*), não obstante as grafias adoptadas (*-aes, -oes* e *-ues*) denunciarem tal origem. Assim se explicam as formas *Pluraes, Anzoes* ou *Azues* ⁽¹⁷⁹⁾. O autor destaca igualmente alguns plurais em *-eis* (*répteis, fáceis*), provenientes da terminação átona latina *-ILES*.

Já os plurais de *-AR, -ER, -IR, -OR* e *-UR* se revestem de menores dificuldades: *-ares, -eres, -ires, -ores* e *-ures*; o mesmo se verifica em relação a *-az, -ez, -iz, -oz* e *-uz*, cujos plurais terminam em *-es* (*-azes, -ezes, -izes, -ozes, -uzes*) ⁽¹⁸⁰⁾ e são também decorrentes do plural latino.

Finalmente, trataremos de analisar os aspectos concernentes ao verbo. São fundamentalmente questões que se prendem com a classificação, com o número de conjugações e com os modos verbais.

Antes de mais, convém salientar que a terminologia usada pelo ortografista é, como em muitos outros pontos, herdada do latim. Com base nessa tradição, distingue os verbos *activos* (transitivos), os *passivos* (conjugados passivamente) e os *neutros* (intransitivos).

Para além deste critério, os verbos são ainda agrupados quanto à flexão, quer dizer, atendendo às diferenças apresentadas ou não nos seus radicais. Deste modo, os verbos são regulares, se o radical se mantém inalterável; irregulares, se aquele apresenta alterações. Dos últimos, destacamos especialmente os seguintes: *fazer, dizer, poder, querer, saber, trazer e ver*.

Quanto à função, considera ainda os verbos chamados auxiliares que *só servem para ajudar os outros no uso da sua significação em alguns tempos (...) (181)*. São três: *ser, ter e haver*. A propósito da conjugação do primeiro deles (*ser*), o ortografista indica algumas formas que ainda hoje são habituais na linguagem popular. Referimo-nos a formas gramaticalmente incorrectas e construídas analogicamente: *samos, sondes, foreis* e ainda *fostes*. Do mesmo modo, ao tratar da conjugação do verbo *haver* refere a forma *hamdem*, incorrecta, mas frequente na *vox populi (182)*.

O ortografista faz ainda uma breve referência aos verbos defectivos.

No que concerne às conjugações, quatro é o número apontado por Madureira Feijó. Na primeira, os verbos têm um sufixo em *-ar*; na segunda, em *-er*; na terceira, em *-ir* e na quarta, que só inclui o verbo *pôr* e seus derivados, em *-or*.

O referido verbo *pôr* pertencia em latim à 2.^a conjugação (PONĒRE) e no português antigo teve a forma *pōer* ou *poer* que, por contracção, deu *pôr*, razão por que Feijó o inclui numa conjugação à parte.

Finalmente, o ortografista indica cinco modos verbais: o *Indicativo*, o *Imperativo*, o *Optativo*, o *Conjunctivo* e o *Infinito*.

No primeiro *significa o verbo indicando, ou mostrando*; no segundo *significa mandando a outro*; no terceiro, os verbos *significão desejando, ou manifestando o nosso desejo (...)*; no quarto, *significa o verbo junto com o adverbio «como», e he necessario ajuntarlhe outra oração adiante para fazer sentido quando fallamos (...)* e no quinto, *significa sem determinar pessoas, nem tempos, nem numeros (183)*.

Ora convém esclarecer por que distingue o ortografista o modo *optativo do conjuntivo*.

O optativo era o modo do verbo indo-europeu que indicava quer o desejo quer a possibilidade. Em latim, estes valores eram expressos pelas formas do conjuntivo, outro tanto sucedendo em português, dado que este modo verbal já exprime o que é eventual, volitivo ou simplesmente irreal.

Por outro lado, segundo Madureira Feijó, o quarto modo – o *conjuntivo* – reconhece-se pelas conjunções que o precedem.

Para finalizar, referir-nos-emos ainda à confusão entre os verbos em *-ear* e *-iar*, abundantemente exemplificada ao longo da Terceira Parte da *Orthographia (Erros da Pronúncia)*. Veja-se a seguinte emenda: *Agencêar e não Agenciar, porque na conjugação não dizemos «Eu agencio», «tu agencias», etc., mas Eu agencêo, tu agencêas, etc.* ⁽¹⁸⁴⁾.

O problema advém, decerto, do facto de na pronúncia os dois sufixos (*-ear* e *-iar*) serem um só, levando à confusão entre as duas conjugações. As inúmeras emendas que na *Orthographia* atestam este fenómeno permitem que retiremos importantes dados de ordem fonética e gramatical. É o que se constata pela emenda – *Remediar, e não remidear. Eu remedeyo, remedêas, remedêa, etc.* ⁽¹⁸⁵⁾ –, onde se regista que um verbo em *-iar* adopta o paradigma flexional dos verbos em *-ear*. Este caso é hoje um facto consumado no português europeu ⁽¹⁸⁶⁾.

Como quer que seja, a confusão entre aqueles sufixos deve ter assentado na realização de <E> átono, como [i], seguido de vogal (*-ear*).

Como verificámos, é sob o espartilho de um espírito fortemente normativo e submetido aos cânones latinos que Madureira Feijó nos vai surpreendendo com informações deste teor, cujo valor ultrapassa, e em muito, o domínio da história da ortografia portuguesa.

8. MADUREIRA FEIJÓ E OS OUTROS *AUCTORES*

Quando atrás (cf. III, 3.4) nos referíamos ao uso dos *auctores*, já aludíamos aos nomes de alguns gramáticos ou ortografistas citados por Madureira Feijó.

Na verdade, são vários os autores chamados a corroborar os critérios adoptados, reforçando-os, ou, então, para que o autor possa expor a sua opinião por antítese.

A panóplia dos autores vai dos clássicos latinos aos autores portugueses quase seus contemporâneos, embora nem todos lhe sirvam de modelo.

Como é óbvio, os latinos – Cícero, Horácio, Séneca, Varrão, Plínio, Tácito e Prisciano – não lhe merecem qualquer reprovação, constituindo autoridades insofismáveis.

Há, por outro lado, uma referência, de passagem, a Manúcio, famoso impressor renascentista.

Dos autores portugueses, Madureira Feijó refere-se a João de Barros, Duarte Nunes de Leão, João Franco Barreto, P.^o Manuel Alvares, Bento Pereira, D. Rafael Bluteau e D. Jerónimo Contador de Argote⁽¹⁸⁷⁾.

Todavia, aquele que é objecto de um maior número de referências é Bluteau, seguido de Bento Pereira.

Note-se também que nem sempre tais referências remetem para a *autoridade* dos autores. É o que acontece na maioria das vezes em que Feijó alude a João Franco Barreto. Disso é exemplo o que se lê nas págs. 31 e 44 da *Orthographia*:

E nós devemos escrever, e pronunciar Quaresma, Quarenta (...), com Q e não com C, como erradamente escrevem alguns por Doutrina de Joaõ Franco Barreto na sua Orthographia; sem mais fundamento, que o abuso da pronunciaçaõ, ou delle ou do seu tempo (p. 31).

E eu pergunto, se as regras da Orthografia se haõ de escrever, e pronunciar, como fez Joaõ Franco Barreto na sua Orthografia; aonde diz que guardava para si o como se haviaõ de escrever algumas palavras, para ir com o povo? (p. 44).

Aqui fica patente que Feijó não nutre muita simpatia pelos critérios seguidos por Franco Barreto, bem mais adepto do que ele da máxima *Sic scribendum quomodo sonat*, isto é, de se escrever como se pronuncia.

Recuando um pouco, em Duarte Nunes de Leão condena, por sua vez, o excesso de zelo na manutenção da analogia gráfica das palavras portuguesas com as latinas: *Duarte Nunes de Leão segue tanto as regras das analogias, que escreve, «Docto», «Doctor», «Doctrina»,*

«Pecto», etc. porque no latim se escrevem «Doctus», «Doctor», «Doctrina», «Pectus», etc. E não advirtio este auctor; que nas palavras traduzidas, e derivadas, ainda os mesmos Latinos costumão diminuir, ou acrescentar, ou trocar alguma letra, ou para evitarem a má consonancia das palavras ou para fazerem mais facil, e suave a pronunciaçã (188).

Declara-se, por outro lado, seguidor do P.^e Manuel Alvares (Século XVI), autor da famosíssima *De Institutione Grammatica*.

A Bento Pereira (1605-1681) e Rafael Bluteau (1638-1734) confere também grande crédito, estipendiado ao longo de toda a *Orthographia*. O primeiro é autor da *Prosódia*, que foi um livro famosíssimo nas instâncias escolares portuguesas até 1759 (...) (189), enquanto o segundo é o autor do monumental *Vocabulario portuguez e latino* (Coimbra, t. I, 1712).

Logo no Prolegómeno da *Orthographia* encontramos uma referência ao teatino, autor do *Vocabulario*: (...) porque depois que o doutissimo Bluteau fez prólogos para todo o genero de leitores, todos os mais ficãõ escusados para confusaõ da mordacidade, na critica.

Apesar do respeito votado a Bluteau, faz-lhe algumas críticas, se bem que atenuadas pelo facto de o dicionarista não ter pretendido fazer as vezes do ortografista: *E sendo este Auctor o ultimo que escreveo na matéria, teve razaõ para mais apurar o exame das palavras Portuguezas; como doutamente faz, ensinando-nos nas mais dellas a sua propria significaçã, a sua origem, e analogia: mas elle mesmo se queixa das muitas que se imprimiraõ alheyas do seu original, ou por culpa do amanuense, ou por erro de imprensa, ou por descuido dos correctores; porque no mesmo paragrafo se acha muitas vezes a mesma palavra escripta de tres differentes modos, sem a conjunçãõ «ou», com que em muitas dá a entender, que se pôde escrever ou huma, ou outra (190).*

Daqui ressalta igualmente o problema decorrente da intromissão do impressor em matéria ortográfica ou dos seus desleixos.

Para as questões de ordem mais estritamente gramatical, Madureira Feijó remete para D. Jerónimo Contador de Argote e as suas *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina, ou disposiçãõ para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas regras da portuguesa* (1.^a ed. 1721, com o pseudónimo de P. Caetano Maldonado da Gama; 2.^a ed., em 1725, com o nome do autor) (191).

Embora Madureira Feijó sustente os seus critérios apoiando-se no uso ou conselho de certos autores, a verdade é que não crê poder encontrar neles uma resposta completa e satisfatória em matéria

ortográfica: uns não o convencem pelo critério adoptado; alguns ditam normas que não podem ter vigência por se aplicarem a um estado anterior da língua e outros só servem para o esclarecimento do significado das palavras.

Por tudo isto, o nosso ortografista julga ter produzido uma obra digna de *apreço* ⁽¹⁹²⁾.

9. A *QUESTÃO* DA ORTOGRAFIA NO SÉCULO XVIII: O PRELÚDIO DA CONTENDA ENTRE SÓNICOS E ETIMOLÓGICOS

A *Orthographia* de João de Morais Madureira Feijó inscreve-se, como comprovámos, na tendência etimologizante que vinha sendo defendida, mais ou menos intermitentemente, desde o século XVI. Ao iniciar-se o século XVIII, ela vai consolidar-se, chegando a atingir o nível da pseudo-etimologia, quer dizer, são adoptadas grafias de falsa ou pressuposta origem latina ou helénica. Um exemplo frequentes vezes aduzido para exemplificar esse *excesso de zelo etimologizante* é o da palavra *thesoura*, assim grafada pela influência analógica de *thesouro* (lat. THESAURU-) e a esta, muitas outras palavras se poderiam acrescentar.

Com o decurso do século, a defesa de uma ortografia que fosse o reflexo da origem das palavras ganhou proporções de verdadeira especulação etimológica, já que nem todos os que tão acerrimamente a defendiam eram, de facto, bons conhecedores das línguas grega e latina. A *Orthographia* de Feijó pretendia ser a resposta às dúvidas e à fluidez da(s) norma(s) que então tinha(m) trânsito; o ortografista visava pois criar *uma* norma gráfica que correspondesse às expectativas sociais nesse domínio. Sendo a ortografia um dos muitos códigos sociais e estando por isso submetida às mudanças ideológicas, aos hábitos ou às novas necessidades da comunidade que a convencionou, ela espelha, conjuntamente com a gramática, as próprias ideias linguísticas vigentes em determinada época.

Nesse sentido, das primeiras gramáticas, no século XVI, até ao ano de 1734, data da primeira edição da obra de Feijó, a ortografia reflectiu quase sempre dois tipos de visão da escrita: a socializante (sincrónica) e a aristocrática (diacrónica) ⁽¹⁹³⁾.

Assim, se em João de Barros surpreendemos a tendência fonética ou socializante, já em Duarte Nunes de Leão se acentua a tendência

etimológica ou de recondução da grafia à matriz e em João Franco Barreto, por sua vez, voltamos a encontrar, predominantemente, a tendência fonética.

Com Madureira Feijó, a corrente etimologizante atinge um auge que não é, então, de modo algum, inesperado se atendermos ao contexto sócio-cultural e político da época. De facto, a Europa do final do século XVII e dos começos do século XVIII vai sofrer fortes convulsões, se não mesmo revoluções, no mundo das ideias e dos valores ⁽¹⁹⁴⁾. Portugal vai receber essas *novidades* em boa parte graças aos chamados *estrangeirados*, de que são exemplo Azevedo Fortes, Castro Soromenho ou Ribeiro Sanches, entre outros.

Desse grupo, devemos no entanto destacar Luís António Verney, figura ímpar do século XVIII português, que pretendeu aplicar à ortografia da língua portuguesa a nova atitude de espírito perante a actividade intelectual que já alastrava pelos domínios da Filosofia, da Medicina, da Matemática, da Física, etc.

No essencial, a posição de Verney consiste num apelo ao bom-senso e ao espírito crítico. O *Barbadinho*, como se auto-denominava Luís António Verney, na carta 1.^a do seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1.^a ed. 1746-1747), traça um programa para reformar os estudos da língua e a ortografia portuguesas.

O seu ideário e acção renovadores em tais matérias são assim descritos por Hernâni Cidade: *Todas as matérias que poderiam interessar os cultos de então são ali tratados – e cada uma delas às vezes com um saber que dir-se-ia de especialista. É a ortografia, de que propõe a simplificação, exemplificada na própria; é a gramática latina, que aconselha contra a prática universal de P.^e Manuel Álvares, pesada máquina de 247 regras só para a sintaxe dos nomes, formuladas em versos latinos, acrescidas de excepções, apêndices, observações; é o ensino directo de Língua Materna, tão fora dos hábitos, que a «Orthografia Portuguesa», do Padre Bento Pereira, é escrita ... em latim (...) ⁽¹⁹⁵⁾.*

Pelas reformas propugnadas em matéria ortográfica, Verney situa-se nos antípodas de Madureira Feijó, ainda que apenas treze anos separem as suas obras. Se nalgumas matérias Verney não foi propriamente uma *vox clamantis in deserto*, já na questão ortográfica podemos asseverar que não granjeou as boas graças da maioria dos seus contemporâneos, que vão invocando argumentos como os de Francisco Felis Carneiro Souto-Maior: *todas as línguas cultas tem letras, que se não pronunciaõ, e se conservaõ na escriptura, para mostrar a derivaçaõ das palavras. E*

por que razão não devemos nós usar o mesmo? A origem das palavras, havendo-a, ha de conservasse; que o mais seria ingrátidaõ; termos nós composto o nosso Dialecto de outras línguas, e agora querer-mos escurecer isto, dando nova fôrma às palavras, só pera que se ignore o donde as adoptámos ⁽¹⁹⁶⁾.

Apesar de Verney não ter sido o único a produzir uma nota dissonante em relação ao *leit-motiv* etimologizante do século XVIII, a sua posição e a sua prática são bem curiosas, pelo que passaremos a analisar sumariamente alguns dos pontos da sua doutrina ortográfica.

Verney toma como padrão linguístico a pronúncia da Estremadura: *(...) digo que os Portugueses devem pronunciar como pronunciam os homens de melhor doutrina da Provincia Estremadura; e posto isto, devem escrever a sua língua da mesma sorte que a pronunciam* ⁽¹⁹⁷⁾. Logo aqui somos confrontados com o ponto fulcral da discrepância entre Madureira Feijó e Verney: ambos se situam em polos opostos quanto ao que a ortografia deve representar. Se o sistema ortográfico de Madureira privilegiava o uso de consoantes geminadas, Verney defende a sua proscrição: *Daqui fica claro que devem desterrar-se da lingua portuguesa aquelas letras dobradas que de nada servem: os dois SS, dois LL, dois PP, etc. Na pronúncia da língua não se ouve coisa alguma que faça dobrar as ditas consoantes* ⁽¹⁹⁸⁾. No que concerne ao uso de dígrafos gregos ou latinos, as posições dos dois autores são também diametralmente opostas. A esse propósito, afirma Verney que *Pela mesma razão da pronúncia se deve desterrar das palavras ou portuguesas ou aportunuesadas o Ph em lugar de F* ou ainda que *(...) menos se pode sofrer o que muitos fazem: pôr «p» antes de «t», em muitas dicções, v.g. «Prompto», etc. Esta é uma affectação pouco tolerável, visto que a pronúncia portuguesa tem já desterrado este «p»* ⁽¹⁹⁹⁾.

Comprova-se assim que Verney privilegia o bom-senso e o espírito esclarecido, mesmo em matéria ortográfica, apontando para uma ortografia simplificada.

Posições tão extremadas quanto as que brevemente confrontámos, vão ser corporizadas no século XIX, em dois partidos: o dos Sónicos e o dos Etimológicos, estes no esteio da linha ortográfica de Madureira Feijó. Dentre os Sónicos, destacamos, em particular, José Barbosa Leão que, em 1875, publica, anonimamente, umas *Considerações sobre a Ortografia Portuguesa* e, três anos depois, uma *Collecção de Estudos e Documentos a favor da Reforma da Ortografia em sentido Sónico*. Merece ainda uma referência António Corte-Real, com uma *Proposta*

de reforma ortografica (1887). Quanto aos Etimológicos, é de salientar, entre outros, António Vaz Velho e o seu *Opusculo sobre Orthographia, dividido em serões de inverno* (1856-1860).

Houve, contudo, quem, ainda no século XIX, tentasse conciliar a pronúncia e a etimologia num mesmo sistema ortográfico. Esse é o caso de Rodrigo Ferreira da Costa, no *Tratado de Orthographia portugueza, deduzido das suas tres bases, a pronunciação, a etymologia e o uso dos doutos, e accomodado a intelligencia das pessoas que ignoram o grego e o latim* (1818). Podemos, pois, concluir que quer os Etimológicos quer os Sónicos, cuja contenda foi favorecida pela ideologia liberal e pelo Romantismo, foram epígonos de Madureira e de Verney, respectivamente.

As batalhas políticas, ideológicas e outras transferir-se-ão então para o campo da ortografia, como bem observa Albert-Alain Bourdon. É que, segundo este autor, (...) *dans un pays où la grande masse populaire est restée jusqu'à une époque récente profondément analphabète, le problème de l'enseignement fondamental est devenu si aigu que l'on en est arrivé à rendre de pures conventions responsables d'une situation fâcheuse pour l'essor de la culture nationale* (200).

Far-se-ia também sentir, ao longo do século XIX, de forma muito aguda, a influência francesa, que terá contribuído para prolongar no tempo as grafias defendidas por Madureira Feijó. A necessidade de uma reforma ortográfica, defendida pelos Sónicos, tinha em vista não apenas a simplificação da ortografia como também um combate ao analfabetismo e uma purga dos galicismos gráficos.

Em conclusão, desde o século XVI os princípios fonético e etimológico foram confrontados, analisados, perfilhados ou repudiados pelos diversos autores que se ocupam da matéria ortográfica e as proporções alcançadas pelo problema no século XIX – situando-o no terreno político –, só podem ser integralmente compreendidas quando comparadas com o estado de coisas no século anterior.

No entanto, as duas facções voltariam a ver-se o rosto já no princípio deste século, quando uma delas (a sónica ou fonética) pôde agir sob os auspícios do governo da Primeira República Portuguesa.

Antes disso, porém, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana publicara já, em 1885, com a colaboração de Vasconcelos Abreu, as *Bases de Ortografia Portuguesa*. Delas sobressaem as propostas de supressão dos dígrafos gregos; a substituição do grupo latino *ph* por *f*; a quase total eliminação das consoantes duplas; a supressão de boa parte das consoantes mudas e o uso mais generalizado dos acentos. Em 1904, sai

à luz a *Ortografia Nacional. Simplificação e Unificação Sistemática das Ortografias Portuguesas*, do mesmo autor. O ilustre foneticista trata de conciliar as duas pedras basilares da ortografia: etimologia e fonia (pronúncia). Porém, só em 1911 é nomeada uma comissão para fixar as bases da ortografia. Dela fazem parte D.^a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, o já citado Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos.

O relatório resultante do trabalho da Comissão virá a ser aprovado pelo Governo da República, em 1 de Setembro de 1911, iniciando-se desse modo o chamado período das reformas ortográficas, que viria a pontilhar quase todo o século XX, quer em Portugal quer do lado de lá do Atlântico.

Verificamos, pois, que só neste século foram banidas oficialmente muitas das grafias propugnadas por Madureira Feijó e que tinham encontrado ampla recepção por parte dos partidários da etimologia durante mais de um século e meio.

CONCLUSÃO

Tendo partido da afirmação inicial de que João de Morais Madureira Feijó é o máximo expoente da corrente etimológica da ortografia portuguesa entre o século XVIII e o período das reformas, no século XX, julgamos tê-la justificado amplamente.

De facto, o ortógrafo reuniu no seu sistema ortográfico os preceitos necessários para se tornar no arauto do regresso à matriz latina. Foi precisamente para o demonstrarmos que salientámos diferentes aspectos da *Orthographia* de Madureira Feijó. Porém, antes de os sintetizarmos brevemente, convém frisar que, circunscrevendo-se o nosso trabalho à ortografia preconizada por Feijó, não examinámos o acolhimento que ela mereceu nas obras de autores posteriores, entre eles Frei Luís do Monte Carmelo (*Compendio de Orthographia*, 1767).

A *Orthographia* de Feijó, que teve mais edições do que qualquer outra obra congénere, foi analisada, ao longo da nossa exposição, como um sistema, quer dizer, como um conjunto de unidades gráficas, relacionadas pela sua funcionalidade, e assente sobre os pilares básicos da ortografia: etimologia, pronúncia e uso.

A ortografia, enquanto técnica, pressupõe uma doutrina e preceitos ou regras que o ortografista distribuiu em lições, constituindo desse modo uma *Arte*, em conformidade com a tradição gramatical da *Ars*.

Antes de mais, sublinhemos o facto de o alfabeto apresentado por Feijó se limitar aos símbolos transmitidos pela tradição medieval e renascentista. Assim, continuam fora do esquema alfabético unidades gráficas como <NH> e <LH>, veiculadas pela tradição vernácula. Dentro do sistema ortográfico de Madureira Feijó é possível delimitar várias zonas, preenchidas por unidades de diferentes tipos. O núcleo ou zona central – a mais sobrecarregada – atesta a preponderância do critério etimológico, inscrevendo-se aí as grafias latinizantes (os dígrafos *ct*, *gm*, *gn*, *mn*; o trígrafo *mpt* e o grafema simples *h*) e as grafias grecizantes (os dígrafos *ch*, *ph*, *th*, *rh* e os grafemas simples *y* e *k*). Numa zona mais periférica desse núcleo cabem ainda as *letras* dobradas ou duplicadas, justificadas pela analogia, critério complementar do anterior.

As grafias fruto da concessão ao uso (concretamente o dos *doutos*) encontram-se numa segunda zona, mais reduzida, e, finalmente, na zona exterior, estão os grafemas (unidades fonográficas ou fonogramas) que estabelecem relação com o plano da segunda articulação, proporcionalmente de número mais reduzido.

A predominância do critério etimológico e, conseqüentemente, das grafias etimológicas, fundamenta-se na relação de filiação que se pretende explicitar entre a língua antiga (latim) e a língua moderna (português). É que a legitimidade e a perfeição linguísticas da segunda passam pela imitação da primeira. Por outro lado, aquele parentesco faculta a imediatização dos significados da língua portuguesa.

A escassa importância conferida às relações fonográficas (entre o plano da fonia e o da grafia) e a sua quase exterioridade ou secundaridade com respeito à zona central do sistema de Madureira Feijó, põem de manifesto que a perspectiva sincrónica (pronúncia) não era excessivamente pertinente para o ortografista. O sistema patente na *Orthographia* tem subjacente uma perspectiva histórica ou diacrónica, sendo dominado, portanto, pela etimologia (*natura*) e a analogia.

O critério da pronúncia só parece ser determinante em casos pontuais, de que são exemplo os usos de <Ç> e de <S> ou ainda <CH> e <X> e respectivos valores. Neste ponto, bem como no respeitante às realizações das vogais átonas *e* e *o*, seguidas de outra vogal, poderemos inclusivamente dizer que o ortografista propõe uma norma gráfica em concomitância com uma norma ortoépica. As frequentes referências aos erros introduzidos na pronúncia deixam entrever, claramente, que o ortografista não ignorava as mudanças operadas na fala, embora, por excesso de purismo, não as admitisse.

No capítulo dos diacríticos, sistema complementar do grafemático, verificámos que Madureira Feijó não avança grandes propostas. A sua descrição dos acentos é, de resto, de carácter híbrido, isto é, envolve factos prosódicos, fonéticos e estritamente gráficos. Todavia, não é este o único aspecto em que o ortógrafo se revela pouco audacioso, pois, na verdade, a sua obra vale mais pela total aceitação e recuperação da matriz do que pelo espírito inovador ou vernaculizante, patenteado, por exemplo, nos textos dos primeiros gramáticos portugueses. Tal facto prende-se, obviamente, com a(s) ideologia(s) e a cultura da época, não se escapando por isso a ortografia a tais influências. Aí reside precisamente um dos atractivos das antigas ortografias portuguesas.

Se já atrás nos referimos à estrutura do sistema ortográfico de Madureira Feijó, é de sublinhar que é possível interpretar do ponto de vista funcional a sua descrição dos sons. De facto, embora essa descrição seja essencialmente de base articulatória e acústica, nela encontramos ainda uma referência ao que na moderna Linguística denominamos de traços pertinentes ou relevantes. Assim, na descrição das vogais, o ortografista identifica traços como o da maior ou menor abertura da cavidade bucal, o da maior ou menor elevação da língua ou, ainda, o do maior ou menor arredondamento dos lábios. Quanto às consoantes, também neste domínio Madureira Feijó manifesta uma visão funcional, ao estabelecer a correlação entre /t/-/d/, /p/-/b/ e /b/-/v/, ainda que, tal como sucedera com as vogais, a descrição seja de base preponderantemente articulatória e acústica.

O reconhecimento de alógrafos ou variantes dos grafemas (letras grandes e pequenas, quer dizer, maiúsculas e minúsculas) e dos valores de que se revestem, aponta, de igual modo, para essa perspectiva funcional da ortografia, dado que a oposição maiúscula-minúscula (iniciais) é uma oposição linguística, isto é semântica. Por outro lado, a atribuição do valor de *morfograma*, isto é, de grafema de morfemas ou de desinências, às terminações nasais *-am* e *-ão* da terceira pessoa do plural do futuro e do pretérito, evidencia também uma visão da funcionalidade das formas gráficas da língua, já que aquelas terminações são indicadores visuais de um ou de outro tempo verbal.

Da *Orthographia*, são ainda de salientar os factos de carácter dialectológico que contribuem para um mapa dos falares ou dos dialectos em séculos passados. São eles a referência explícita à neutralização da oposição fonológica /b/-/v/, registada na região de Entre Douro e Minho; a sobrevivência de uma palatal africada /tʃ/, ao lado de uma fricativa palatal /ʃ/, e de uma africada pré-dorsodental surda /ts/, ambas na região de Trás-

os-Montes. No caso da africada palatal e da fricativa palatal, o ortografista vai mesmo ao ponto de localizar em Lisboa o início do fenómeno de nivelamento atestado pelo actual português-padrão.

São de destacar, igualmente, factos interessantes para a história da pronúncia do português, como a realização de <E> e <O> átonos como [i] e [u], quando seguidos de vogal. Neste domínio, é a 3.^a parte da *Orthographia* (Erros da Pronúncia) que fornece abundante material, ilustrativo das mudanças fonéticas verificadas no português falado. O purismo fortemente evidenciado por Madureira Feijó atinge o ditongo *oi*, já que o ortografista considera-o uma realização vulgar ou plebeia. Esta Parte da *Orthographia* permite igualmente um estudo sobre a linguagem popular, pois o ortógrafo, ao colocar em listas alfabéticas *formas correctas* ao lado de *formas incorrectas*, dá-nos conta dos fenómenos registados naquele nível de língua. Por outro lado, essas listas são também interessantes para a lexicologia e a lexicografia, uma vez que podiam funcionar como dicionário de bolso.

Finalmente, é de salientar que a *Orthographia*, pelo papel relevante que nela é concedido à *natura* e à *analogia* latinas, se encontra profundamente subordinada à *autoridade* dos clássicos, mesmo quando o ortografista não refere explicitamente a fonte utilizada. As fontes latinas estão, portanto, em conformidade com os critérios preponderantes e servem-lhes de corroboração ou de reforço. Isto explica, por sua vez, que os autores portugueses sejam chamados a intervir quase exclusivamente como exemplo de usos condenáveis, salvo duas excepções: os lexicógrafos D. Rafael Bluteau e Bento Pereira. Por tudo isto, não é de estranhar que a terminologia linguística usada pelo nosso autor seja totalmente subsidiária da tradição gramatical latina.

Quando comparado ao dos ortografistas que o precederam, o sistema ortográfico de Madureira Feijó representa um nítido retrocesso da corrente vernaculizante ou popularizante, representada grosso modo por Fernão de Oliveira, João de Barros e, já no século XVII, por João Franco Barreto, em favor da corrente etimológica ou culta. O regresso à matriz latina e, por via desta, ao grego, ficou sobejamente explicitado, ao longo deste trabalho, por todos os dígrafos (e trígrafos) latinos e, bem assim, pelos dígrafos de influência grega; pelo grafema simples <Y>, usado pseudo-etimologicamente, tal como pelas inúmeras consoantes dobradas e pelo elemento parasitário <H>.

Constatámos, do mesmo modo, que o excessivo peso da componente diacrónica no sistema ortográfico de Feijó implicou um número elevado de casos de homofonia e de heterofonia, ou seja,

um número surpreendente de unidades fónicas representadas por uma mesma unidade gráfica e vice-versa. Tal incongruência assenta, obviamente, no pressuposto de que, para *escrever de forma correcta*, é necessário conhecer a língua latina. Em caso contrário, a ortografia torna-se numa mnemotécnica pejada de dificuldades para o comum dos utentes da escrita. Isto significa, por conseguinte, que o sistema ortográfico de Madureira Feijó seja desequilibrado e que a sua longevidade se possa explicar não tanto por causas de ordem linguística, mas, sim, por motivos de natureza externa: primeiro pela cultura e o gosto neoclássicos, de revitalização dos modelos e da tradição gregolatina, veiculados pelas Academias, e patenteado na literatura da época; depois, a partir dos finais do século, pela intensificação da influência transpirenaica aliada à ausência de interesse político pela questão da normalização gráfica.

Daqui se conclui, em fim, que as numerosas edições da *Orthographia* e a longevidade das grafias propugnadas por Madureira Feijo – embora com variantes que lhe acentuaram o pendor pseudo-etimologizante –, se deveu menos ao mérito próprio da obra do que à adequação ao gosto e à preferência pelas formas da antiguidade, bem como à imitação gráfica do francês, em especial durante o século XIX.

APOSTILA FINAL

Qualquer escrita com uma tradição – esse é o caso da língua portuguesa – apresenta basicamente duas tendências na sua ortografia: por um lado, a dos vestígios da sua história e, por outro, a dos traços da realidade fonética. Assim, é da justa e adequada proporção entre os dados de uma e outra naturezas que resulta a codificação gráfica da língua, podendo, em determinadas épocas, registar-se um acentuado desequilíbrio entre aquelas duas componentes. Foi o que constatámos na análise do sistema ortográfico de João de Moraes Madureyra Feijo, onde a vertente histórica levou a melhor sobre a fonética.

Na medida em que a ortografia pode e deve ser encarada como um código ou conjunto de regras, dela podemos extrair abundante material de reflexão linguística, sociológica, histórica ou, de forma mais lata, cultural, em suma.

De uma perspectiva estritamente sincrónica, a ortografia remete-nos para uma reflexão sobre os mecanismos da escrita e da leitura e, conseqüentemente, sobre os problemas de carácter pedagógico-

didáctico deles decorrentes. Estão aqui implicados processos de ordem psico-fisiológica e motora que requerem o treino dos sentidos auditivo e visual, assim como o da mão e da memória.

Embora as origens da escrita sejam bem remotas, tal como a conhecemos hoje, sob a forma alfabética, ela é o resultado de uma lenta evolução que põe de manifesto a própria evolução intelectual do homem. Como sabemos, seja de que tipo for, a escrita pressupõe uma análise da língua falada, envolvendo, portanto, um certo grau de abstracção. Daí se depreende que fazer a história da escrita é fazer, concomitantemente, a história do homem.

Todavia, da pura notação ou grafia à ortografia vai a distância necessária à criação de uma norma. Deste modo, se para certos povos – os Egípcios, por exemplo – a escrita tinha um carácter sacro (apenas os sacerdotes podiam fazer uso dela), nas sociedades modernas, a escrita ou a ortografia das diversas línguas é factor de socialização e veículo de transmissão dos saberes. E, ainda que já seja um lugar-comum dizer-se que sem escrita não há história, convém sublinhar que, independentemente da norma que rege a escrita (legitimando um determinado uso), ela é, de facto, o testemunho do progresso dos homens e das sociedades; é simultaneamente fatora e testemunha da cultura.

Só isto bastaria para justificar as paixões ou o desamor que intermitentemente têm sido votados à ortografia.

Quando em determinados momentos da história da ortografia da língua portuguesa (séculos XIX e XX) deparamos com resistências à sua modernização ou simplificação, facilmente comprovamos que a ortografia é uma espécie de *pecúlio* colectivo e, ao mesmo tempo, é particular ou individual.

Neste final do século XX assistimos a consideráveis mudanças nos hábitos dos utentes da escrita: o espaço da leitura vê-se avassalado pelos meios de comunicação audio-visual, a informática impera e, com ela, também certas *linguagens* e alguma que outra língua natural, para já não falarmos do ritmo da produção industrial. Daqui decorre, por um lado, a diminuição do poder da memória e da atenção ou concentração, imprescindíveis quando se trata de reter normas ortográficas que a cada passo podem constituir uma ratoeira.

Já no século XVIII, Madureira Feijó apelava à memória visual e ao conhecimento das línguas da Antiguidade, fazendo da ortografia (pelo menos da sua) não o resultado da interacção entre o *oral* e o *escrito*,

mas o apanágio de uma *élite* sócio-cultural. Deste modo, entre os que apadrinharam (e apadrinham) uma ortografia eminentemente fonética e os que, mais conservadoramente, a olham como um património a não delapidar, a contenda pode resumir-se *grosso modo* à democratização ou à tiranização da grafia . Mas a questão não é tão simples quanto isto.

Sem querermos fazer discurso apocalíptico, que lugar caberá, nesta *nova galáxia* ⁽²⁰¹⁾, aos sistemas ortográficos que não se coloquem efectivamente ao serviço das comunidades que os convencionaram em décadas ou séculos passados?

E, sobretudo, como adequar a ortografia às necessidades de todas as variedades de uma comunidade linguística heterogénea e geograficamente dispersa?

A tentativa de resposta tivemo-la há pouco tempo na polémica em torno de um projecto de acordo ortográfico que servisse globalmente à comunidade linguística portuguesa. Aí foram brandidos, em versão modernizada, alguns dos argumentos que já antes ouvíamos ou, melhor, lêramos, nos textos do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Mais uma vez, aos problemas de ordem linguística e ortográfica entremisturam-se questões ideológicas, políticas ou, em fim, culturais.

Há mais de dois séculos e meio, quando a *Orthographia* de Madureira Feijó viu a luz pela primeira vez, não se tratava de unificar os vários usos ou de normalizar o registo escrito da língua portuguesa; a *quête* (demanda) de uma ortografia portuguesa, que a todos servisse e à qual todos se submetessem, só seria iniciada no século XIX.

Para o ortografista que foi objecto de análise neste trabalho não estava em causa a *simplificação* do sistema ortográfico, no sentido de aproximar mais a língua escrita da língua falada, mas, pelo contrário, de colocar a ortografia ao serviço de uma exibição quase barroca de antigualhas e ouropéis, pois, naquela época, a palavra escrita era um lugar de culto estético.

Com a moderna Linguística, a *fala* chamou a si a investigação científica e deslocou a escrita e as questões correlatas para um plano marginal. Mas, eis que, com a nova disciplina gramatológica, novos horizontes se abriram à escrita, que assume um estatuto de igualdade com a língua, ficando deste modo lançadas as bases para uma autêntica teoria da língua escrita. O estudo dos sistemas ortográficos cobra assim um estatuto epistemológico dentro da Linguística.

Por tudo isto, é tempo de (re)lermos os antigos ortografistas (ou gramáticos) portugueses à luz da *grafêmica*, a nova ciência em *demanda* de um espaço entre as disciplinas linguísticas ⁽²⁰²⁾.

NOTAS

(¹) Cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, Lisboa, 1747, p. 649.

(²) Cf. João de Moraes Madureyra Feijo, *Orthographia, ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, segunda impressão, Na Officina de Luis Secco Ferreira, Coimbra, 1739, p. 215. [1.^a ed. 1734].

(³) D. Pedro Henrique é irmão de D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne (2.^o Duque), fundador da Academia Real de Ciências conjuntamente com o Abade Correia da Serra.

(⁴) Cf. Barbosa Machado, *obra cit.*, tomo II, p. 649.

(⁵) Cf. *Idem, obra cit.*, p. 650.

(⁶) Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1848-1914), tomo III, (1859), p. 422.

(⁷) Cf. *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, p. 649.

(⁸) Cf. Inocêncio, *obra cit.*, pp. 422-423

(⁹) Cf. *Ibidem*.

(¹⁰) Cf. *supra* cap. 2, nota 32.

(¹¹) Cf. *supra* Introd., 1.

(¹²) Cf. *supra* cap. I, 1.

(¹³) Cf. *Orthographia*, p.1.

(¹⁴) Cf. *Ibidem*, Prolegómeno e p.1.

(¹⁵) Cf. *Ibidem*: (...) *todo o fim do incansavel estudo, que fiz desta materia, foi só tirar o necessario para a utilidade dos leitores, e não aproveitar de tudo para recommendação do Auctor.*

(¹⁶) Cf. *Ibidem*, pp.15-16.

(¹⁷) Cf. *Ibidem*, Prolegómeno.

(¹⁸) Cf. *Ibidem*.

(¹⁹) Cf. *Ibidem*.

(²⁰) Cf. Por exemplo, João Franco Barreto, *Ortografia da Lingua Portugueza*, Na Oficina de João da Costa, Lisboa, 1671, e Frei Luis do Monte Carmelo, *Compêndio de Orthographia*, Na Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1767.

(²¹) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, Prolegómeno.

(²²) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p.544: (...) *cuidem os Mestres na sua obrigação, ensinem com estudo, industria, e arte, «e não só por uso, e sem regras, nem preceitos», mas temerariamente deixando ao tempo, o que pode fazer o ensino.*

(²³) Cf. Horácio, *Arte Poética*, vv 70 e sgts.

(²⁴) Cf. Jean Dubois et alii, *Dictionnaire de Linguistique*, Librairie Larousse, 1984, p.349.

(²⁵) Cf. *Etymologies*, in «Langue, texte, énigme», p.147. O autor faz a história do conceito de etimologia.

(²⁶) A esse respeito, diz Madureira Feijó, *Orth*, p.6: (...) *porque o meu empenho não he mostrar a grande abundancia de vocabulos que a nossa lingua tem herdado como filha, da latina como mãy, he sim convencer a sem razão daquelles, que reconhecendo-a por filha legitima nas palavras, a querem fazer bastarda na Orthographia.*

(²⁷) Cf. Paul Zumthor, *obra cit.* pp.144-164.

(²⁸) Cf. *Orth.*, p.32. A analogia é a constatação da regularidade.

(²⁹) Idem, *Ibidem.*, p.31.

(³⁰) Cf. M.^a Leonor C. Buescu, *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do século XVI*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 34: *A escrita é alteridade e é memória (...) violentando de certo modo a caducidade natural das coisas e dos seres.*

(³¹) Vide Platão, *Fedro*, col. Filosofia e Ensaio, Guimarães Editores, Lisboa, 1986.

(³²) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p.5.

(³³) Idem, *Ibidem*, p.7, parágrafo 23.

(³⁴) Idem, *Ibidem*, p.8, parágrafo 25.

(³⁵) Idem, *Ibidem*, p.9, parágrafos 28 e 29.

(³⁶) Idem, *Ibidem*, p.32, parágrafo 32.

(³⁷) Idem, *Ibidem*, p.31, parágrafo 62.

(³⁸) Idem, *Ibidem*, p.32, parágrafo 32.

(³⁹) Idem, *Ibidem*, p.52, parágrafo 117.

(⁴⁰) Idem, *Ibidem*, pp.56 e 57, parágrafo 134.

(⁴¹) Idem, *Ibidem*, p.4, parágrafo 10.

(⁴²) Idem, *Ibidem*, p.21, parágrafo 25.

(⁴³) De acordo com este autor, *Estudos Diacrónicos*, p.27: *Parece que a língua portuguesa tinha sofrido uma série de mudanças fonéticas abruptas e extensivas nos anos entre o último quartel do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII.*

(⁴⁴) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p.2, parágrafo 2 e 3.

(⁴⁵) Idem, *Ibidem*, p.132, parágrafo 3.

(⁴⁶) Idem, *Ibidem*, p.3, parágrafo 7.

(⁴⁷) Idem, *Ibidem*, p.3, parágrafo 6.

(⁴⁸) Neste trabalho, cap. I, 1, pp.21-26.

(⁴⁹) Tomando as palavras de F. de Saussure (*Cours de Linguistique Générale*, Payothèque, p.53) [...] «la tyrannie de la lettre va plus loin encore; à force de s'imposer à la masse, elle influe sur la langle et la modifie.»

(⁵⁰) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p.58, parágrafo 137.

(⁵¹) Idem, *Ibidem*.

(⁵²) Idem, *Ibid.*, p.134, parágrafo 9.

(⁵³) Vide M.a Leonor Buescu, *Babel*, p. 61. Ai encontramos um *esquema contrastivo da expansão alfabética*.

(⁵⁴) Cf. Idem, *Ibidem*.

(⁵⁵) Cf. *Idem, Ibidem*.

(⁵⁶) A designação deriva do nome de Pierre de la Ramée ou Petrus Ramus (1515-1572), matemático e humanista, que se bateu por uma ortografia fonética. O seu nome ficou ligado aos novos grafemas J e V, distintos de i e u vogais, que progressivamente foram introduzidos pelos impressores.

(⁵⁷) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p.545.

(⁵⁸) Idem, *Ibidem*.

(⁵⁹) Cf. H. Paul, *Princípios Fundamentais da História da Língua*, 2.^a ed. F. C. G., 1983, p. 395.

(⁶⁰) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 16, parágrafo 3.

(⁶¹) Cf. *Idem, obra cit.*, pp. 547-548.

(⁶²) Idem, *Ibidem*.

(⁶³) Idem, *Ibidem*.

(⁶⁴) Idem, *obra cit.*, p. 45, parágrafo 101.

(⁶⁵) Idem, *obra cit.*, p. 50, parágrafo 113.

(⁶⁶) Vide Harri Meier, *A Maiúscula, problema ortográfico e semântico*, in «Ensaios de Filologia Românica», Edição da Revista de Portugal, Lisboa, s. d., pp. 165-190. Convém distinguir os termos maiúsculas e letra capital: o primeiro pertence à prática manuscrita, o segundo à imprensa. Para além disso, a maiúscula só aparece em posição inicial de palavra ou de frase. (Cf. Nina Catach, *Les délires de Forthographe*, Plon, Paris, 1989, p.155).

(⁶⁷) Cf. N. Catach, *obra cit.*, p. 156.

(⁶⁸) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 23.

(⁶⁹) Cf. *obra cit.*, p. 167.

(⁷⁰) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 16, parágrafo 4.

(⁷¹) Idem, *obra cit.*, p. 17 parágrafos 7-8.

(⁷²) Idem, *obra cit.*, p. 17, parágrafo 8.

(⁷³) Idem, *obra cit.*, p. 12, parágrafo 42.

(⁷⁴) Idem, *obra cit.*, p. 17, parágrafo 9.

(⁷⁵) Idem, *obra cit.*, p. 18, parágrafo 10.

(⁷⁶) Cf. Duarte Nunes de Leão, *Origem e Orthographia da Lingua Portugueza*, Nova Edição, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1784, p. 218.

(⁷⁷) Cf. D. Luis Caetano de Lima, *Orthographia da Lingua Portugueza*, Na Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa occidental, 1736, cap. IV – Dos ditongos, pp. 110-145.

(⁷⁸) Vide Herculano de Carvalho, *Nota sobre o vocalismo Antigo Português: valor dos grafemas «e» e «o» em sílaba átona*, in «Estudos Linguísticos», 2.º vol., Coimbra Editora, 1984, pp. 75-103; Anthony J. Naro, *A História do «e» e do «o» em Português. Um estudo de Deriva Linguística*, in «Estudos Diacrônicos», col. Perspectivas Linguísticas, Edit. Vozes, Petrópolis, 1973, pp. 9-51. Encontramos ainda dados relevantes acerca da realização daquelas vogais nos seguintes trabalhos: Paul Teyssier, *La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d'après le système orthographique de João de Barros*, in «Annali dell' Instituto Universitario Orientale (sezione romanza)», vol. VIII, 1 (Atti), Napoli, 1966, pp. 127-198; Serafim da Silva Neto, *L' évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours*, in «Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Língua Cantada no Teatro», Rio de Janeiro, 1958, pp. 387-402; Thomas R. Hart, Jr., *Notes on sixteenth-century Portuguese Pronunciation*, in «Word», 11, pp. 404-415; *Idem*, *the Overseas Dialects as sources for the history of Portuguese Pronunciation*, in «Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», Lisboa, 1957, pp. 161-272.

(⁷⁹) Cf., neste trabalho, cap. III, 1.2.

(⁸⁰) Cf. Mad. Feijó, *Orth.*, p. 18, parágrafo 12.

(⁸¹) Cf. *Idem*, *Ibidem*.

(⁸²) Cf. *Ibidem*.

(⁸³) Cf. Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. I, ed. organizada pelo Prof. Salgado Júnior, Clássicos Sá da Costa, 1949, p. 105.

(⁸⁴) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 19, parágrafo 17.

(⁸⁵) Cf. *Orthographia*, 1736, p. 126.

(⁸⁶) Madureira Feijó devia considerá-las incorrectas. Assim se interpreta, entre muitas outras, a seguinte emenda – *louça* e não *loiça* (erro).

(⁸⁷) Cf. L. Caetano de Lima, *Orthographia*, cap. V (Dos tritongos) pp. 146-149.

(⁸⁸) *Idem*, *obra cit.*, p. 112.

(⁸⁹) Sobre a evolução das terminações - *am*, - *om* no português antigo, veja-se: Gunnar Tilander, *Porque - am, - om se tornaram - ão em Português?*, in «Revista de Portugal» – série A (Língua Portuguesa), vol. XXIV, n.º 176, 1959, pp. 292-303.

(⁹⁰) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, pp. 70-71.

(⁹¹) Cf. Caetano de Lima, *Orthographia*, p. 135.

(⁹²) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 16, parágrafo 4.

(⁹³) *Id.*, *Ibidem*.

(⁹⁴) Cf. *Idem*, *Orth.*, p. 34, parágrafo 70. Acerca desse fenómeno, veja-se: Adelina Pinto, *A neutralização da oposição fonológica /v/-/b/: Estudo Sincrónico e Diacrónico*, in «Biblos», vol. LVI, 1980, pp. 595-651. A autora leva em consideração o testemunho de gramáticos e ortografistas entre os quais se conta Madureira Feijó.

(⁹⁵) Importante fonte do latim vulgar, de 200-320 d. C.

(⁹⁶) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 34, parágrafo 70.

(⁹⁷) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 36, parágrafo 78.

(⁹⁸) Idem, *obra cit.*, p. 35, parágrafo 75.

(⁹⁹) Idem, *obra cit.*, p. 36, parágrafo 78.

(¹⁰⁰) Vide L. F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle*, in «Revue de Linguistique Romane», XXVII, 1963, pp. 59-77.

(¹⁰¹) Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 3.^a ed., INIC, 1987, p. 97.

(¹⁰²) Vide Manuel de Paiva Boléo, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, pp. 309-352 e L. F. Lindley Cintra, *Nova proposta de classificação dos dialectos galegoportugueses*, in «Estudos de Dialectologia Portuguesa», 1983, pp. 117-163.

(¹⁰³) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, pp. 48-49.

(¹⁰⁴) Idem, *obra cit.*, p. 49.

(¹⁰⁵) Idem, *Ibidem*.

(¹⁰⁶) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 54.

(¹⁰⁷) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 56.

(¹⁰⁸) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 61.

(¹⁰⁹) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 63.

(¹¹⁰) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 69.

(¹¹¹) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 73.

(¹¹²) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 74.

(¹¹³) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 77.

(¹¹⁴) Cf. Idem, *obra cit.*, pp. 79-80.

(¹¹⁵) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 80.

(¹¹⁶) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 81.

(¹¹⁷) Cf. Idem, *Ibidem*.

(¹¹⁸) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 89.

(¹¹⁹) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 90.

(¹²⁰) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 43.

(¹²¹) Cf. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, p. 99: *L'ancienne distinction entre «ch» e «x», encore aujourd'hui conservée par l'orthographe, se maintient dans ces régions: Trás-os-Montes, Entre-Douro-e-Minho (...), Beira (...). Dans tout le Sud, «ch» a été généralement remplacé par «x», qui a passé à la langue littéraire (...), cela arrive au moins dès le XVIII^e siècle.* Para uma abordagem diacrónica e a situação actual da questão, veja-se: Adelina Angélica Pinto, *A Africada ç em Português: Estudo Sincrónico e Diacrónico*, in «Boletim de Filologia», vol. xxvi, 1980-81, pp. 139-192.

(122) Vide Manuel de Paiva Boléo, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, pp. 185-250 e L. F. Lindley Cintra, *Nova proposta de classificação dos dialectos galegoportugueses*, in «Estudos de Dialectologia Portuguesa», pp. 117-159.

(123) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 43.

(124) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 96. Em relação a «Z», não é bem nítida a distinção entre o seu valor e o de <-S->=/Z/, ou pelo menos, não o é tanto quanto as oposições <Ç> - <S> e <X> - <CH>.

(125) Cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *A Ortografia Nacional*, in «Revista Lusitana», vol. XIV, 1911, p. 204.

(126) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 46.

(127) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 57.

(128) Cf. Idem, *Ibidem*.

(129) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 73.

(130) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 84.

(131) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 446.

(132) Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Livros Horizonte, 1977, vol. I, p. 338 e vol. IV, p. 442.

(133) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 75.

(134) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 76.

(135) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 35.

(136) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 42.

(137) Cf. Nina Catach, *L'Orthographe Française. Traité Théorique et Pratique*, F. Nathan, Paris, 1980, p. 272.

(138) Cf. Idem, *Les Délires de l'Orthographe*, Plon, Paris, 1989, pp. 87-88 e p. 311.

(139) Cf. António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 8.^a ed., Porto Editora, p. 651.

(140) Cf. Nina Catach, *Les délires de l'Orthographe*, pp. 118-119.

(141) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 38.

(142) Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. IV, p. 156. Do grego *Monarchia*, pelo latim *Monarchia*.

(143) Idem, *obra cit.*, vol. V, p. 20. Do gr. *Chimaira*, pelo latim *Chimaera*.

(144) Idem, *obra cit.*, vol. III, p. 209. Do grego *hemisphaíron*, pelo latim *hemisphaeriu*.

(145) Idem, *obra cit.*, vol. I, p. 436. Do grego *epitáphios*, pelo latim *epitaphiu*.

(146) Idem, *obra cit.*, vol. III, p. 35. Do grego *phainómenon*, pelo latim *phaenomenon*.

(149) Vide Rita Marquilhas, *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas*, in «Demanda da Ortografia Portuguesa», Sá da Costa, Lisboa, 1987, pp. 103-116.

- (¹⁵⁰) Cf. Duarte Nunes de Liaõ, *Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa*, Nova Edição, correcta e emendada, Typographia Rollandiana, 1784, p. 314.
- (¹⁵¹) Cf. João Franco Barreto, *Ortografia*, p. 205.
- (¹⁵²) Cf. Rita Marquilhas, *obra cit.*, p. 10.
- (¹⁵³) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 10.
- (¹⁵⁴) Idem, *Ibidem*.
- (¹⁵⁵) Idem, *obra cit.*, p. 11.
- (¹⁵⁶) Idem, *obra cit.*, p. 14.
- (¹⁵⁷) Cf. D. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Tomo I, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 1712, p. 426.
- (¹⁵⁸) Idem, Madureira Feijó, *Orth.*, p. 117.
- (¹⁵⁹) Cf. Rita Marquilhas, *obra cit.*, p. 113.
- (¹⁶⁰) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 118.
- (¹⁶¹) Idem, *obra cit.*, pp. 102-103.
- (¹⁶²) Vide Madre M. Olívia, *Aspectos Linguísticos da Pontuação*, in «Revista de Portugal» – série A (Língua Portuguesa), vol. XXIV, n.º 172, Fev. 1959, pp. 77-94.
- (¹⁶³) Cf. João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, Ed. de M.^a Leonor C. Buescu, Faculdade de Letras, Lisboa, 1971, p. 387.
- (¹⁶⁴) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, pp. 112-113.
- (¹⁶⁵) Idem, *obra cit.*, p. 115.
- (¹⁶⁶) Idem, *obra cit.*, p. 116.
- (¹⁶⁷) Cf. Madre Olívia *obra cit.*, p. 87.
- (¹⁶⁸) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 110.
- (¹⁶⁹) Idem, *obra cit.*, p. 112.
- (¹⁷⁰) Veja-se o caso da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, onde os exemplos são retirados do uso de autores portugueses e brasileiros.
- (¹⁷¹) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, pp. 26-29.
- (¹⁷²) Idem, *Ibidem*.
- (¹⁷³) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 29.
- (¹⁷⁴) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 30.
- (¹⁷⁵) Vide Varrão, *De Língua Latina*, VIII, pp. 21-22.
- (¹⁷⁶) Cf. Madureira Feijó, *Orthographia*, p. 30
- (¹⁷⁷) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 104.
- (¹⁷⁸) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 105.
- (¹⁷⁹) Cf. Idem, *obra cit.*, pp. 106-108.
- (¹⁸⁰) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 106 e 108.
- (¹⁸¹) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 140.

(182) José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 2.^a ed., 1987, p. 116. O autor refere precisamente as formas *samos*, *sondes* e *hamdem*, de uso popular.

(183) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, pp. 138-139.

(184) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 166.

(185) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 460.

(186) Vide Celso Cunha e L. F. Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, p. 442.

(187) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 174 (João de Barros); p. 70 (Nunes de Leão); p. 135 (P.^o M. Álvares); p. 31 (Franco Barreto); p. 70 (Bluteau) e p. 143 (Contador de Argote). Das várias referências, salientámos apenas uma.

(188) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 3.

(189) Cf. Telmo Verdelho, *Historiografia Linguística e Reforma do Ensino. A propósito de três Centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal*, in «Brigantia», sep., 2, 4, (1982), p. 14.

(190) Cf. Madureira Feijó, *Orth.*, p. 3.

(191) Madureira Feijó refere-se a Contador de Argote nas pp. 43 e 47 da *Orthographia*, a propósito, no primeiro caso, dos verbos auxiliares e da conjugação do verbo trazer, no segundo.

(192) Cf. Idem, *obra cit.*, Prolegómeno.

(193) Veja-se o que a esse respeito diz Rita Marquilhas, *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas*, in «Demanda...», pp. 103-116.

(194) Vide Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e de Literatura Portuguesas*, 7.^a ed., 2.^o vol., Coimbra Editora, 1984.

(195) Cf. nota anterior, *obra cit.*, p. 102.

(196) Cf. Francisco Felis Carneiro Souto-Maior, *Orthographia Portugueza ou regras para escrever certo ordenadas para uso de quem se quizer applicar*, na Of. Pat. de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1783, p. IX-X. Citado por Rita Marquilhas, *Demanda*, p. 112.

(197) Cf. Luís António Verney, *Demanda*, p. 112. *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. I, Sá da Costa, 1949, p. 45.

(198) Cf. Idem, *obra cit.*, p. 46.

(199) Cf. Idem, *ob. cit.*, p. 74.

(200) Cf. Albert-Alain Bourdon, *Orthographe et politique sous la Première République Portugaise*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. X, 1976, p. 262.

(201) Nina Catach, *Les Délires de l'Orthographe*, Plon, 1989, p. 86. A outra é *La Galaxie de Gutenberg*, de Mc Luhan.

(202) Cf. *Pour une Théorie de la Langue Ecrite* (Actes de la Table Ronde Internationale C.N.R.S.-H.E.S.O.), Édités par Nina Catach, Editions du C.N.R.S., Paris, 1988, p. 12.

APÊNDICE

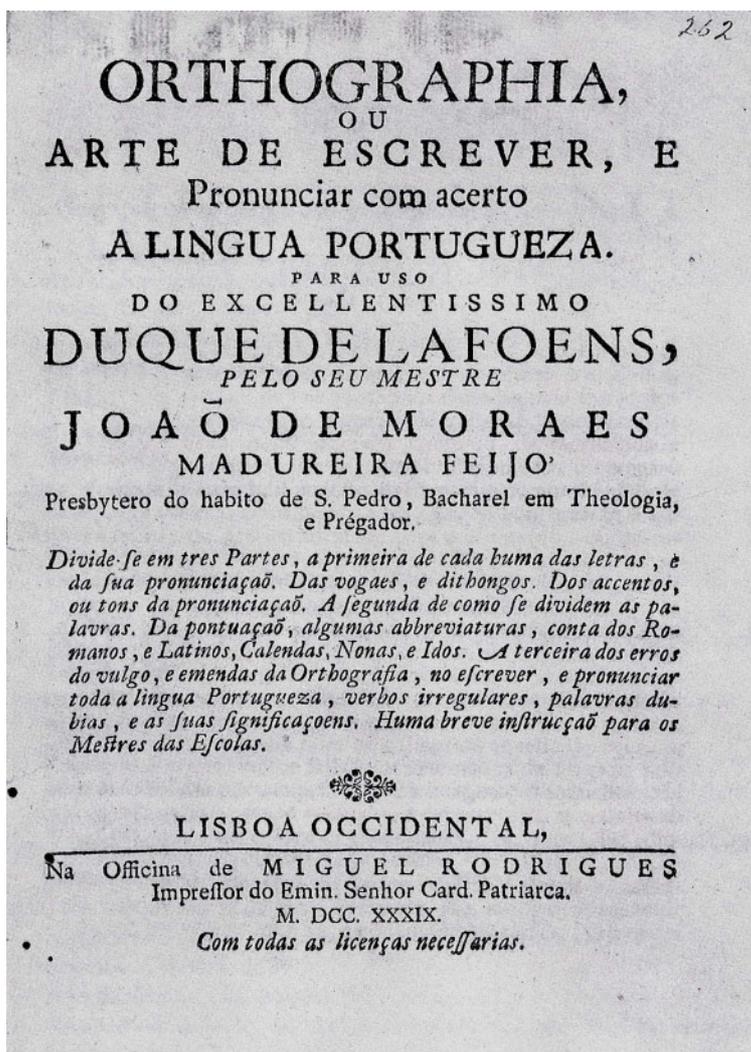
CRONOLOGIA DE OBRAS DOS ORTOGRAFISTAS,
GRAMÁTICOS E LEXICÓGRAFOS DO SÉCULO XVIII

- 1710 – António de Melo da Fonseca, *Antídoto da lingua Portuguesa*, Miguel Diaz, Amsterdam.
- 1725 – Jerónimo Contador de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da latina, ou disposições para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, segunda impressão, Officina de Musica, Lisboa Ocidental.
- 1712-1728 – Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra.
- 1728 – Rafael Bluteau, *Prosas Portuguezas*, Parte II, Off. de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa Occidental.
- 1732 – João de Morais Madureira Feijó, *Arte Explicada*, na Off de Miguel Rodrigues, Lisboa.
- 1733 – D. Luís Caetano de Lima, *Gramática franceza ou arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza*, Parte I, na officina da Congregação do Oratório, Lisboa, occidental.
- 1734 – João de Morais Madureira Feijó, *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, na officina de Miguel Rodrigues Impressor do Senhor Patriaca, Lisboa occidental [segunda impressão, Na Officina de Luís Secco Ferreira, Coimbra 1739].
- 1736 – D. Luis Caetano de Lima, *Orthographia da lingua portugueza*, na Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa occidental.
- 1746 – Luís António Verney, *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionada ao estilo e necessidade de Portugal*, tomo I, s. ed., Nápoles.
- 1756 – Luís Caetano de Lima, *Grammatica Italiana e Arte para aprender a Língua Italiana por meyo da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- 1759 – Manoel José de Paiva, *Infermidades da lingua portugueza*.
- 1767 – Fr. Luis do Monte Carmelo, *Compendio de orthografia, com suficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as províncias e domínios de Portugal possam os curiosos comprehender facilmente a orthologia e prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da lingua portugueza*, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa.

- 1768 – António Vieira Trastagano, *New Portuguese Grammer*, Londres.
- 1769 – Domingos Dionysio Duarte Daniel (pseudónimo) – *Theses de grammatica portugueza, systema Pinheirense, que, recitada a oração de abertura do 32.º curso da Academia Orthographica Portugueza* [auxiliando João Pinheiro Freire da Cunha, sustentara Francisco Solano Pereira de Campos, etc... Officina de João Rodrigues Neves, 1807].
- 1770 – João Pinheiro Freire da Cunha, *Breve Tractado de Orthographia para os que não frequentaram os estudos*, Officina de António Gomes, Lisboa.
- 1770 – João Pinheiro Freire da Cunha, *Breve Tractado de Orthographia para os que não frequentaram os estudos*, Officina de António Gomes, Lisboa.
- 1771 – António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, Regia Off. Typ., Lisboa.
- 1777 – Jacob de Castro, *Grammatica lusitano-anglica ou portugueza, e ingleza, a qual serve para instruir aos portuguezes no idioma inglez*, Na Officina de Manuel Coelho Amado.
- 1783 – Francisco Felix Carneiro Souto-Maior, *Orthographia portugueza ou regras para escrever certo ordenadas para uso de quem quizer applicar*, Na Officina Pat. de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.
- 1783 – Bernardo de Lima e Mello Bacelar, *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*, na officina de Simão Thaddêo Ferreira, Lisboa.
– *Diccionario da lingua portugueza*, na officina de José d’Aquino Bulhões.
- 1784 – Bento José de Sousa Farinha, *Diálogo sobre a língua portuguesa*.
- 1788 – Francisco Nunes Cardoso, *Arte ou novo methodo de ensinar a ler a lingua portugueza, a que se proporciona hum novo systema da sua orthographia*, Officina de Simão Thaddêo Ferreira, Lisboa.
- 1789 – António de Morais Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 2 tomos, Officina de Simão Thaddêo Ferreira, Lisboa.
- 1789 – António de Almeida, *Sobre o systema preferivel na orthographia portugueza defendendo a opiniaõ de que a escripta deve ser em tudo conforme a pronuncia*, por um Conimbricense, in *Jornal Encyclopédico*.

- 1789 – Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam*, 2 vols.
- 1790 – Francisco Nunes Cardoso, *Exame crítica das regras da ortografia Portugueza*, Lisboa.
- 1793 – *Diccionário da Lingua Portugueza*, 1.º vol. (letra A), na Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- 1822 – Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*, 2.ª edição [Na typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1830].
- 1842 – Francisco José Freire, *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa*, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 3 vols., Typographia da Sociedade, Lisboa (obra póstuma: 1719-1773).

ILUSTRAÇÃO



* Folha de rosto da «Orthographia», de Madureira Feijó.

BIBLIOGRAFIA

1 – Gramáticos e ortografistas (século XVI – XVIII)

- ARGOTE, D. Jerónimo Contador de, *Regras da Lingua Portuguesa, espelho da lingua latina*, 2.^a ed., Lisboa, 1725.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Mello, *Grammatica philosophica e orthographica racional da lingua portugueza*, na officina de Simão Thaddêo Ferreira, Lisboa, 1783.
- BARRETO, João Franco, *Orthographia da Lingua Portuguesa*, João da Costa, Lisboa, 1675.
- BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa*, reprod. fac-similada org. por M.^a Leonor C. Buescu, Faculdade de Letras, Lisboa, 1971 [1.^a ed. por Luís Rodrigues, Lisboa, 1540].
- BLUTEAU, Rafael, *Prosas Portuguezas*, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva Impressor da Academia Real, Lisboa Occidental, 1728.
- CARDOSO, Francisco Nunes, *Exame Crítico das Regras da ortografia Portuguesa*, Lisboa, 1790.
- CARMELO, Fr. Luis de Monte, *Compendio de Orthographia*, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1767.
- CASTRO, Jacob, de *Grammatica lusitano-anglica ou portugueza, e ingleza, a qual serve para instruir aos portuguezes no idioma inglez*, Na Officina de Manoel Coelho Amado, Lisboa, 1777.
- CUNHA, João Pinheiro Freire da, *Breve Tratado da Orthographia para os que não frequentaraõ os estudos ou diálogos...*, Lisboa, 1770.
- FEIJÓ, João de Morais Madureira, *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*, segunda impressão, Na Officina de Luis Secco Ferreira, Coimbra, 1739.
- , *Arte Explicada*, Off. Miguel Rodrigues, 1732.
- FONSECA, António de Melo, *Antidoto da Lingua Portuguesa*, Em Casa de Miguel Diaz, Amsterdam, 1710.
- FREIRE, Francisco José, *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa*, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 3 vol., typographia da Sociedade, Lisboa, 1842.

- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de, *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portugueza* (com hum dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua), Na Officina de Antonio Gonsalvez, Lisboa, 1574.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Origem e Orthographia da Língua Portuguesa*, com hum tractado dos Pontos das Clausulas, Nova Edição, correcta e emendada, Typographia Rollandiana, 1784 [1.^a ed. por João de Barreira, Lisboa, 1576].
- LIMA, D. Luís Caetano de, *Grammatica franceza ou arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza*, na officina da Congregação do Oratorio, Lisboa, 1733.
- , *Grammatica Italiana e Arte para aprender a Lingua Italiana por meyo da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1756.
- , *Orthographia da Lingua Portuguesa*, Na Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1736.
- LOBATO, António dos Reis, *Arte da Grammatica da Lingua portugueza*, 10.^a impressão, Na Impressão Regia, Lisboa, 1812 [1.^a ed. 1770].
- OLIVEIRA, Fernão de, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 3.^a edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira, Edição de José Fernandes, Jr., Lisboa, 1933 (seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques, Tipografia Beleza, Rua da Rosa, 105, Lisboa, 1933).
- PAIVA, Manoel José, *Infermidades da lingua portugueza*, 1759.
- PEREIRA, Bento, *Regras gerais, breves e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portuguesa*, Domingos Carneiro, Lisboa, 1666.
- ROBOREDO, Amaro de, *Methodo grammatical para todas as línguas*, Pedro Craesbeeck, 1619.
- , *Porta de linguas ou modo muito accomodado para as entender*, Lisboa, 1623.
- SOUTO-MAIOR, Francisco Felis Carneiro, *Orthographia portugueza ou regras para escrever certo ordenadas para uso de quem quizer applicar*, Na Officina Pat. de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1783.
- VERA, Álvaro Ferreira de, *Orthographia ou Modo para escrever certo na lingua portuguesa*, por Mathias Rodriguez, Lisboa, 1631.
- VERNEY, Luís António, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. i, ed. org. pelo Prof. António Salgado Júnior, col. Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 1949, [1.^a ed. 1746-47].

2 – Estudos sobre os gramáticos e/ou ortografistas

- ANDRADE, A.. A. Banha de, *VeRNEY e a projecção da sua obra*, Biblioteca Breve, vol. 49., Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1980.

- BUESCU, Maria Leonor C., *Babel ou a Ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- , *Dois ortografistas do século XVI*, in «Boletim de Filosofia», Lisboa, 1971, pp. 33-42.
- , *Gramáticos portugueses do século XVI*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1978.
- , *Historiografia da língua portuguesa*, col. *Nova Universidade – Linguística*, Sá da Costa, Lisboa, 1984.
- CARDIM, Luís, *Gramáticas Inglesas para portugueses e gramáticas portuguesas para uso de ingleses. Até finais do século XVIII*, in «Anais das Bibliotecas e Arquivos» – série II, vol. III, Lisboa, Março 1922, pp. 105-107.
- CASTELEIRO, Jerónimo Soares Barbosa, *Um gramático racionalista do século XVIII*, in «Boletim de Filologia», vol. XXVI, Lisboa, pp. 101-110.
- COSERIU, Eugenio, «'Taal' en Functionaliteit em Fernão de Oliveira», Universidade de Tübingen, 1975.
- FREIRE, António, *A Gramática Latina do P.º Manuel Álvares e seus impugnadores*, in «As grandes polémicas portuguesas», Editorial Verbo, Lisboa, 1964, pp. 339-389.
- GONÇALVES, F. Rebelo, *História da Filologia Portuguesa, I. Os Filólogos portugueses do século XVI*, in «Boletim de Filologia», IV, 1936.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa 1747.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, *Contribuições para a História da Filologia Portuguesa*, in «Congresso do Mundo Português», Publicações, XIII, Lisboa, 1940, pp. 559-570.
- PAIVA, Maria Helena, *Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas*, in «Actas 1.º Encontro da Associação de Linguística», 1985, pp. 375-397.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1848-1914.
- VERDELHO, Telmo, *As origens da gramaticografia e da lexicografia Latino-Portuguesas*, Universidade de Aveiro, 1988.

3 – Contexto Cultural

- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, 1966. BOURDON, Albert-Alain, *Orthographe et Politique sous la Première République Portugaise*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. X, Paris, 1976, pp. 261-300.

- BUESCU, M.^a Leonor C., *A Herança da Cultura Clássica*, Biblioteca Breve, vol. 33, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1979.
- , *A Língua Portuguesa – espaço de comunicação*, Biblioteca Breve, vol. 85, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- CARRILHO, Manuel Maria, *A ideologia e a transmissão dos saberes*, in «Cultura, História e Filosofia», Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 385-399.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CIDADE, Hernâni, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 7.^a ed., 2.^o vol., Coimbra Editora, 1984.
- COELHO, Jacinto do Prado (d direcção de), *Dicionário de Literatura*, 3.^a ed., 5 vols. Figueirinhas, Porto, 1978.
- FERNANDES, Rogério, *O pensamento pedagógico em Portugal*, Biblioteca Breve, vol. 20, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- FoUCAULT, Michel, *As palavras e as coisas*, col. signos 47, Edições 70, Lisboa, 1988.
- GENETTE, Gérard, *Avatars du cratylisme*, in «Poétique», 11, Seuil, 1972, pp. 369-394.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *Lições de Literatura Portuguesa*, Época Medieval, 9.^a ed., Coimbra Editora, 1977.
- MARTINS, José V. Pina, *Cultura Portuguesa*, Editorial Verbo, s.d.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, *No alvorecer do Iluminismo em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4.^o Conde de Ericeira*, in «Revista de História Literária» de Portugal (separata), I e II, 1962, 1965.
- RODRIGUES, A. Gonçalves, *A lingua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII*, in «Biblos», vol. XXVII, Coimbra, 1951, pp. 43-76.
- SARAIVA, António José, *A cultura em Portugal. Teoria e História*, 2.^a ed., Livro I, e II, Bertrand Editora, Lisboa, 1985.
- , *Para a História da Cultura em Portugal*, 4.^a ed., vol. II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 8.^a ed., Porto Editora, 1975.
- SERRÃO, Joel, *A Historiografia Portuguesa*, in vol. (século XVIII), Editorial Verbo, Lisboa, 1974.
- , (d direcção de), *Dicionário da História de Portugal*, 4 vols., Iniciativas Editoriais, 1971.

VILELA, Mário, *A norma purista no século XVIII (com base num exemplo)*, in «Revista de História», vol. IV, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, pp. 49-61.

4 – Linguística (História da; Geral) e Gramatologia

ALARCOS-LLORACH, Emílio, *Les représentations graphiques du langage*, in «Langage», *Encyclopédie de la Pléiade (sous la direction d'André Martinet)*, Editions Gallimard, Paris, 1968, pp. 513-568.

ARENS, Hans, *La Linguística. Sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*, Biblioteca Románica Hispánica (III. Manuales, 37), Editorial Gredos, 1975.

ANIS, Jacques et alii, *L'écriture. Théories et descriptions*, De Boeck, Bruxelles, 1988.

ANSELMO, Artur, *Origens da Imprensa em Portugal*, IN/CM, Lisboa, 1981.

AUGUST, Gerhardt (editor), *New trends in graphemics and orthography*, Walter de Gruyter, Berlin, 1986.

AVRAM, Andrei, *Sur quelques particularités des systèmes graphématiques*, in «Cahiers de Linguistique théorique et appliquée», 1, 1962, pp. 9-16.

BARBOSA, Jorge Morais, *Etudes de Phonologie Portugaise*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 77, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1965.

BARTHES, Roland e COMPAGNON, Antoine, *Leitura*, in «Enciclopédia Einaudi», vol. XI (Oral/Escrito – Argumentação), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 184-206.

BARTHES, Roland e MARTY, Eric, *Oral/escrito*, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. XI (Oral/escrito – Argumentação), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 32-57.

BARTHES, Roland e MAURIÈS, Patrick, *A escrita*, in «Enciclopédia Einaudi», vol. XI (Oral/Escrito – Argumentação), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 146-172.

BAYLON, Christian e FABRE, Paul, *Iniciação à Linguística*, Livraria Almedina, Coimbra, 1979.

BAZELL, C. E., *The Graphème*, in «Litera». *Studies in Language and Literature*, vol. 3, 1956, pp. 43-46.

BENVENISTE, Emile, *Problèmes de Linguistique Générale*, i e n, Editions Gallimard, 1966/1974.

BOLINGER, Dwight e SEARS, Donald A., *Aspects of Language*, 3^{er} Edition, Harcourt Brace Jovanovich, Inc., New York, 1981.

- BURNEY, Pierre, *L'orthographe*, 5^{ème} éd., col. Que-sais-je? n.º 685, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso, *História da Linguística*, 3.^a ed., Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- , *Princípios de Linguística Geral*, 6.^a ed., Padrão Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1980.
- CARVALHO, J. G. Herculano de, *Teoria da Linguagem*, I (3.^a ed.) e II (2.^a ed.), Atlântida Editora, Coimbra, 1973/1974.
- CATACH, Nina, e J. Petit (org). *La ponctuation. Recherches historiques et actuelles*, CNRS, I e II, 1978-1979.
- , *Les délires de l'orthographe*, Plon, Paris, 1989.
- , *L'orthographe*, 3^{ème} éd., col. Que-sais-je? n.º 685, Presses Universitaires de France, Paris, 1988.
- , (édité par), *Pour une théorie de la langue Ecrite* (Actes de la Table Ronde International C.N.R.S.-H.E.S.O., Paris, 23-24 Octobre, 1986), Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1988.
- CAZADE, Emile e THOMAS, Charles, *Alfabeto*, in «Enciclopédia Einaudi», vol. XI (Oral/Escreito – Argumentação), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, pp. 173-183.
- CHAO, Yuen Ren, *Iniciación a la Linguística*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1975.
- COELHO, Jacinto do Prado, *Linguística*, in «Dicionário da Literatura Portuguesa e Brasileira», 3.^a ed. vol. II, Figueirinhas, Porto, 1978, pp. 531-534.
- COLLADO, Jésus-António, *Elementos de Linguística Geral*, col. signos, 33 Edições 70, Lisboa, 1980.
- CORNEILLE, Jean-Pierre, *A Linguística Estrutural. Seus alcances e seus limites*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.
- COSERIU, Eugenio, *O Homem e a sua Linguagem*, col. Linguagem, 16, Presença, Editora da U.S.P., Rio de Janeiro, 1982.
- , *Lições de Linguística Geral*, Presença, Rio de Janeiro, 1980.
- , *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*, col. Linguagem, 3, Presença, Editora da U.S.P., Rio de Janeiro, 1979.
- , *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem*, col. Linguagem, 9, Presença, Editora da U.S.P., Rio de Janeiro, 1980.
- , *Introducción a la Lingüística*, Biblioteca Románica Hispánica (Manuales, n.º 65), Editorial Gredos, Madrid, 1986.
- HAGÈGE, Claude, *L'Homme de Paroles. Contribution Linguistique aux sciences humaines*, Folio Essais, 49, Librairie Fayard, Paris, 1986.

- HAMMARSTROM, Goran, *Graphème, son et phonème dans la description des vieux textes*, in «*Studia Neophilologica*», XXXI, Uppsala, 1959, pp. 5-18.
- HIGOUNET, Charles, *L'écriture*, 7^e édition, col. Que-sais-je? n.º 653, Presses Universitaires de France, Paris, 1986.
- JOTA, Zélio, *Dicionário de Linguística*, 2.^a ed., col. Linguagem, 2, Presença, Rio de Janeiro, 1981.
- KRISTEVA, Julia, *História da Linguagem*, col. signos, 6, Edições 70, Lisboa, 1983.
- LANGACKER, Ronald W., *Writing*, in «*Language and its structure*». Some fundamental linguistics concepts, Harcourt, Brace & World, New York, 1968, pp. 56-66.
- MAHMOUDIAN, Mortéza, *A Linguística, hoje*, col. signos, 39, Edições 70, Lisboa, 1983.
- MALMBERG, Bertil, *A Fonética*, col. Vida e Cultura, Edição Livros do Brasil, Lisboa, s.d. [1.^a ed. francesa, 1954].
- MARTINET, André, *Elementos de Linguística Geral*, 10.^a ed., col. Nova Universidade – Linguística, 12, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1985.
- , *Langue parlée et code écrit*, in «*De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*», Presses Universitaires de France, 1974, pp. 53-71.
- , *Le parler et l'écrit*, in «*De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*», Presses Universitaires de France, 1974, pp. 72-80.
- METER, Harri, *A Maiúscula, problema ortográfico e semântico*, in «*Ensaios de Filologia Românica*», Edição da Revista de Portugal, Lisboa, 1948, pp. 165-190. MOUNIN, Georges, *História da Linguística. Das origens ao século XX*, col. Humanitas, Edições Despertar, Porto, s.d. [1.^a ed. francesa, 1970].
- , *Introdução à Linguística. A ciência-piloto das Ciências Humanas*, 4.^a ed., Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977.
- , *Linguistique et Philosophie*, col. SUP, Presses Universitaires de France, 1975.
- , *Orthographe*, in «*Dictionnaire de Linguistique*», Presses Universitaires de France, 1974.
- PERGNIER, Maurice, *Le mot*, col. Linguistique Nouvelle, Presses Universitaires de France, Paris, 1986.
- PULGRAM, Ernst, *Phoneme and Grapheme: a Paralell*, in «*Word*», vit, 1951, pp. 15-20.
- ROBINS, R. H., *Linguística Geral*, 2.^a ed., Editora Globo, Rio de Janeiro, 1981.

- ROSETTI, A., *A Fonética*, 3.^a ed., col. Saber, n.º 88, Publicações Europa-América, Lisboa, 1982.
- ROCA-PONS, J., *Introducción a la Gramática*, 6.^a ed., Editorial Teide, Barcelona, 1985.
- SAPIR, Edward, *A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala*, col. Estudos, 72, Editora Perspectiva, São Paulo, Brasil, 1980.
- SAUSSURE, Ferdinand de, *Cours de Linguistique Générale*, éd. crit. org. par Tullio de Mauro, Payot, Paris, 1985.
- STANOSZ, Barbara, *Sur une propriété mystérieuse de la linguistique moderne*, in «Langages», 89, Larousse, Paris, 1988, pp. 81-86.
- WITTING, Claes, *Phone et Phonème, Graphe et Graphème*, in «Studia Philologica» XXXII, Uppsala, 1966, pp. 320-326.
- ZUMTHOR, Paul, *Etymologies*, in «Langue, Texte, Enigme», Seuil, Paris, pp. 144-164.

5 – Linguística Histórica e História da Língua

- ALI, Manuel Said, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 6.^a ed., Edições Melhoramentos, São Paulo, 1966.
- ANDERSON, James, *Aspectos Estructurales del Cambio Lingüístico*, Biblioteca Románica Hispánica (II. Estudios y Ensayos, 270), Editorial Gredos, Madrid, 1977.
- AZEVEDO, Pedro de, *A respeito da antiga ortografia portuguesa*, in «Revista Lusitana», VI, VII, VIII, IX, XI, Lisboa, 1900.
- BARBOSA, Jorge Morais, *Notas acerca da pontuação (a propósito de dois artigos de Alexandre Herculano)*, in «Revista de Portugal» – Língua Portuguesa, vol. XXII, 1957, pp. 212-218.
- , *A Língua Portuguesa no Mundo*, 2.^a ed., revista, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1969.
- BOLÉO, Manuel de Paiva, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, 2 tomos (Dialectologia e História da Língua), Universidade de Coimbra, 1974/75.
- BUENO, Francisco da Silveira, *A Formação Histórica da Língua Portuguêsa*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1958.
- BYNON, Theodora, *Linguística Histórica*, Biblioteca Románica Hispánica (II. Estudios y Ensayos, 314), Editorial Gredos, Madrid, 1981.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, 4.^a ed., Padrão Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1985.
- CARDOSO, Wilton e CUNHA, Celso, *Estilística e Gramática Histórica. Português através de textos*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.

- CARVALHO, J. G. Herculano de, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas «e» e «o» em sílaba átona*, in «Estudos Linguísticos», 2.º vol., Coimbra Editora, 1984, pp. 75-103.
- , *Contribuição de «Os Lusíadas» para a renovação da língua portuguesa*, in «Estudos Linguísticos», 3.º vol., Coimbra Editora, 1984, pp. 77-123.
- , *Ortografia e Ortografia Portuguesa*, in «ICALP», Revista do Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, n.º 5/Julho, 1986, pp. 72-75.
- CASTRO, Ivo, *História da Língua/Ensino da Língua*, in «Actas do Congresso sobre a Investigação e Ensino do Português» (18 a 22 de Maio/1987), Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério de Educação, 1989, pp. 95-104.
- CINTRA, L. F. Lindley, *Os ditongos decrescentes «ou» e «ei»: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*, in «Dialectologia Portuguesa», col. Nova Universidade – Linguística, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983.
- , *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens portugais de la seconde moitié du XII^e siècle*, in «Revue de Linguistique Romane», XXVII, 1963, pp. 40-77.
- COELHO, Adolfo, *A Língua Portuguesa*, Magalhães e Moniz, Porto, 1881.
- COELHO, Jacinto do Prado, *Para o estudo da pronúncia do Português Medieval*, in «Revista de Portugal» – série A: Língua Portuguesa, X, 1946, pp. 217-221.
- COROMINAS, Joan e PASCUAL, José A., *Diccionario crítico etimológico castellano y hispánico*, 5 vols., Editorial Gredos, Madrid, 1980, 80, 80, 81 e 1983.
- COSERIU, Eugénio, *Sincronia, Diacronia e História*, col. Linguagem, Presença, São Paulo, 1979.
- COSTA, P.º Avelino de Jesus da, *Os mais antigos documentos escritos em Português*, in «Revista Portuguesa de História», tomo XVII, Coimbra, 1979, pp. 263-340.
- COUTINHO, Ismael de Lima Coutinho, *Pontos de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 7.ª ed., Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1976.
- CUESTA, Pilar Vázquez e Luz, M.ª Albertina Mendes da, *Gramática da Língua Portuguesa*, Edições 70, 1983.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, Clássica Editora, Lisboa, 1959.
- DOMINCOVICH, Ruth, *Portuguese orthography*, Filadélfia, 1948.
- ELZA, Silvio, *Preparação à Linguística Românica*, 2.ª ed., revista e aumentada, Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1979.

- ENTWISTLE, William, *The Spanish Language together with Portuguese, Catalan and Basque*, 3.^a ed., Londres, 1951.
- FERREIRA, José de Azevedo, *Alphonse X, Primeyra Partida*. Édition et étude, Instituto Nacional de Investigação Científica, Braga, 1980.
- FONSECA, Fernando V. Peixoto da, *Remarques sur l'orthographe de l'Ancien Portugais*, in «Revue de Linguistique Romane», n.º 49, 1985, pp. 193-197.
- FREIRE, António, *Lições de Filologia e Língua Portuguesa*, Publicações da Faculdade de Filologia, Braga, 1983.
- GELB, I. J., *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire*, Albin Michel, 1968.
- HART JR., Thomas, *Notes on Sixteenth-century Portuguese Pronunciation*, in «Word», XI, 1955, pp. 404-415.
- , *The overseas dialects as sources for the History of Portuguese Pronunciation*, in «III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros» (Actas), vol. I, Lisboa, 1959, pp. 261-272.
- HUBER, Joseph, *Gramática do Português Antigo*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- IORDAN, Iorgu, *Introdução à Linguística Românica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1973.
- IORDAN, Iorgu e MANOLIU, Maria, *Manual de Linguística Românica*, 2.^a reimpr., 2 vols., Biblioteca Românica Hispânica (III. Manuales, 29), Editorial Gredos, Madrid, 1980.
- JUCÁ (Filho), Cândido, *O factor psicológico na mutação vocálica portuguesa*, in «Boletim de Filologia», vol. XVIII, 1961, pp. 143-162.
- LAPESA, Rafael, *História de la Lengua Espanola*, 9.^a ed. corrigida e aumentada, Editorial Gredos, Madrid, 1983.
- LAUSBERG, Heinrich, *Linguística Românica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1974.
- LEITE, Yonne de Freitas, *Reordenamento ou analogia? (Algumas evidências da História do Português)*, in «Boletim de Filologia» XXVI, 1-4, 1981, pp. 51-68.
- LOURO, José Inês, *Metafonia do «e» tónico em português*, in «Boletim de Filologia», vol. XVIII, 1961, pp. 105-113.
- , *Origem e Flexão de alguns nomes em -ão*, in «Boletim de Filologia», vol. XIII, 1952, pp. 37-65.
- LUDTKE, Helmut, *História del Léxico Românico*, Biblioteca Românica Hispânica (III. Manuales, 33), Editorial Gredos, Madrid, 1974.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., 5 vols., Livros Horizonte, 1977.

- , *Origens do Português*, 2.^a ed., revista, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1967.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Geografia dialectal e História do Português: resultados da terminação latina - ANA*, in «Biblos», LVII, Universidade de Coimbra, 1981, pp. 73-96.
- , *História do Galego-Português, Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1986.
- MARÍN, Francisco Marcos (coord.), *Introducción plural a la Gramática Histórica*, Editorial Cincel, 1987.
- MARQUILHAS, Rita, *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas ortografias antigas portuguesas*, in «A Demanda da Ortografia Portuguesa» (vol. org. Ivo Castro e outros), Sá da Costa, 1987, pp. 103-116.
- MARTINET, André, *Evolution des langues et reconstruction*, col. SUP, Presses Universitaires de France, 1975.
- MEIER, Harri, *A evolução do Português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*, in «Biblos», XVIII (separata), 1943.
- , *Ensaio de Filologia Românica*, Edição da Revista de Portugal, Lisboa, 1948.
- MELO, Gladstone Chaves de, *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, 6.^a ed., Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1981.
- NARO, Anthony J., *Estudos Diacrónicos*, col. Perspectivas Linguísticas, 9, Editora Vozes, Petrópolis, 1973.
- NASCENTES, Antenor, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2 tomos, Rio de Janeiro, 1932, 1952.
- NETO, Serafim da Silva, *A constituição do Português como língua nacional*, in «Arquivos da Universidade de Lisboa», vol. XIX (nova Série – I), 1960, pp. 105-116.
- , *História da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., col. Linguagem, 11, Presença, Rio de Janeiro, 1979.
- , *História do Latim Vulgar*, Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1977.
- NETO, Serafim da Silva, *História de Filologia Portuguesa*, 3.^a ed., col. Linguagem, 6 Presença, Rio de Janeiro, 1977.
- NUNES, José Joaquim, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, 9.^a ed., Clássica Editora, 1989.
- NUNES, José Joaquim, *Crestomatia Arcaica (Excertos da Literatura Portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI)*, 8.^a ed., Clássica Editora, Lisboa, 1981.

- NUNES, José de Sá, *Etimologia e Ortografia*, in «Revista de Portugal» – Série A: Língua Portuguesa, vol. XIII, Lisboa, 1948.
- OLÍVIA, Madre M., *Aspectos Linguísticos da Pontuação*, in «Revista de Portugal», série A – Língua Portuguesa, vol. XXIV, n. I 172, 1959, pp. 77-94.
- PARDAL, Ernesto Andrade, *A classificação das vogais e a diacronia*, in «Boletim de Filologia», XXV, 1976/79, p. 21-25.
- PAUL, Herman, *Princípios fundamentais da História da Língua*, 2.^a ed., Fundação Calouste Gulbekian, 1983.
- PEREIRA, Marcelino, *O latim da Chancelaria de D. Sancho I*, in «Revista Portuguesa de História», t. XIV, Coimbra, 1986, pp. 399-414.
- PIDAL, Ramón Menéndez, *El idioma español en sus primeros tiempos*, 6.^a ed., col. Austral, n.º 250, Espasa-Calpe, 1964.
- , *Manual de Gramática Histórica*, 17.^a ed., Espasa-Calpe, Madrid, 1982. –, *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta et siglo XI*, Espasa-Calpe, Madrid, 1980. «Boletim de Filologia», t. XXVI, 1980-81, pp. 139-192.
- PINTO, Adelina Angélica, *A africada é em português: estudo sincrónico e diacrónico*, in «Boletim de Filologia», t. XXVI, 1980-81, pp. 139-192.
- , *A neutralização da oposição fonológica b-v em português: estudo sincrónico e diacrónico*, in «Biblos», vol. LVI, Coimbra, 1980, pp. 599-651.
- RAMOS, Maria Ana, *Nota linguística*, in «Lírica Galego-portuguesa», 2.^a ed., col. Textos Literários, 32, Editorial Comunicação, 1985, pp. 81-123.
- RÉVAH, I. S., *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e siècle – XVII^e siècles?*, in «III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Actas), vol. I, Lisboa, 1957, pp. 273-291.
- , *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours*, in «Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro (Baía, 1956), Rio de Janeiro, 1958, pp. 387-399.
- ROBERTS, K.S., *Orthography, phonology and word study of the Leal Conselheiro*, Filadélfia, 1940.
- SILVA, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 6.^a edição, Lisboa, 1858.
- SILVA, Carlos Eugénio Correia da (Paço d'Arcos), *Ensaio sobre os latinismos de Os Lusíadas*, reed. Imprensa nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1972.

- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e, *Sobre a mudança linguística: uma revisão histórica*, in «Boletim de Filologia», XXVI, 1-4, 1981, pp. 83-99.
- SPINA, Segismundo (organizador), *História da Língua Portuguesa*, 6 vols., Série Fundamentos, n.º 21-26, Editora Ática, São Paulo, 1987/88.
- TAVANI, Giuseppe, *Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa*, in «A Demanda da ortografia Portuguesa» (vol. org. por Ivo de Castro), Sá da Costa, 1987, pp. 201-203.
- TEYSSIER, Paul, *História da Língua portuguesa*, 2.ª ed., col. Nova Universidade Linguística, Sá da Costa Editora, 1984.
- , *La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d’après le système orthographique de João de Barros*, in «Annali dell’Istituto Universitario Orientale» (sezione Romanza), vol. VIII, 1 (Atti), Napoli, 1966, pp. 127-198.
- TILANDER, Gunnar, *Porque -am, -om se tornaram -ã em Português?*, in «Revista de Portugal», série A – Língua Portuguesa, vol. XXIV, n.º 176, 1959, pp. 292-303.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *Lições de Filologia Portuguesa*, segundo as preleções feitas nos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913, seguidas das *Lições práticas de português arcaico*, Dinalivro, s.d.
- , *A Ortografia Nacional*, in «Revista Lusitana», vol. XIV, Lisboa, 1911, pp. 200-226. VASCONCELOS, José Leite de, *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise*, 3.ª ed., Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987.
- , *Lições de Filologia Portuguesa*, 4.ª ed., Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1966.
- VERDELHO, Telmo, *Latinização na História da Língua Portuguesa – O Testemunho dos dicionários*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. XXIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Paris, 1987, pp. 157-187.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, (edição crítica de Mário Fiúza), 2 vols., Civilização, Porto – Lisboa, 1965-1966, reimpr. 1983/84.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português*, 3.ª ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1975.

ÍNDICE

PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO	
1. Apresentação	11
2. Os estudos sobre a ortografia portuguesa	13
3. Metodologia	14
I. <i>ORAL VERSUS ESCRITO</i>	17
1. Palavra sonora e palavra escrita	17
2. A escrita – um sistema?	20
3. Som e Fonema. Letra e Grafema	21
4. O estatuto da escrita	23
5. Gramatologia e Grafêmica	24
II. ANTECEDENTES DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA	30
1. Da experiência da escrita à ortografia	30
2. Da(s) ortografia(s) renascentista(s) ao triunfo da etimologia	36
III. JOÃO DE MORAES MADUREIRA FEIJO, ORTOGRAFISTA ..	46
1. Traços biobibliográficos	46
1.1. Biografia	46
1.2. Bibliografia	47
2. A <i>ORTHOGRAPHIA</i>	48
3. Critérios ortográficos	51
3.1. Etimologia	53
3.2. Analogia	55
3.3. Pronúncia	56
3.4. Uso	58
4. <i>Som e letra na ORTHOGRAPHIA</i>	59
4.1. O alfabeto	61
4.2. Maiúsculas e minúsculas	63
4.3. As vogais	64

4.4. Os ditongos	66
4.5. As terminações nasais <i>-AM</i> e <i>-ÃO</i>	70
4.6. As consoantes	71
4.7. Os grupos latinos CT, GM, GN, MN e MPT	78
4.8. Consoantes duplicadas	81
4.9. Os grupos gregos CH, PH, TH e RH	83
5. Acentos e outros sinais	85
6. Pontuação e translineação	88
7. A <i>ORTHOGRAPHIA</i> e a gramática	90
8. Madureira Feijó e os outros <i>Auctores</i>	96
9. A <i>Questão</i> da ortografia no séc. XVIII: o prelúdio da contenda entre Sónicos e <i>Etimológicos</i>	98
CONCLUSÃO	102
APOSTILA FINAL	106
Apêndice	118
Ilustração	122
BIBLIOGRAFIA	124

MARIA FILOMENA GONÇALVES nasceu em Elvas. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi professora do Ensino Secundário durante três anos e em 1986 entra para a Universidade de Évora, onde é assistente desde 1990, ano em que presta provas públicas da Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Tem leccionado História da Língua Portuguesa e Introdução aos Estudos Linguísticos.

É membro de várias associações científicas nacionais e internacionais, como a A.P.L. (Associação Portuguesa de Linguística), a Société de Linguistique Romane, a Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas e AIROE (Association pour l'Information et Recherche sur les Orthographe et les Systèmes d'Écriture). Apresentou comunicações em vários congressos e seminários, nomeadamente ao Congrès International de Philologie et Linguistique Romanes (Zurique, 1992) e ao Séminaire Regroupé do CNRS-HESO com as Universidades de Paris III e Paris XIII (1991 e 1993) e tem artigos publicados em revistas portuguesas (Biblos) e estrangeiras (Liaisons-HESO).

Foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian e do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), ao abrigo do Convénio com o Centre National de la Recherche Scientifique. Desde 1991, colabora regularmente com a equipa CNRS-HESO, estando integrada num projecto de investigação do referido centro.

Actualmente prepara uma tese de doutoramento na área da Linguística Portuguesa.